



Classes e movimentos sociais

Classes e movimentos sociais

Claudiney Generoso

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Adriana L. S. Strobel Penze
Cristiano de Almeida Bredda

Editoração

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Generoso, Claudiney
G326c Classes e movimentos sociais / Claudiney Generoso. –
Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
192 p.

ISBN 978-85-8482-807-4

1. Classes sociais. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD 981

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Estado e sociedade civil no estudo dos movimentos sociais	7
Seção 1.1 - Estado Moderno e sociedade civil nos clássicos da teoria política	9
Seção 1.2 - O Estado no capitalismo monopolista e as lutas de classes	23
Seção 1.3 - O papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais	37
Unidade 2 Classes, consciência e lutas de classes	55
Seção 2.1 - Teorias sobre classes	57
Seção 2.2 - Consciência social e consciência de classe	71
Seção 2.3 - Classes e lutas sociais no Brasil	83
Unidade 3 Organização dos movimentos sociais no Brasil	99
Seção 3.1 - Movimentos sociais e movimentos populares	101
Seção 3.2 - Movimentos sociais clássicos	115
Seção 3.3 - Os novos movimentos sociais	129
Unidade 4 Serviço social e movimentos sociais	145
Seção 4.1 - Movimentos sociais brasileiros na luta por direitos sociais	147
Seção 4.2 - Movimentos sociais e serviço social	161
Seção 4.3 - Atuação do serviço social com os movimentos sociais urbanos e rurais	175

Palavras do autor

Olá, seja bem-vindo à disciplina *Classes e movimentos sociais*.

Você, aluno, será apresentado aos principais conceitos de classes e movimentos sociais, e à relação de tais conceitos com o serviço social.

A trajetória histórica sobre os conceitos que apresentaremos merece a sua atenção e reflexão, e por isso posiciona a compreensão do tema na atualidade. Para os aprendizados construídos, apontaremos uma base concreta, com algumas atividades, como questionamentos e exercícios críticos, que provavelmente farão parte do seu cotidiano profissional.

A disciplina visa contribuir para o desenvolvimento de uma práxis profissional de compromisso e de responsabilidade ético-política e técnico-operativa, pautada em valores emancipatórios e na reflexão crítica, a fim de superar o senso comum para a compreensão da totalidade.

Veja que, para que a sua formação acadêmica seja mais bem aproveitada neste momento, é importante voltar-se ao pensamento sobre as ações práticas do cotidiano profissional. Assim, o autoestudo será o melhor compromisso a assumir. Tenha curiosidade em desvelar os conhecimentos usando o raciocínio crítico e a solução de problemas. Saiba que o nosso estímulo é para que você conheça e compreenda os conceitos de classes e movimentos sociais, no decorrer da constituição do Estado e na dimensão do enfrentamento de questões relativas aos direitos sociais, bem como entenda e analise os dispositivos do Código de Ética vigente, relacionados à competência do assistente social.

Vamos estudar, portanto, na primeira unidade de ensino, a constituição do Estado, assimilando o seu processo de formação na concepção tradicional/moderna, marxista e neoliberal e identificando o Estado no capitalismo monopolista, as lutas de classes e o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais.

Na segunda unidade de ensino, analisaremos as teorias de classe, os conceitos de consciência e seus desdobramentos, e as lutas de classes, situando estes conceitos no panorama brasileiro.

Na terceira unidade de ensino, aprofundaremos o conhecimento sobre a organização dos movimentos sociais no Brasil, destacando os movimentos sociais e os movimentos populares, relembrando os movimentos sociais clássicos e

dialogando sobre os novos movimentos sociais.

Por fim, na última unidade de ensino, posicionaremos o papel do serviço social na relação com os movimentos sociais urbanos e rurais, compreendendo este espaço como campo de luta por direitos sociais.

É na construção do conhecimento, da na reflexão cotidiana e na atuação da vida e da profissão que se adquire a compreensão e a sabedoria para discernir e tomar decisões para a coletividade. Portanto, devemos pensar em nós e agir para nós.

Bons estudos!

Estado e sociedade civil no estudo dos movimentos sociais

Convite ao estudo

Iniciaremos os nossos estudos sobre classes e movimentos sociais, apresentando os clássicos da teoria política na concepção teórica de Estado: na perspectiva moderna, na concepção marxista e no pensamento neoliberal. Ainda, conheceremos a constituição do Estado no capitalismo monopolista e as lutas de classes presentes, bem como identificaremos o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais.

Nesse sentido, a competência desejada indica que o percurso inicial enseja conhecer e estabelecer a relação entre as bases teóricas sobre as classes sociais, o Estado e a sociedade civil, analisando e refletindo sobre suas manifestações sociopolíticas e culturais e sua organização.

Agora, traremos um contexto de aprendizagem teórico-prática para tornar o seu conhecimento o mais próximo possível da realidade de diversos profissionais atuantes no serviço social. O contexto que apresentamos acontece no Instituto Voz e Movimento, que realizou uma seleção de assistentes sociais para trabalhar a formação de grupos de cidadania em uma comunidade da periferia da zona leste da cidade de São Paulo. O objetivo do projeto é a identificação e a preparação de lideranças comunitárias para que possam, no cotidiano, ser referências entre os serviços públicos e as demandas da população. A comunidade é formada por 10 bairros, totalizando aproximadamente 30 mil moradores. Cada bairro, por meio das associações de moradores, indicou três participantes para os encontros, com vistas à multiplicação posterior.

Que desafio pensar o conteúdo e o roteiro da preparação cidadã! Como considerar para a formação desses grupos o conhecimento e a compreensão

sobre o Estado Moderno e a sociedade civil nos clássicos da teoria política e, mais ainda, como se fazer compreendido/a ao debater sobre o Estado no capitalismo monopolista e nas lutas de classe? A formação cidadã passa por entender tais teorias, não é verdade? Como é possível que a comunidade internalize essas concepções e as pratique em sua vida diária sendo agentes multiplicadores? É plausível traduzir essas e outras questões para atingir os grupos de formação e fomentar esse conhecimento com as lideranças comunitárias? Será preciso que o grupo, ao final desta formação, perceba o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais e como a comunidade se localiza neste cenário?

Ao longo desta unidade, problematizaremos algumas situações com base no contexto aqui apresentado. Assim, o conteúdo teórico que você conhecerá e identificará abrange a compreensão do jusnaturalismo e da origem do Estado para os contratualistas, com ênfase na crítica de Hegel às teorias contratualistas, nas críticas da tradição marxista ao Estado e à sociedade civil e na apresentação do pensamento liberal do Estado e da sociedade civil. Ainda, percorreremos o regime de acumulação fordista-keynesiano e a sua relação com o surgimento do Estado de bem-estar social, as demandas dos trabalhadores e as funções do Estado capitalista no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Finalizando, aprofundaremos as redefinições nas ações do Estado brasileiro a partir da década de 1980, a Constituição Federal de 1988, os direitos humanos e sociais e as políticas sociais neoliberais.

Seção 1.1

Estado Moderno e sociedade civil nos clássicos da teoria política

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo!

Estudamos no contexto de aprendizagem que o Instituto Voz e Movimento realizou um processo seletivo para assistentes sociais, com o objetivo de trabalhar a formação de grupos para a cidadania na periferia da zona leste de São Paulo. A seleção foi muito rigorosa e a gestora ficou feliz em escolher a assistente social Paula, que teve grande desafio para estruturar as pautas/roteiros, formatar as apresentações e responder às questões iniciais do conteúdo construído, abordando primordialmente as características da origem do Estado, conforme o pensamento dos contratualistas e as características no conceito do Estado e de acordo com o pensamento da tradição marxista. Como ela poderá pensar os assuntos selecionados e explicá-los com uma linguagem mais acessível para a população? No primeiro encontro do grupo, Paula optou por fazer uma exposição em formato de slides, contemplando: apresentação dos participantes, expectativa em relação ao curso de formação cidadã e, claro, introdução aos conceitos teóricos selecionados para o primeiro encontro.

A leitura da seção de autoestudo o ajudará a conseguir as respostas para essas questões. Assim, você, aluno, tem o desafio de auxiliar Paula na construção de todas as etapas da formação cidadã, fornecendo conhecimentos sobre os conceitos envolvidos no tema Estado Moderno e sociedade civil nos clássicos da teoria política, destacando a sua origem e evolução, e traçando um contexto para aplicação no cotidiano da comunidade. Portanto, seu desafio é apoiar Paula na construção da apresentação.

Então, vamos lá!

Não pode faltar

Você já parou para pensar sobre a origem e a formação do Estado? Imagine que, para chegar ao modelo de Estado que vivemos, construímos formas contratuais e legais de nos relacionarmos coletivamente? Para obtermos as respostas destas questões, precisamos entender o Estado Moderno e a sociedade civil nos clássicos da teoria política. O nosso estudo inicia-se com os conceitos de contratualismo e de jusnaturalismo, comparando-os posteriormente.

O contratualismo se configura como a doutrina que abrange as teorias políticas que situam a origem da sociedade e a fundamentação do poder político, traduzindo um pacto social, ou também, contrato social, dando origem assim ao termo. Observe que o pacto ou o contrato social se configura no acordo dos indivíduos que se encontram reunidos em um mesmo território, geograficamente, e que mais tarde farão parte das mesmas regras, do mesmo acordo e do mesmo corpo político.

Porém, qual é a função de um acordo? O termo acordo sugere um compromisso de solução entre as partes que, portanto, encerra um desacordo. Conforme Vilalón (2011, p. 48), “[...] o contrato do qual falamos marca a passagem de um estado natural para um estado social e político artificial (porque é criado pelo homem)”. Ou seja, para o autor, a questão emblemática se traduz em compreender o estado de natureza e o porquê dele precisar ser abandonado. Consegue identificar o que seria abandonar esse estado? O abandono significa estabelecer regras e normas civilizatórias, contratos para a convivência, sendo isso parte da evolução humana.



Exemplificando

O estado de natureza é aquele em que os homens primitivos viviam. Quando nascemos, o processo de socialização que recebemos e a cultura em que estamos inseridos permitem a nossa emancipação para além das necessidades primárias. Literalmente, não precisamos reinventar a roda, mas socializar a partir dela.

O abandono do estado de natureza é traduzido, em síntese, como o estágio anterior à constituição da sociedade civil. Portanto, é anterior à construção e à constituição das normas de convivência e sociabilidade entre os sujeitos sociais.

O contratualismo tem raízes históricas consideráveis ao seu conhecimento que aqui expomos. “[...] Essa doutrina é bastante antiga e, muito provavelmente, os seus primeiros defensores foram os sofistas” (ABBAGNANO, 2007, p. 205).

Observe que suas raízes possuem nos sofistas os primeiros defensores, com oposição sincera de Aristóteles ao dizer que ela “não é alguma coisa capaz de tornar os cidadãos bons e justos” (2003, p. 218).

Essa doutrina foi retomada por Epicuro, para quem o Estado e a lei são resultados de um contrato que tem como único objetivo facilitar as relações entre os homens. “Tudo o que, na convenção da lei, mostra ser vantajoso para as necessidades criadas pelas relações recíprocas é justo por sua natureza, mesmo que não seja sempre o mesmo. No caso de se fazer uma lei que demonstre não corresponder às necessidades das relações recíprocas, então essa lei não é justa”. (ABBAGNANO, 2007, p. 205)

Epicuro (1998) prolonga o pensamento e situa que todos os acordos previstos em lei são justos; do contrário, caso eles não alcancem as necessidades das relações sociais, tornam-se injustos.

Ainda na trajetória histórica, no período medieval, veremos que os contratos eram estabelecidos de forma centralizada, com consultas aos sacerdotes, sem uma noção política. O filósofo Santo Agostinho (1996) descreveu a concepção de Estado, compreendendo que o governo terrestre tinha o papel de auxiliar seus cidadãos a levar uma vida regrada para que pudessem estar com o Criador na morada celestial. Este pensamento perdurou até a Modernidade, em que o advento do Racionalismo conferiu uma compreensão social e política no modo de enxergar a realidade.



Pesquise mais

Assista ao vídeo sobre o Racionalismo, do Projeto Dom Quixote, que de forma lúdica, por meio da paródia, descreve os conceitos principais de René Descartes, considerado o pai do racionalismo e da Filosofia Moderna, para quem a razão era a base de tudo.

DOM13QUIXOTE. **O racionalismo Descartes.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=udAmaZnT23A>>. Acesso em: 3 set. 2016.

Assim, neste momento, o contratualismo ganha aspectos comparativos com o jusnaturalismo, sendo em parte até confundido com ele.

É possível destacar que o Jusnaturalismo é:



Uma doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um “direito natural” (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Este direito natural tem validade em si, é anterior e superior ao direito positivo e, em caso de conflito, é ele que deve prevalecer. (FASSÓ, 1998, p. 655-656)

Observe que, para o autor, o jusnaturalismo configura-se como o direito natural das pessoas, regido por regras e normas intersubjetivas, diferentes das normas estabelecidas pelo Estado. Complementa o estudioso que para o positivismo jurídico só há um direito, sendo ele o estabelecido pelo Estado, e que a sua validade independe de qualquer referência a valores éticos.

Fassó (1998) estabelece que o jusnaturalismo possui três vertentes, da mesma matriz temática. São elas:

1. Determina a ideia de que os direitos naturais são advindos e revelados por Deus, por meio de sua graça.
2. Explica que os direitos naturais são puramente físicos, ligados quando se analisa os instintos humanos.
3. Identifica que os direitos naturais são ditados pela razão e, portanto, cabendo só ao homem, único ser dotado de razão, descobri-los e segui-los.

Para o pensador, a terceira concepção, de que o homem sendo dotado da razão estabelece a lei a partir do seu senso, perdurou e foi o aspecto mais importante nas discussões teóricas posteriores.

Vilalon (2011, p. 51 apud FASSÓ, 1998, p. 655-666) reconhece que o conceito de direito tem como sinônimo o termo lei:

Direito é algo que faculta, que cria possibilidades de ação, sem obrigar a sua consecução. Lei, por outro lado, é a obrigação, o dever, a imposição, a feitura, a realização de um ato. Ao usá-los como intercambiáveis quer-se dizer que a constituição racional humana é de tal forma que, ao descobrir quais são os seus direitos naturais, o homem, justamente por fazer o uso da razão, se encontra como que obrigado por ele mesmo a observá-los, a fazer valer desses direitos para que possa viver, não como animal somente, mas como humano, diferente dos outros animais, senão por ter e fazer uso da razão.

Neste sentido, o direito natural foi e é entendido como anterior à constituição do Estado, pois transcende a temporalidade. Para os jusnaturalistas, o Estado só existe para ser a peça que afiança que os contratos estabelecidos (as leis, o pacto social coletivo) tenham unicidade e não sejam esquecidos à qualquer revelia.

Quando avançamos na linha do tempo, para a teoria clássica, na modernidade, encontramos em Hegel críticas significativas em torno do Estado e da sociedade civil que situa suas oposições ao jusnaturalismo.

Hegel (2004) compreendia o Estado pela dimensão ética, como solucionador de todos os problemas do mundo, tais como as contradições existentes. Porém, para que possamos chegar a estas conclusões, precisamos compreender os seus argumentos.

Hegel (2004) inicia a construção de suas reflexões criticando Immanuel Kant, ao descrever a ética no sentido da integração dos interesses particulares e universais, constituídos no vulto do Estado ético.

A ética é aqui compreendida por Hegel (2012, apud LEFEBVRE; MACHEREY, 1999, p. 21-23), como “[...] aquilo que entrou para os costumes [...] o coroamento de todo o processo do direito. Ela própria é um processo, no qual se sucedem dialeticamente três momentos: família, sociedade civil, Estado”. Por esta perspectiva, a família, a sociedade civil e o Estado compõem o seu roteiro reflexivo.

A família é descrita como espaço dos laços amorosos, sendo a esfera da eticidade natural. Hegel enfatiza que a família pode se dissolver por dois motivos: pelo óbito natural dos pais e pela emancipação dos filhos na maioridade, compondo novas famílias. Aqui, caro aluno, podemos referir que na contemporaneidade os novos conceitos de família superaram a compreensão do autor, haja vista as concepções dos novos arranjos familiares.

O avanço do autor, neste sentido, foi o de analisar que a mediação social da liberdade ultrapassava o ambiente doméstico familiar e que a economia moderna já não era mais a do formato grego que perdurou até a alta Idade Média, tendo ultrapassado estas relações. Ao ultrapassar, Hegel (1997, p. 167-168) define o primeiro conceito, a primeira aproximação sobre a sociedade civil.



A pessoa concreta que é para si mesma um fim particular como conjunto de carências e como conjunção de necessidade natural e de vontade arbitrária constitui o primeiro princípio da sociedade civil. Mas a pessoa particular está, por essência, em relação com a análoga particularidade de outrem, de tal modo que cada uma se afirma e satisfaz por meio da outra e é ao mesmo tempo obrigada a passar pela forma da universalidade, que é o outro princípio.

Então, os princípios da sociedade civil destacam-se em duas vertentes, sendo a primeira a existência da pessoa concreta, como sujeito de direitos, e a segunda a relação das suas necessidades, como ser de direitos, com as necessidades dos outros, em um determinado contexto social. Desta relação, a sociedade civil é o universo, o espaço entre primordialidades e particularidades. O autor ainda conduz o conceito de sociedade civil por duas perspectivas, situando-a primeiramente como burguesa (econômica) e em segundo lugar opondo-a ao estado de natureza como origem do fato social e da autoridade. O estado de natureza deve ser negado para a liberdade do homem ter início, ao se livrar de suas paixões, dos seus instintos primitivos e de suas brutalidades.



É uma opinião falsa pensar que o homem, no estado de natureza, viveria livre em relação às carências, só sentiria exigências naturais simples, apenas utilizando para as satisfazer os meios que uma natureza contingente lhe proporcionasse. É falsa até quando não se considera o elemento de libertação que há no trabalho [...]. (HEGEL, 1997, p. 176)

Portanto, para a Filosofia hegeliana, o estado de natureza não se traduz como uma teoria da igualdade dos sujeitos, considerando-os como pessoas que fundamentem uma base ético-política com foco na liberdade. Então, distingue o indivíduo na sua liberdade de realizar as suas necessidades, mas socialmente mediadas, segundo

a divisão social do trabalho e como membro do Estado e de suas regras e normas voltadas à sociabilidade, não somente doméstica, mas também da sociedade civil (RAMOS, 2000).

Conforme Mendes (2006), Hegel capta na percepção política a tensão existente na modernidade entre o Estado e a sociedade, o público e o privado, o cidadão e o burguês, a paixão e a razão, a vida política e a social, a particularidade e a universalidade.

Para Hegel (1998, p. 23), a sociedade civil constituiu-se a partir de três momentos:

1) A mediação da carência e a satisfação do singular pelo seu trabalho e pela satisfação das carências de todos os demais, o sistema das carências. 2) A realidade efetiva do universal da liberdade aí contido, a proteção da propriedade pela administração da justiça. 3) A prevenção contra a incontingência que resta nesses sistemas e o cuidado do interesse particular como comum pela polícia e pela corporação.



É possível observar que as indicações do autor atestam a confirmação do espaço que a sociedade civil constituiu na modernidade e que seu pressuposto era o de expor a dimensão política para além do egoísmo da satisfação das necessidades individuais, na busca pelo consenso e pela hegemonia.

O Estado, segundo Hegel (1998), tem funções significativas que merecem o nosso destaque, como: ter de cuidar dos seus indivíduos para a sua emancipação, conforme o arbítrio de cada um; os indivíduos devem permanecer ligados a ele; não agir com violência extrema e externa, estando ligado a uma ética superior. Portanto, a interferência do Estado só deveria ocorrer na sustentação socioeconômica dos indivíduos, quando em crise social.

Bobbio (1995), ao interpretar o jusnaturalismo em Hegel, traduz que ele expressa a dissolução e a culminação. A dissolução é entendida quando ele critica e rechaça o modelo de que se serviam os jusnaturalistas como ferramenta conceitual, substituindo-o por um diverso sistema de categorias, e a culminação é entendida na medida em que, com o novo modelo, Hegel (1997) persegue a mesma meta de uma justificação racional do Estado, continuando, assim, como uma filosofia do Estado-razão ao atribuir racionalidade ao Estado.

Marx (2005), por sua vez, inicia a sua compreensão a partir das obras de Hegel e evidencia que ele mantinha a sua concepção camuflando o jogo de interesses entre estas duas instâncias da sociedade. Assim, um salto qualitativo surge neste sentido, que reverberou até o presente momento.

Marx e Hegel tinham em comum a crítica ao jusnaturalismo, mas distanciavam-se na concepção marxista da sociedade civil como campo onde as relações são consubstanciadas, especialmente, no fator econômico. Marx (2005) compreendia que os interesses que o Estado representava eram os das classes economicamente hegemônicas. Ao ser conduzido pela classe econômica dominante, exercia o que esta classe estabelecia como interesses, por seu poder.



Refleta

Caro aluno, será que a luta de classes inicia-se a partir do momento em que Estado passa a privilegiar somente os valores das classes economicamente hegemônicas? Você consegue compreender esta relação como exploração e/ou submissão da classe explorada? Vale a pena refletir.

Enquanto Hegel (1997) compreendia o Estado como divino, Marx (2005) o qualificava como um aparelho que resulta da divisão de classes, sendo uma esfera repressora. Nas próximas unidades, aprofundaremos o estudo das lutas de classe e da consciência social em Marx; portanto, neste momento, compreenderemos os aspectos macros de sua crítica ao modelo de Estado e sua relação com a sociedade civil, na trajetória histórica e a partir da leitura sobre a sociedade na época, mesmo às vezes acreditando que as suas observações são contemporâneas do modelo que vivemos.

O primeiro pressuposto de Marx em relação ao Estado foi o da desvinculação religiosa, descortinando a relação entre os homens com os homens e destes com a sociedade. O seu avanço foi significativo ao desmascarar a crítica do céu e a crítica da terra, utilizando a filosofia para descrever as auto-alienações humanas nas suas formas não sagradas, ou seja, para realizar uma crítica teológica na crítica da política (MARX, 2005).

Podemos evidenciar outros pressupostos de Marx (2005) sobre sua crítica ao Estado, e embora não desejemos categorizá-los, eles serão expostos a seguir.

Marx realiza uma crítica considerável a Hegel, por conduzir o contexto histórico alemão às críticas ao contexto universal. Sinaliza, assim, que ele não ultrapassou a consciência teórica Alemã. Portanto, as críticas de Hegel abstraíram o homem real e seu *status quo* do sistema político alemão. Assim, Marx questiona se a emancipação seria real e possível, ou não.

Em sua crítica sobre os pensamentos de Hegel acerca do *Estado, da família e da sociedade civil*, no livro *Crítica da filosofia do direito de Hegel* Marx (2005, p. 29), incisivamente, afirma que:

A razão do Estado nada tem a ver, portanto, com a divisão da matéria do Estado em família e sociedade civil. O Estado provém delas de um modo inconsciente e arbitrário. Família e sociedade civil aparecem como escuro fundo natural donde se acende a luz do Estado. Sob a matéria do Estado estão as funções do Estado, bem entendido, família e sociedade civil, na medida em que elas formam partes do Estado e que participam do Estado como tal. [...] A família e a sociedade civil são apreendidas como esferas conceituais do Estado.

Vemos que a família e a sociedade civil compõem o Estado como pano de fundo, esferas conceituais evidentes, de tal modo que o Estado ganha um *status* e um modo de ser interpretado, sob suas funções na sociedade. A família e a sociedade civil não são secundárias, como em Hegel (1997), ao Estado. O fato é que Marx (2005, p. 31) expõe que o "Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil".

Enquanto para Hegel "a monarquia revela a essência do Estado, para Marx, a democracia e a essência de toda constituição revelaria o *demos* e reconciliaria o homem consigo mesmo" (MENDES, 2006, p. 17). Ou seja, liberta o conhecimento das concepções teóricas causadas pelo entrave religioso sobre o Estado.

Marx, no ensaio *A questão judaica*, enseja ainda outros pontos sobre a liberdade humano-genérica quando critica os estudos de Bauer (1843) sobre a fé judaica e emancipação política. Marx expõe Bauer, que negava a possibilidade desta emancipação e acesso aos direitos humanos. Assim, Marx (2005) faz uma crítica considerável aos direitos dos homens, proclamados pela Revolução Francesa, expondo que:

Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado a si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociada da comunidade. Longe de conceber ao homem como ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem parte da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação, de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas. (MARX, 2005, p. 37)

Portanto, Marx (2005) evidencia que a emancipação humana vai advir somente quando o homem, enquanto ser genérico, reconhecer em si a sua cidadania individual e quando reconhecer e organizar a sua força social. Assim, evidencia que somente os homens esquecem que são eles que transformam a realidade, as circunstâncias.

Já percorridos os pensamentos teóricos de base, ainda acenamos a nossa trajetória para compreender [...] o liberalismo como uma determinada concepção de Estado, na qual este tem poderes e funções limitados. Assim, será o avesso daquele Estado no qual o poder absolutista imperou em boa parte da Idade Média e da Idade Moderna” (RIBEIRO, 2016), de tal modo que o Estado no liberalismo contrapõe-se ao Estado social ou de bem-estar social, e apresenta ainda características como não ser necessariamente democrático. John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes são os principais filósofos contratualistas, mas John Locke (1689/1690) é considerado referência principal para o conceito do individualismo liberal. Observe que o Estado liberal se concebe como o Estado limitado, sendo a sua função conservar os direitos naturais do homem. Na certeza, Bobbio (1995, p. 16) afirma que “sem o individualismo não há liberalismo”. Portanto, estes valores e visão de Estado forneceram subsídios para o fortalecimento do modo de produção capitalista e para as bases jurídicas da sociedade capitalista.



Assimile

Para o pensamento do liberalismo, a máxima é: sem o individualismo, não há liberalismo.

Certos estamos por entender que a tensão entre a sociedade civil e o Estado é real, sendo o campo de atuação em que se encontram, cotidianamente, os assistentes sociais.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Chegamos ao momento em que os nossos passos nos colocaram lado a lado, ou frente a frente. Tanto na perspectiva de lado a lado ou frente a frente, o que sabemos é que estamos de mãos dadas. Portanto, para pensar a resolução da situação-problema, convidamos você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*.

Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para compor as suas respostas, pois só assim poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema nos remete a compreender as questões conceituais do Jusnaturalismo e do Contratualismo, na explicação da origem do Estado e na identificação das características no conceito de Estado, conforme o pensamento da tradição marxista. Aqui, podemos pensar como a exemplificação histórica dos conceitos pode auxiliar na compreensão atual de cidadania e, mais ainda, como isso demarca os conceitos de classe e de movimentos sociais, conforme estudaremos no decorrer da disciplina.

Na resolução da situação-problema, ao auxiliar a assistente social Paula, lembre-se de compor os elementos explicativos de forma clara e objetiva, para que se tornem mais acessíveis à população. Talvez estabelecer tópicos pontuais pode auxiliá-lo na resolução desta questão, ponto a ponto, passo a passo. Para a elaboração dos *slides*, na formação cidadã, sugerimos destacar o conceito de Estado e de sociedade civil, conforme a perspectiva construída no corpo do texto.

Para o posicionamento profissional cotidiano, a compreensão da totalidade do conhecimento sustenta as ações teóricas e práticas.

Perceba que, para a formação cidadã, os conceitos apresentados exigem a sua atenção, para que sejam explanados com clareza. Lembre-se de que a trajetória histórica, neste sentido, pode auxiliar Paula e você, aluno, na prática interventiva com grupos.



Atenção

Para a resolução da situação-problema, o ponto nodal exige que você, aluno, compreenda as diferenças na concepção teórica do Estado, da sua origem até o presente momento.

Avançando na prática

De mãos dadas

Descrição da situação-problema

No seminário anual de serviço social, organizado pela Faculdade de Serviço Social, na cidade da União, estado do Rio Grande do Sul, a assistente social Judite, em

palestra pública, compondo a mesa de debates sobre a origem da sociedade civil, destacou em sua fala que a “liberdade do outro terminava quando começava a minha”, ao responder se concordava ou não com o fechamento das rodovias pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A sua fala estava carregada do conceito do pensamento do liberalismo, portanto, do individualismo contemporâneo exacerbado. Como podemos orientar Judite sobre o conceito do liberalismo?

Resolução da situação-problema

O conceito do pensamento liberal sobre o Estado e sobre a sociedade civil é carregado de valores humanos que exacerbam o individualismo, o acúmulo e a centralização de poder e renda, de tal modo que compreende a liberdade como um modo para explicar o sucesso ou não dos indivíduos, por exemplo. Responsabiliza, portanto, os sujeitos pelo seu próprio sucesso ou não.

Supondo que pudéssemos dialogar com Judite e expor os pensamentos do liberalismo, o texto anteriormente exposto pode ser o início do diálogo. Caberia, ainda, explicar a origem do termo, bem como seu pensador principal, John Locke, e seu conceito de individualismo. Porém, para que a referência tenha outros subsídios, seria possível, ainda, situar os conceitos atuais, apresentando os conflitos entre o Estado e a sociedade civil a partir do pensamento marxista.

Lembre-se de que a visão de mundo e as concepções teóricas situam e determinam o modo de intervir no cotidiano profissional.

Faça valer a pena

1. Imagine que, para chegar ao modelo de Estado que vivemos, construímos formas contratuais e legais de nos relacionarmos coletivamente. É preciso entender o Estado Moderno e a sociedade civil nos clássicos da teoria política, e nossa aproximação inicia-se comparando o contratualismo e o jusnaturalismo.

Sendo assim, como podemos definir o contratualismo?

- a) Configura-se como a doutrina social e política que avalia as relações subjetivas a partir do pensamento moderno.
- b) Configura-se como a doutrina que abrange os direitos naturais, constituídos anteriormente à concepção de sociedade civil.
- c) Configura-se como a doutrina que abrange as teorias políticas que situam a origem da sociedade e a fundamentação do poder político.
- d) Configura-se como as normas e as legislações constituídas no Estado, através da Constituição Federal.

e) Configura-se no processo de lutas de classes, que, pelo reforço, desencadeiam os movimentos sociais.

2. Para chegar ao modelo de Estado que vivemos, construímos formas contratuais e legais de nos relacionarmos coletivamente, e para entendermos o Estado Moderno e a sociedade civil nos clássicos da teoria política, a comparação e a aproximação do contratualismo com o jusnaturalismo faz-se necessária.

A partir do texto-base, assinale a alternativa que define o jusnaturalismo:

- a) Doutrina que reconhece o direito natural.
- b) Doutrina que reconhece o direito do Estado.
- c) Doutrina de normas regidas pelo Estado.
- d) Doutrina que define o estado natural dos homens.
- e) Doutrina que estabelece e fixa as normas de conduta.

3. O filósofo Hegel (1997) compreendia o Estado pela dimensão ética, como solucionador de todos os problemas do mundo, como solucionador das contradições existentes. Ele inicia a construção de suas reflexões realizando uma crítica a Immanuel Kant.

Ao conceber a ética no sentido da integração dos interesses particulares e universais, o que Hegel (1997) descreve e define?

- a) Estado natural.
- b) Estado de bem-estar social.
- c) Estado cosmopolita.
- d) Estado neoliberal.
- e) Estado ético.

Seção 1.2

O Estado no capitalismo monopolista e as lutas de classes

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo a esta nova etapa de aprendizagem! Parafraseando a pedagoga brasileira Flávia Savoia: nem todo aprendizado precisa de uma leitura, mas toda leitura vai gerar um aprendizado.

No contexto de aprendizagem, vimos que o Instituto Voz e Movimento realizou um processo seletivo para assistentes sociais, com o objetivo de trabalhar a formação de grupos para a cidadania na periferia da zona leste de São Paulo. A seleção realizada foi muito rigorosa e a gestora ficou muito feliz em escolher a assistente social Paula.

No decorrer das atividades, em meio à construção da pauta do segundo encontro com o grupo, Paula foi procurada, como responsável pela formação, por três mulheres, que não poderiam comparecer no próximo encontro, pois os filhos (maiores de quatro anos) não tinham com quem ficar.

Pensando as propostas no item *Sem medo de errar*, como na prática podemos sugerir e/ou dar suporte a Paula, para que ela oriente as cidadãs para acessarem as atividades? Cabe dispensá-las do grupo? Refletindo sobre a primeira alternativa, ela resolveu pensar com essas mães nas soluções possíveis para a resolução do problema. O que acha? Pertinente ao conteúdo que Paula estava buscando, não é? O questionamento das mães, ou seja, as demandas que apresentam são as mesmas de muitas outras trabalhadoras que Paula já havia atendido em outras situações.

Diante desse fato, quais alternativas Paula pode propor para garantir a participação das cidadãs?

Vamos descobrir?

Não pode faltar

Você já parou para pensar sobre o ato de tecer? Sim, o ato de entrelaçar metodicamente os fios, as palhas, as linhas e convergi-las em um só produto. Da mesma forma, entrelaçamos os conceitos teóricos e os fatos históricos do processo do Estado no capitalismo monopolista e as lutas de classes neste contexto. Vamos entrelaçar! É um prazer tê-lo aqui conosco.

As reflexões possíveis e relacionadas ao conteúdo que discutiremos partem da seguinte premissa: o Estado, sob o comando do capital em sua fase monopolista, perpassa pela expansão e pela recessão capitalista. No final do século XX, as mudanças desencadeadas pelo modo de produção capitalista foram profundas no campo do processo de trabalho, nos hábitos de consumo, no papel e no poder do Estado, entre outras características. No ocidente, a vida econômica em função do lucro tornou-se balizadora do modo de viver.



Refleta

Então, você, aluno, acredita que as mudanças do capitalismo realmente foram profundas no final do século XX e foram significativas no campo do trabalho e na vida social como um todo? Como isso pode ter ocorrido e que modificações, então, foram essas?

Historicamente, o Estado no contexto pós-Segunda Guerra Mundial caracterizou-se pelo expansionismo, sendo um período denominado regime de acumulação fordista-keynesiano (HARVEY, 1993), com expressivas mudanças no modo de produção e na relação com o capital e com as legislações trabalhistas.

O conceito de regime de acumulação nasceu na escola francesa de regulação e foi apropriado criticamente por Harvey (1993). Segundo o autor, o regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados. Portanto, sustenta-se na relação indissociável do modo de acumulação e da regulação social.

Para Montaño e Duriguetto (2010), o regime de acumulação configura-se a partir “do conjunto total de relações e arranjos [sistemas, instituições, processos, normas e leis e relações entre capital e trabalho] que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo em um período histórico e em um lugar particulares” (apud HARVEY, 1993, p. 118).

O regime de acumulação fordista-keynesiano apresentou duas características no processo histórico da expansão e da recessão capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). A primeira refere-se ao período pós-guerra, em 1945, e à nova fase de crise capitalista, em 1973-1974, caracterizada por:

- Conjunto de práticas na produção (taylorista e fordista).
- Presença da gerência científica – com ênfase no controle do trabalho.
- Era de novas tecnologias.
- Novos hábitos de consumo em massa.
- Novas configurações de políticas-econômicas (Estado-providência ou Estado de bem-estar social).

A segunda característica do regime de acumulação, no processo histórico, iniciou-se na crise de 1973-1974 e perdura até os dias atuais. Trata-se do regime de acumulação flexível. Flexibilidade é aqui entendida em sua tradução literal de elasticidade, de maleabilidade, ou seja, flexibilidade:

- Dos processos de trabalho.
- Dos mercados de trabalho.
- Dos contratos e direitos trabalhistas (precarizando desde as condições de trabalho às retrações dos salários).
- Das fronteiras nacionais para a circulação de capital e de mercadorias (com enfoque contrário ao protecionismo dos países periféricos).
- Dos produtos e padrões de consumo (Estado fora do controle da regulação dos mercados).
- Das formas de regulação e de intervenção social estatal, mediante as políticas sociais.

Para tanto, das características do regime de acumulação discutiremos apenas as intervenções estatais, concebendo o surgimento do Estado de bem-estar, a partir do arcabouço teórico marxista. Entretanto, em síntese, apresentamos a concepção de Estado de bem-estar social no pensamento liberal.

No pensamento político neoliberal:



[...] o Estado de bem-estar social é concebido como um momento no desenvolvimento (endógeno) dessa instituição. Assim, o Estado é autonomizado dos fundamentos econômicos do modo de produção capitalista e separado dos determinantes políticos das lutas de classes a partir dos interesses sociais e das correlações de forças. É visto como uma instituição autônoma e seu desenvolvimento é compreendido como natural. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 140)

Ainda neste sentido, para Tocqueville (1986), os princípios da igualdade da justiça social são fundamentais para o exercício da democracia, contra o modelo político tirano ou anárquico, e para Marshall (1967), os direitos sociais constituem o último momento para o desenvolvimento da cidadania, sendo uma característica própria do século XX, mas sem considerar os elementos sócio-históricos do pensamento marxista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Para o pensamento marxista também existe uma heterogeneidade de vertentes. O Estado é compreendido como “uma instituição que faz parte de um sistema social mais amplo, em que estão presentes os interesses de classes, determinado em última instância pelas relações de produção, pela luta de classes, a partir das correlações de forças” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 140).

Observe que a compreensão marxista do Estado apresenta elementos significativos que discutiremos ao longo da disciplina, como a luta de classes e as correlações de força.

Uma vertente da compreensão marxista, por Gramsci (2001), concebe o Estado como ampliado, ou seja, para além da sociedade política, na relação de lutas de classes entre a sociedade civil e os aparelhos privados da hegemonia (GRAMSCI, 2001, p. 20-21), com a finalidade da direção social.

Outra vertente da compreensão marxista, por Mandel (1985), abrangerá o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), com destaque ao capitalismo tardio. Então, para enfatizar as apreensões atuais desta última vertente, precisamos revisitar a sua cronologia, que encontramos em *A ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2001), do Estado de bem-estar social.



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre o capitalismo tardio, leia a tese de mestrado indicada a seguir:

SILVA, A. A. **O capitalismo tardio e sua crise**: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

A primeira forma de propriedade, segundo Marx (2001), é a propriedade tribal, tanto no mundo antigo (tribal) como na Idade Média (mundo feudal). No mundo antigo, as tribos coabitando na cidade aparecem como propriedade do Estado, e o único direito do indivíduo limitava-se ao fundiário. A propriedade privada iniciada no mundo tribal consolidou-se na Idade Média, evoluindo por diversos estágios:

- Propriedade fundiária feudal.
- Propriedade mobiliária corporativa.
- Capital manufatureiro.
- Capital moderno.

O capital moderno perdurou até a Idade Moderna, sendo caracterizado pelas grandes indústrias e pela concorrência universal, representando o que Marx destacaria como a “propriedade no estado puro, despojada de todo aspecto de coletivo e tendo excluído toda a ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade” (MARX, 2001, p. 73).

Neste sentido, no Estado Moderno, a propriedade privada é adquirida pouco a pouco pelos proprietários privados, através dos:

[...] impostos tendo caído inteiramente nas suas mãos por força do sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na bolsa, do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. Por ser uma classe e não mais um estamento, a burguesia é obrigada a se organizar no plano nacional e não mais local [...]. (MARX, 2001, p. 73-74)



Assim, o Estado concebe-se como parte integrante do modo de produção capitalista, ou seja, dos valores da ordem burguesa, da classe hegemônica do poder capital, organizando-se a serviço da sociedade capitalista.

O Estado na perspectiva do modo de produção capitalista, enquanto instituição da sociedade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 143-144), fica em função de:

1. Garantir os fundamentos da acumulação capitalista.
2. Promover a legitimação da ordem social vigente.
3. Responder às demandas das classes trabalhadoras, desde que as funções anteriores não sejam corroídas.

Da terceira função, aprenderemos que o Estado, desde o segundo pós-guerra, amplia o seu espaço de ação para além da opressão da classe hegemônica, pois passa a:



[...] ser permeado por demandas das classes trabalhadoras, assumindo também novas funções como estratégia de superação das crises, como mecanismo de diminuição da insatisfação popular e dos conflitos dela derivados, como instrumento para garantir ou retornar as taxas de lucratividade, enfim como estratégia de consolidação, legitimação e desenvolvimento da ordem burguesa. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 144)

Portanto, as funções do Estado ampliam-se a partir das demandas dos trabalhadores, delimitando novas funções, amortecendo os conflitos e, ao mesmo tempo, garantindo a taxa de lucro do capital.

É importante entender que apesar de o Estado cumprir esta função para a acumulação de capital, ele também compõe aspectos de bem-estar social por meio de serviços e políticas sociais. Ou seja, tem nas políticas sociais, nos direitos sociais, as respostas às necessidades dos trabalhadores. Cabe evidenciar ainda que os processos para estas inserções de serviços como direitos são afiançados como produtos de fortes e permanentes lutas de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Ainda, o Estado incorpora determinadas demandas da população para evitar a desestabilidade do sistema, ou seja, para evitar um confronto social.

Resumindo, vamos compreender que:

[...] a organização estatal (e dentro delas as políticas sociais) reflete então a síntese das lutas sociais históricas que, incorporando conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, confluem em um projeto político-econômico da (fração de) classe hegemônica (o capital monopolista) para a reprodução da ordem, em face das necessidades de superação das crises econômicas – reproduzindo e ampliando a acumulação de capital – e políticas – legitimando o sistema perante as demandas populares e reduzindo os níveis de conflitividade. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 145-146)

Os modos de regulação social do Estado, assim, em sua fase monopolista, destacam-se como o resultado do processo histórico, assentados por densas lutas de classes. Para que as conquistas fossem incorporadas no rol das políticas sociais, as lutas de classes foram e são essenciais, e quando a demanda é incorporada pelo Estado, os sujeitos se reconhecem representados nela.

Netto (2006) destaca que a intervenção estatal sobre a questão social materializa-se, portanto, de forma fragmentada e parcializada, e que as políticas sociais atendem às sequelas da questão social como problemáticas particulares. O autor enfatiza que as sequelas da questão social particulares são traduzidas como:

- O desemprego.
- A fome.
- O acidente de trabalho.
- A carência habitacional.
- A falta de escolas.
- A incapacidade física, entre outras.

Assim, ao serem particularizadas, fragmentadas, estas sequelas podem ser enfrentadas, mas de tal forma a quase responsabilizar os sujeitos por se encontrarem neste contexto e com estas sequelas. Netto (2006, p. 32) afirma ainda que ao serem apreendidas em sua particularidade, as sequelas, apesar de possuírem raiz em uma totalidade maior, se enfrentadas assim, impediriam a intervenção. Porém, a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista concretiza-se através da mobilização e das lutas das classes operárias e do conjunto de trabalhadores.



Assimile

Veja que o autor Netto (2006) destaca que a intervenção estatal sobre a questão social materializa-se de forma fragmentada e parcializada.

Entretanto, observe que o desenvolvimento do capitalismo cria premissas necessárias para que todos possam realmente participar na gestão do Estado, porém, “se todos participam realmente na gestão do Estado, o capitalismo não pode se manter por mais tempo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 apud NETTO, 2010, p. 148). A participação popular é regulada por mecanismos que controlam e limitam o desenvolvimento da democracia e do seu protagonismo.

Como já apresentamos, o Estado ampliado, no período pós-guerra, tem funções para além de meros assuntos da burguesia.



O Estado começa a intervir fortemente no espaço da produção e do consumo, passando da superestrutura também para a estrutura econômica; da mesma forma os conflitos econômicos são parcialmente transferidos da esfera produtiva para o mundo político do Estado democrático [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 162)

Na compreensão dos autores, esta mudança foi significativa, pois o conflito encontra-se no campo das lutas de classes, no espaço da cidadania.

O Estado, no pós-guerra, ou seja, já no contexto do capitalismo tardio, possui três funções, segundo Mandel (1982). São elas:

- a) Criar condições gerais de produção, não asseguradas no âmbito privativo da classe hegemônica dominante.
- b) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de qualquer fração da classe dominante ao modo de produção e acumulação, via exército, polícia, sistemas judiciário ou penitenciário.
- c) Integrar as classes subalternadas/dominadas, garantindo que a ideologia continue sendo a da classe dominante.

Desta forma, o Estado passa a ter um caráter intervencionista com as seguintes

características e atribuições (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010):

1. Expansão significativa da indústria monopolista, com hegemonia norte-americana, acelerando o processo de produção e implementando uma economia de velocidade. Acumula em si todo o processo de produção (desde os aspectos administrativos até os processos comerciais). Pela acumulação, centralização ou monopolização do capital na procura pelo superlucro, convergiu em duas operações. A primeira, na busca de diferencial de produtividade, com o uso de tecnologias ainda não generalizadas ao ramo, e a segunda, por aumento do volume de produção de mercadorias padronizadas.



Faça você mesmo

Liste quais são os recursos tecnológicos que você utiliza no cotidiano. Identifique na prática profissional se a tecnologia é entendida como fonte de acesso ao saber ou ainda não.

2. Com o investimento estatal em tecnociência, ocorreu uma maior produtividade e intensidade do trabalho pela presença da maquinaria, da fonte energética e da tecnologia. O Estado aparece na função de financiador das pesquisas para o desenvolvimento tecnológico, seja pelas universidades ou pelos institutos científicos públicos.

3. O investimento estatal aparece também na infraestrutura para a produção e o consumo, isso por causa da crescente necessidade do capital monopolista em relação à produção em massa. Com o avanço tecnológico, ocorreu a necessidade da infraestrutura para o transporte das matérias-primas, do local de extração até o local da produção. O Estado no pós-guerra, portanto, assume a infraestrutura para a produção com a parcela do fundo público, facilita os meios de consumo coletivo local e cria condições (ainda com a parcela do fundo público) para a comercialização dos produtos de longa distância (construção de portos, ferrovias etc.).

4. O Estado consolida políticas públicas e o salário indireto para a produção capitalista e a formação de força de trabalho, sendo que, na compreensão de Marx (1980), o valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer mercadoria, considerando o tempo investido para a sua produção e, por conseguinte, da sua reprodução. Portanto, o capitalista é dono direto da reprodução da força de trabalho e deve assim custear tudo aquilo que o trabalhador precisa para essa reprodução da força de trabalho. O custeio é feito por meio do salário, que deveria ser suficiente para produzir e reproduzir o trabalhador e a sua família como força de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Neste sentido, o Estado intervém com as políticas sociais, favorecendo a redução dos custos de produção da força de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

5. Na mesma vertente da função anterior, o Estado consolida políticas públicas para o consumo em massa dos produtos excedentes e intervém, com o objetivo de desenvolver o processo de monopolização/industrialização, na regulação do ingresso de mercadorias externas, com o intuito de aprimorar o consumo em massa local (MONTAÑO; DURIGETTO, 2010).

6. Como destaque das funções e características do Estado pós-guerra, identificaremos a ação estatal, bem como os direitos trabalhistas e civis para a redução dos conflitos sociais e para legitimar e reproduzir as relações sociais da ordem vigente.

Neste contexto, o Estado tem por objetivo central a manutenção da ordem social e a reprodução das relações sociais. Em função das lutas de classes, desenvolve medidas de ampliação dos direitos trabalhistas (pelas políticas sociais, pelo sistema de previdência social e pelas leis trabalhistas) e, por outro lado, a ampliação da cidadania, incluindo paulatinamente setores da população, como na participação das instâncias de controle social. Na luta de classes, o Estado apresenta portanto a imagem de consenso social ao dizer que atende às demandas sociais, tende a deslocar os conflitos de classe da esfera econômica para a esfera política no âmbito estatal, pulveriza e desarticula as lutas de classes e, finalmente, cria uma imagem e uma cultura de um Estado de bem-estar social, a serviço da população.

Portanto, esta imagem reflete o *status quo* das relações sociais na ordem capitalista, legitimadas pelo Estado.



Exemplificando

No cotidiano profissional, o fomento das políticas sociais ainda possui o viés do não questionamento da ordem vigente. Assim, na prática profissional, as orientações sobre a cidadania, por exemplo, devem ir para além das normas e orientações institucionais.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema.

Vamos adiante?

Sem medo de errar

Chegamos no momento de pensar a resolução da situação-problema. Convidamos você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*. As suas ideias devem ser concretizadas desenvolvendo este desafio, portanto não tenha receios em expô-las, afinal estamos aprendendo juntos, sempre!

A situação-problema nos remete a compreender o papel do Estado na execução de políticas sociais que afiancem a participação popular, de tal modo que a sociedade civil consiga compreender as funções do Estado de bem-estar social para além da manutenção da ordem social. Neste contexto, o conteúdo construído ilumina, discute e apresenta a trajetória histórica do Estado pós-guerra e o financiamento das políticas públicas.

Na resolução da situação-problema você deverá auxiliar a assistente social Paula, procurada, como responsável pela formação do grupo de cidadania, por três mulheres que não poderiam comparecer no próximo encontro, pois os filhos (maiores de quatro anos) não tinham com quem ficar.

O que acha? Como na prática podemos sugerir e/ou dar suporte para que Paula oriente as cidadãs para acessarem as atividades? Cabe dispensá-las do grupo? Pensando na primeira alternativa, ela resolveu refletir com essas mães sobre as soluções possíveis para a resolução do problema.

Para a construção do relatório, no caso proposto, sugerimos destacar o conceito de Estado e do surgimento das políticas sociais conforme a perspectiva construída no corpo do texto. Observe que para o posicionamento profissional cotidiano, a compreensão da totalidade, do conhecimento, sustenta as ações teóricas e práticas.

Perceba que existe, para a participação das cidadãs nas atividades, uma necessidade real impeditiva e que os conceitos apresentados exigem atenção, a fim de serem relacionados à situação-problema com clareza. Lembre-se de que a trajetória histórica, neste sentido, pode auxiliar Paula e você, aluno, a garantir a participação para a prática interventiva com grupos.

Avançando na prática

Garantindo a participação

Descrição da situação-problema

Durante a explanação da disciplina de *Classes e movimentos sociais*, alguns alunos relataram ao professor que eles foram convidados a participar da organização da

semana do serviço social e que um dos temas que gostariam de apresentar e debater era *O papel do Estado de bem-estar social no pós-guerra e as políticas sociais*. Como estavam justamente estudando a disciplina e já haviam discutido o tema em sala de aula, o professor sugeriu que apresentassem um roteiro do que gostariam de explicar e que o trouxessem posteriormente para o debate em sala de aula, de modo que fortalecessem a compreensão e a participação dos demais alunos da classe no evento.

Quais questões podem ser levantadas sobre o papel do Estado no fomento das políticas sociais no pós-guerra? Que outras questões podem ser levantadas para apresentar o tema? Vamos resolver a situação-problema.

Resolução da situação-problema

No Estado pós-guerra, identificamos que a ação estatal voltava-se aos direitos trabalhistas e civis para a redução dos conflitos sociais e para legitimar e reproduzir as relações sociais da ordem vigente. Neste contexto, o Estado teve por objetivo central a manutenção da ordem social e a reprodução das relações sociais.

Pensando o roteiro sobre o Estado de bem-estar social no pós-guerra, caberiam algumas diretrizes, tais como:

1. Identificar o capitalismo monopolista.
2. Conhecer as funções do Estado no pós-guerra.
3. Discutir o modo de produção e de consumo em massa.
4. Apresentar o porquê do financiamento das políticas sociais.
5. Debater que o capital não garante acesso a tudo o que é necessário na relação do trabalhador com o trabalho (salário).

Portanto, estas, entre outras diretrizes, podem compor o roteiro que os alunos apresentariam e debateriam em classe.

Faça valer a pena

1. O Estado no contexto pós-Segunda Guerra Mundial caracterizou-se pelo expansionismo, sendo um período denominado regime de acumulação fordista-keynesiano, com expressivas mudanças no modo de produção e na relação com o capital e com as legislações trabalhistas.

O conceito de regime de acumulação nasceu na escola francesa de regulação e foi apropriado criticamente por Harvey (1993). Segundo o autor, o regime de acumulação descreve:

- a) O processo de produção em massa.
- b) O regime de produção e reprodução das relações sociais, por um curto espaço de tempo.
- c) A estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação.
- d) A desestabilização da relação consumo de massa e capital.
- e) O acúmulo líquido dos produtos em massa.

2. A segunda característica do regime de acumulação, no processo histórico, iniciou-se na crise de 1973-1974. Trata-se, portanto, do regime de acumulação flexível. Flexibilidade é aqui entendida, em sua tradução literal de elasticidade, de maleabilidade, do alargamento do papel do Estado.

Qual é o papel ou a função que o Estado adquire no regime de acumulação flexível?

- a) Flexibilidade do financiamento estatal.
- b) Flexibilidade na intervenção privada, com vistas à equidade social.
- c) Flexibilidade do capital, em detrimento dos interesses das classes menos hegemônicas.
- d) Flexibilidade das formas de regulação e de intervenção social estatal, mediante políticas sociais.
- e) Flexibilidade da gestão da política pública.

3. O Estado de bem-estar social concebe-se como parte integrante do modo de produção capitalista, ou seja, dos valores da ordem burguesa, da classe hegemônica, que possui o poder capital, organizando-se a serviço da sociedade capitalista.

O Estado na perspectiva do modo de produção capitalista, enquanto instituição da sociedade, fica em função de:

- a) Promover a legitimação da ordem social vigente.
- b) Garantir o processo de acumulação da produção.
- c) Garantir a rotação dos produtos de massa.
- d) Financiar os menos favorecidos.
- e) Controlar o capital.

Seção 1.3

O papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo!

Chegamos ao final dos estudos da última seção da unidade de ensino; portanto, mais uma etapa está sendo concluída.

Observamos no contexto de aprendizagem que o Instituto Voz e Movimento realizou um processo seletivo para assistentes sociais, com o objetivo de trabalhar a formação de grupos para a cidadania na periferia da zona leste de São Paulo.

Durante os encontros de formação cidadã, um dos temas importantes discutidos pelo grupo tratou da Constituição Federal de 1988 e, por consequência, dos direitos sociais, desafio colocado para a assistente social Paula. Como ela ganhou a confiança do grupo, tem sido procurada para ouvir relatos dos sofrimentos diários causados por problemas como a falta de infraestrutura básica nos bairros, a ausência de vagas na creche para as crianças e a inexistência de equipamentos públicos de lazer e esportes.

Pensando a interlocução com os moradores e a formação cidadã, como desencadear na prática ações de resolutividade para as questões/demandas levantadas pela população? Nosso desafio é auxiliar a assistente social Paula nesta seção de autoestudo, na compreensão e análise das demandas levantadas por parte dos moradores, relacionando o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais e os possíveis caminhos para a tomada de decisão acerca das questões levadas até ela pelos moradores, checando as influências do Estado para que consigam ter suas reivindicações atendidas. Será que existem políticas voltadas para tais questões? A população tem direitos ou somente deveres? E o Estado, como fica nesta situação? Os moradores conhecem suficientemente o teor do que trata a Constituição Federal para atender às suas necessidades?

Então, vamos lá!

Não pode faltar

Você já parou para pensar sobre o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais? Já entendeu as redefinições das ações do Estado brasileiro a partir da década de 1980? E mais, já pensou como ocorreu a formação da Constituição Federal de 1988, que desencadeou o olhar sobre os direitos humanos e sociais e as políticas sociais neoliberais? Percorreremos, nesta seção, os presentes temas.

Vimos na seção anterior que o Estado passou a ter um caráter intervencionista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), com diversas atribuições e características, como as inovações tecnológicas, as políticas públicas para o consumo em massa, o investimento estatal para a produção e para o consumo e a consolidação da imagem e da cultura de um Estado de bem-estar social, a serviço da população. Das características e atribuições, discutiremos, portanto, apenas a crise do Estado de bem-estar social, como desdobramento da crise estrutural do capitalismo, associada à crise capitalista de superprodução e superacumulação (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

A crise dos países desenvolvidos e a crise dos países em desenvolvimento sob governos autoritários, a partir da década de 1980, expunham a fragilidade do Estado e a necessidade de sua reforma (BAGATTOLLI, 2010 apud FLEURY, 2001).

O ajuste estrutural do Estado fundou-se no imperativo de novas formas de desimpedir e desregular o mercado em prol do capital. Nesta direção, as redefinições do papel do Estado tiveram alcance nas **bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas**.

O caráter das reformas do papel do Estado não se tratou de apenas um “*amoldament*” no plano administrativo-institucional, mas, para além disto, as reformas constituíram-se como parte de um conjunto de mudanças no sistema econômico, alcançando a:



[...] reestruturação produtiva do capital, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital, no interior da reestruturação do capital em geral – tem assim um caráter político, econômico e ideológico que visa alterar as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade, construídas no interior de um “pacto social-democrata”, no período pós guerra, e que conformaram o “Regime de Acumulação fordista-keynesiano”. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 203)

Como é possível observar, a redefinição incorpora em sua reforma a base do Estado de bem-estar social, em prol da hegemonia do capital. Para tanto, tem alcance nos direitos sociais, revisando e esvaziando conquistas sociais trabalhistas, econômicas e políticas construídas ao longo do século XX. Consolida-se, assim, uma verdadeira (contra) reforma do Estado que, fundamentado na crise social mundial, afiança como resposta neoliberal o corte aos gastos com a força de trabalho e a redução dos gastos sociais do Estado.

Para Pereira (1998), a reforma do Estado perpassa quatro problemas centrais e interdependentes, constituindo:

1. Um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado.
2. Um outro problema, também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado.
3. Um problema econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo.
4. Um problema político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar (PEREIRA, 1998, p. 49 -50).

Na caracterização da delimitação do tamanho do Estado, incluem-se as ideais de privatização, publicização e terceirização. Na regulação, diz respeito a maior ou menor intervenção do Estado no funcionamento do mercado. Em relação à governança, existem três aspectos, sendo eles: a superação da crise fiscal, as redefinições das formas de intervenção no plano econômico-social e a superação da forma burocrática de administrar o Estado. No aspecto da governabilidade, destacam-se dois aspectos: a legitimidade do governo perante o povo e a adequação das instituições políticas para intermediar e atender aos interesses da população (PEREIRA, 1988, p. 50).

Para que você, aluno, identifique o papel do Estado brasileiro diante da crise da década de 1980, precisamos situá-lo historicamente.

Na América Latina, os anos 1980 (no âmbito da economia) ficaram conhecidos como a década perdida. Isto se deu, pela baixa taxa de crescimento do PIB e pela aceleração da inflação, refletindo ainda na produção industrial, no poder de compra dos salários, no nível de emprego, no balanço de pagamentos e em inúmeros outros indicadores.



[...] a partir dos anos 70 e principalmente nos anos 80, a economia mundial enfrenta uma nova grande crise. No primeiro mundo, as taxas de crescimento reduzem-se para a metade em relação ao que foram nos primeiros 20 anos após a Segunda Guerra Mundial, enquanto as taxas de desemprego aumentam, principalmente na Europa, e o milagre japonês que sobrevivera aos anos 80, afinal soçobra nos anos 90. Na América Latina e no Leste Europeu, que se recusam a realizar o ajustamento fiscal nos anos 70, a crise se desencadeia nos anos 80 com muito mais violência. (PEREIRA, 1988, p. 53)

A desaceleração do crescimento econômico no Brasil foi significativa, apresentando uma queda considerável em relação às décadas anteriores. Do período chamado Milagre Econômico, em que o crescimento teve uma aceleração no Produto Interno Bruto – PIB, vamos avaliar que, em 1981, o PIB negativou em -4,25%.

Há que se avaliar, conforme dados do IBGE, que o Milagre Econômico brasileiro chegava ao fim e junto a ele o Regime Militar-Civil, ou seja, o fim da Ditadura. Entretanto, é impossível deslocar as mudanças no Estado brasileiro das mudanças globais.

Para o seu conhecimento, analise a Figura 1.1, com dados do IBGE de 1968 a 1982, são, portanto, 15 anos de análise do PIB brasileiro.

Figura 1.1 | Variação anual do PIB



Fonte: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 21 set. 2016.

A inflação chegou à marca de 100% ao ano e, mesmo com a elevação dos preços dos produtos importados, o balanço de pagamentos registrou abissais déficits. Na Figura 1.1 vemos que, em 1981, o país entrava em uma recessão, que duraria até o segundo semestre de 1982.

Apesar dos aspectos econômicos – da crise institucional instaurada no Estado brasileiro –, do ponto de vista político o panorama foi outro.

[...] ainda assim, pode-se dizer que a democracia foi um dos ganhos políticos da década economicamente perdida, os anos 1980. Outra conquista foi o surgimento e a consolidação de um espaço regional de coordenação de políticas, cujos desdobramentos positivos ainda fazem-se presentes. Apesar das dificuldades, a década 1980 foi marcada por acontecimentos relevantes no que diz respeito à aproximação dos governos latino-americanos. (MALLMANN, 2008, p. 55)

A aproximação latino-americana manteve pressupostos de diplomacia nos padrões regionais, com respeito às autonomias nacionais, diferentemente das diretrizes estadunidenses. Já o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, baseado no investimento estatal e no financiamento externo, chegava em sua etapa final e os rumos do cenário nacional tornavam-se incertos. O Brasil deixava de ser uma economia agroexportadora e importadora de manufaturados para se tornar nas últimas décadas do século XX uma sociedade industrial moderna.

É neste período que as forças populares começaram a definir os blocos de força, através da luta popular, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de inúmeras entidades e partidos políticos (como o nascimento do Partido dos Trabalhadores – PT), registrando, portanto, um grande desenvolvimento sócio-político.



Pesquise mais

Para conhecer o trabalho das CEBs, acesse o artigo *As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: um balanço historiográfico*, que aborda o funcionamento, a estrutura e os modelos de organização nos aspectos sociais, políticos e religiosos.

SCHIAVO, R. A. **As comunidades eclesiais de base no Brasil**: um balanço

historiográfico. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo_azevedo_schiavo.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

Diante do quadro de descontrole, instabilidade e desequilíbrios econômicos, o pacto de classes articulado pelo Golpe de 64 – grande burguesia interna e externa somada a setores médios – foi colocado em questão. O esgotamento do modelo vigente colocou fim na Ditadura e o que entrou em pauta foram as disputas de projetos econômicos ao longo da década de 1980, tendo como foco a redefinição das atribuições do Estado. O processo político brasileiro perpassava diversas pautas por demandas sociais, e com a não aprovação da emenda pela eleição direta para presidente da República, em 1984, as mobilizações desencadearam greves gerais. A medida estabelecia a realização de eleições diretas para presidente da República.



O país foi tomado de Norte a Sul por maciços atos de protesto. Os mais importantes aconteceram no Rio de Janeiro, com a presença de um milhão de pessoas, e em São Paulo, que contou com 1,5 milhão de participantes. Apesar de a emenda não ter sido aprovada, as mobilizações prosseguiram em greves gerais, inúmeras paralisações localizadas e na grande pressão para a aprovação de emendas populares – algo inédito – na Constituinte, instalada em 1987. (MARANGONI, 2012, p.03)

A mobilização nacional convergia na participação de toda a sociedade civil. Com o falecimento de Tancredo Neves, dias antes da posse, o seu vice, José Sarney, assumiu o governo em 1985, após eleição indireta pelo Colégio Eleitoral.

O presidente José Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, com a finalidade de rever a Constituição Federal vigente (de 1967), que estava defasada diante das transformações nacionais e mundiais. Neste rumo, propôs dois encaminhamentos para a Assembleia Nacional Constituinte:



A primeira delas, apresentada pelo governo Sarney, defendeu a ideia de que os parlamentares eleitos para o Congresso Nacional nas eleições de 1986 fossem considerados membros da Assembleia Nacional Constituinte. A segunda defendia a proposta de uma eleição exclusiva para escolha de membros

que se ocupariam especificamente da elaboração da nova Constituição. A proposta governamental saiu vitoriosa. (CANCIAN, 2013, p. 02)

Na elaboração da nova Constituição, dois blocos, ou seja, duas forças políticas representavam a sociedade brasileira. O bloco dos liberais defendia a não intervenção do Estado na economia e o bloco das forças da esquerda defendia a intervenção estatal, com a continuidade e a ampliação do Estado na regulação da economia. A Assembleia Constituinte era composta por deputados e senadores, eleitos democraticamente em 1986 e empossados em fevereiro de 1987. O trabalho da assembleia foi concluído em um ano e oito meses. Teve alcance significativo em várias áreas e permitiu avanços em áreas estratégicas - na saúde, na previdência social e na assistência social.



Exemplificando

Os trabalhos da Comissão alcançaram os direitos sociais, principalmente no âmbito da seguridade social. Para que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) existissem, foram garantidos na Constituição Federal, através dos artigos 203º e 204º, que tratam da assistência social como direito do cidadão.

O consenso que houve na construção da Constituição Federal, mesmo com a disputa do projeto econômico, portanto, foi relativo às questões relacionadas aos direitos individuais, políticos e sociais. A Constituição Federal de 1988 foi aprovada em 22 de setembro de 1988 pela Assembleia Constituinte e promulgada em 5 de outubro de 1988. Também ficou conhecida como a constituição cidadã, ao instituir um Estado democrático, com extensas garantias aos cidadãos brasileiros.

Em seu texto, possui normas consideradas irrevogáveis, chamadas cláusulas pétreas (não podem ser alteradas por emendas constitucionais). Entre as cláusulas pétreas, estão o sistema federativo do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; os direitos e as garantias individuais. As mudanças pontuais na Constituição podem ocorrer através das emendas constitucionais.

Portanto, a Constituição tem o objetivo de regular e pacificar os conflitos e interesses de grupos que integram uma sociedade e, para isso, estabelece regras que tratam dos direitos fundamentais do cidadão, da organização dos poderes, da defesa do Estado e da democracia, e da ordem econômica e social.



Refleta

Você acredita que a Constituição Federal (CF) garante direitos? No cotidiano, as pessoas são livres para votar? A CF é parâmetro para as relações sociais? O que você acha sobre o assunto?

A estrutura da Constituição de 1988 compreende:

Título I - Princípios fundamentais

Título II - Direitos e garantias fundamentais

Título III - Organização do Estado

Título IV - Organização dos poderes

Título V - Defesa do Estado e das instituições

Título VI - Tributação e orçamento

Título VII - Ordem econômica e financeira

Título VIII - Ordem social

Título IX - Disposições gerais

Na Constituição Federal, os direitos humanos permeiam diversos artigos. Eles estão inscritos no título que trata dos princípios fundamentais, no título sobre os direitos e garantias fundamentais, entre outros.



Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. (ONU BRASIL, 2016, [s.p.]

Conforme a ONU - Organização das Nações Unidas (1948), os direitos humanos são inerentes à humanidade. Historicamente, eles se estabeleceram no século XVIII, com a Declaração de Virgínia (1776), e posteriormente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Na modernidade, os Direitos Humanos (DH) dividem-se em antes e após a Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade já não suportava mais os atos de terror e violação dos direitos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) passou a vigorar e a guarnecer a humanidade.

A configuração moderna dos DH representa um grande avanço no processo de desenvolvimento do gênero humano, pois ao retirar os DH do campo da transcendência, os coloca no patamar da práxis, ou seja, das ações humanas conscientes dirigidas à emancipação. Ao adotar os princípios e os valores da racionalidade, da liberdade, da universalidade, da ética, da justiça e da política, incorpora conquistas que não pertencem exclusivamente à burguesia: são parte da riqueza humana produzida pelo gênero humano ao longo de seu desenvolvimento histórico, desde a antiguidade. (BARROCO, 2008, p. 3)

Vemos que os DH configuram um avanço para a humanidade, incorporando conquistas para o gênero-humano, para além da classe burguesa.

Além das conquistas no âmbito internacional, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, os direitos humanos e os direitos sociais foram incorporados na Constituição Federal de 1988. Os direitos sociais foram conquistas dos movimentos sociais ao longo da história.

Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado social de direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal. (MORAES, 2002, p. 203)

Portanto, os direitos sociais emergem das conquistas sociais, para a melhoria das condições de vida das pessoas, com vistas à igualdade social e à equidade social.



Faça você mesmo

Para conhecer a opinião das pessoas e poder refletir sobre as ações dos profissionais no cotidiano, pergunte para os seus familiares o que são os direitos sociais. Você pode se surpreender com as respostas.

As políticas sociais são (ou deveriam ser) a resposta concreta para a efetivação dos direitos sociais, tendo em vista que falamos de política social como “aquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania” (PEREIRA, 1998, p. 60). E, neste sentido, fundamentam-se nas relações de produção e reprodução da força de trabalho com vistas ao capital, pois não há distribuição igualitária de renda e riqueza, pelo contrário, só se verifica o aumento da desigualdade e da pobreza.



Assimile

As políticas sociais são (ou deveriam ser) a resposta concreta para a efetivação dos direitos sociais, tendo em vista que falamos de política social como “aquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania” (PEREIRA, 1998, p. 60).

O neoliberalismo foi uma resposta ao Estado de bem-estar social (PERRY, 1995) e em cada país teve uma característica diferente. Entretanto, o ajuste sintetizado pelo Consenso de Washington previa regras e padrões de capitalismo para os países da América Latina.

No Brasil, o Neoliberalismo surgiu, após a Constituição Federal de 1988, no governo de Fernando Collor de Mello, e instalou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso/FHC. No governo Collor, encontramos o veto à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e distorções em relação ao seguro-desemprego, investidas que visavam desqualificar a seguridade social. A organização e o controle das políticas sociais, na era Collor, caracterizaram-se pelo seu uso como moeda de troca. A LOAS só foi revista e aprovada, posteriormente, no governo de Itamar Franco. No governo de FHC, a proposta da mudança gerencial do Estado para a sua eficiência não provocou mudanças estruturais, pelo contrário, abriu as fronteiras para o desmonte de direitos

sociais, no âmbito da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social).

Conforme Behring (2008, p. 162):

Ao invés de política pública, responsabilidade do Estado e direito universal assegurado no âmbito da seguridade social, a assistência social é colocada no rol de políticas públicas pelo setor não-estatal [...] Parcela significativa dos técnicos do Estado foram capacitados e formados na perspectiva do ajuste e na lógica das orientações das agências internacionais para a política social: a boa focalização, a otimização da relação custo-benefício, o estímulo ao setor privado e ao voluntariado.



Por este viés, o voluntariado ganhou força na década de 1990, no campo do terceiro setor, na prática da ajuda e da caridade, com implicações significativas para os direitos sociais. Assim, as políticas sociais tornaram-se focalizadas e sofreram redução dos investimentos, na concepção de que os gastos sociais implicam na direção da economia.

Já estamos concluindo a primeira unidade da disciplina. Para tanto, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema.

Vamos adiante?

Sem medo de errar

Estamos no momento de pensar sobre a resolução da situação-problema. Convidamos você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*. Para que as suas ideias sejam concretizadas, as exponha. Saiba que estamos juntos neste processo de aprendizagem.

Na consolidação da Constituição Federal de 1988, a garantia dos direitos humanos e sociais está presente no texto e no cotidiano profissional, sendo que a luta dos assistentes sociais caminha rumo ao mesmo projeto societário democrático. As políticas sociais tornam-se instrumentos para a tentativa de minimizar as disparidades e as desigualdades sociais, diante do papel reduzido do Estado nos direitos sociais.

A situação-problema que apresentamos, portanto, nos remete a compreender o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais. Neste contexto, o conteúdo

construído ilumina o caminho a percorrer, bem como discute e apresenta a trajetória histórica da consolidação da Constituição Federal de 1988. Observe que, na construção do conteúdo para a formação cidadã, um dos temas importantes discutidos pelo grupo tratou da Constituição Federal de 1988 e, por consequência, dos direitos sociais.

Pensando a interlocução com os moradores e a formação cidadã, como desencadear na prática ações de resolutividade para as questões/demandas levantadas pela população, relativas ao acesso aos equipamentos públicos, como a creche? Nosso desafio é o de auxiliar a assistente social Paula nesta seção de autoestudo, na compreensão e na análise das demandas levantadas por parte dos moradores, relacionando o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais e apontando quais são os possíveis caminhos para a tomada de decisão acerca das questões levadas até Paula pelos moradores, checando as influências do Estado, para que consigam ter suas reivindicações atendidas. Para que você responda se existem políticas públicas voltadas ao enfrentamento destas expressões da questão social, atente à discussão que fizemos sobre a Constituição Federal.

Vamos lá! Contamos com você!



Atenção

O ponto crítico da situação-problema é identificar o papel do Estado brasileiro no trato das questões sociais.

Avançando na prática

“Ideologia, eu quero uma pra viver” (Cazuza)

Descrição da situação-problema

Conforme a matéria *Brasil tem 3 milhões de crianças sem escola ou creche, diz ministério da Educação* vinculada no site Carta Campinas, em 28 de março de 2016, os dados do “Censo Escolar de 2015 mostram que as matrículas diminuíram em todas as etapas de ensino, menos na creche, que atende as crianças até os 3 anos de idade. Os números refletem a queda da população, em geral, que tem reduzido entre crianças e jovens, mas, de acordo com especialistas ouvidos pela Agência Brasil, refletem também desafios para o sistema educacional. São 3 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora das salas de aula e que, por lei, deverão ser incluídos até este ano. O censo foi divulgado nessa semana pelo Ministério da Educação (MEC)”.

Fonte: CARTA CAMPINAS. **Brasil tem 3 milhões de crianças sem escola ou creche, diz Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://cartacampinas.com.br/2016/03/brasil-tem-3-milhoes-de-criancas-sem-escola-ou-creche-diz-ministerio->

da-educacao/>. Acesso em: 23 set. 2016.

Como, no atendimento social, de qualquer esfera de atuação profissional, uma solicitação por demanda de vaga em creche ou em escola pode ser encaminhada? O assistente social pode auxiliar nesse processo?

Resolução da situação-problema

Para a situação de vaga escolar ou vaga em creche, é importante entender que, conforme a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança e adolescente são prioridade absoluta das intervenções do Estado, na verdade deveriam ser, pois conforme a matéria citada, são 3 milhões de crianças e adolescentes fora das salas de aula.

Para tanto, no cotidiano profissional, a demanda por vagas em creche e em escola permeia as solicitações dos usuários atendidos e/ou o olhar dos profissionais. Assim, precisamos compreender que o direito pressupõe a não necessidade de intermediação para o acesso. Porém, para os profissionais, diante destas demandas, sugerimos:

1. Verificar se a família encontra-se na lista de espera por vaga; se não, ela deve ser inscrita.
2. Orientar que pergunte quantas pessoas estão na frente (na espera pela vaga), para monitorar se a fila de espera está sendo respeitada.
3. Orientar a família de que é possível procurar pelo Conselho Tutelar da cidade, para requisitar a vaga.
4. Acionar o Ministério Público, se mesmo com a solicitação do Conselho Tutelar a vaga não for garantida.
5. Levar a pauta para do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante do aumento da demanda por vaga em creche ou escola.

Faça valer a pena

1. A crise dos países desenvolvidos e a crise dos países em desenvolvimento sob governos autoritários, a partir da década de 1980, expunham a fragilidade do Estado e a necessidade de sua reforma. O ajuste estrutural do Estado fundou-se no imperativo de novas formas de desimpedir e desregular o mercado em prol do capital.

Diante do exposto, assinale a alternativa que descreve o alcance das redefinições do papel do Estado.

a) Nas relações com a sociedade civil.

- b) Na gestão das Comunidades Eclesiais de Base.
- c) Nas bases estruturais dos partidos políticos.
- d) No financiamento das ações sociais.
- e) Nas bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas.

2. Enquanto presidente do Brasil, José Sarney agiu para rever a Constituição Federal vigente (de 1967), que estava defasada diante das transformações nacionais e mundiais. Na elaboração da nova Constituição, dois blocos, ou seja, duas forças políticas representavam a sociedade brasileira. O bloco dos liberais defendia a não intervenção do Estado na economia e o bloco das forças da esquerda defendia a intervenção estatal, com a continuidade e a ampliação do Estado na regulação da economia.

Como proposta para a revisão da Constituição Federal, o então presidente José Sarney convocou uma:

- a) Greve geral.
- b) Nova eleição.
- c) Assembleia constituinte.
- d) Reunião de ministros.
- e) Reunião internacional.

3. O neoliberalismo foi uma resposta ao Estado de bem-estar social e em cada país teve uma característica diferente. Entretanto, o ajuste sintetizado pelo Consenso de Washington previa regras e padrões de capitalismo para os países da América Latina.

As políticas sociais neoliberais brasileiras foram afiançadas no governo de:

- a) Fernando Henrique Cardoso.
- b) Fernando Collor de Mello.
- c) Itamar Franco.
- d) Luís Inácio Lula da Silva.
- e) José Sarney.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

ABBAGNANO, N. Contratualismo. In: _____. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO, S. **A cidade de Deus**: contra os pagãos. Petrópolis: Vozes, 1990.

BAGATOLLI, C. **Reforma do Estado**: críticas ao modelo gerencial. Disponível em: <<http://www.cgca.com.br/userfiles/file/Cr%C3%ADtica%20%C3%A0%20Reforma%20gerencial%20do%20Estado%2030out09%20Carolina.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

BARROCO, M. L. S. **O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o serviço social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, N. **Estudos sobre Hegel**: direito, sociedade civil, estado. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CANCIAN, R. **Governo José Sarney (1985-1990)**: Nova Constituição e crise econômica. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-jose-sarney-1985-1990-nova-constituicao-e-crise-economica.htm>>. Acesso em: 22 set. 2016.

DECLARAÇÃO de Virginia de 1976. Disponível em: <<https://uni9direito1c.files.wordpress.com/2013/02/declarac3a7c3a3o-de-direitos-da-virgc3adnia-1776.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1778. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DECLARAÇÃO dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<http://www>>.

dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DOM13QUIXOTE. **O racionalismo Descartes**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=udAmaZnT23A>>. Acesso em: 3 set. 2016.

FASSO, G. Jusnaturalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In: _____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HEGEL, G. W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**. Tradução de Marcos Lutz Müller. Campinas: IFHC/UNICAMP, 2000.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, J. P.; MACHEREY, P. **Hegel e a sociedade civil**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1984.

MALLMANN, M. I. **Os ganhos da década perdida**: democracia e diplomacia regional na América Latina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 9, 72. ed., jun. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 21 set. 2016.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, n. 5, out./dez. 1995.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENDES, V. A. A sociedade civil em Hegel e Marx. **Revista Emancipação**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2006.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ONU BRASIL. **O que são os direitos humanos?** Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/definicao/>>. Acesso em: 23 set. 2016.
- UNPA. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966**. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE**, Brasília, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.
- PEREIRA, P. A. Tendências e perspectivas do sistema de proteção social contemporâneo. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Paraíba. **Anais...** Paraíba: Fita Transcrita, 1998.
- PERRY, A. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). **Posneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- RAMOS, C. A. **Liberdade subjetiva e Estado na filosofia política de Hegel**. Curitiba: UFPR, 2000.
- RIBEIRO, P. S. **As bases do Estado e do pensamento liberal**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/as-bases-estado-pensamento-liberal.htm>>. Acesso em: 4 set. 2016.
- SCHIAVO, R. A. As comunidades eclesiais de base no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: aprender com a história?, 3., 2009, Mariana. **Anais...** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo_azevedo_schiavo.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.
- SILVA, A. A. **O capitalismo tardio e a sua crise: estudos das interpretações de Ernest Mandel e a de Jurguen Habermas**. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- VILALON, E. M. A. Jusnaturalismo e contratualismo em Hobbes e Locke: do estado de natureza ao estado político. **Revista eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul**, São Paulo, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011.

Classes, consciência e lutas de classes

Convite ao estudo

Olá! Aprendemos na primeira unidade de ensino os clássicos da teoria política na concepção teórica de Estado: na perspectiva moderna, na concepção marxista e no pensamento neoliberal.

Nesta segunda unidade de ensino, conceituaremos classes, consciência e lutas de classes, compreendendo as teorias sobre classes, a consciência social e a consciência de classe, bem como classes e lutas sociais no Brasil.

Nesse sentido, a competência desejada indica que o percurso inicial enseja conhecer e identificar a estratificação social em castas, estamentos e classes, o conceito de classe em autores pré-marxianos, o conceito de classe social em Weber, a classe social em Marx, a consciência social, a consciência de classe, a consciência e a alienação, a consciência e a ideologia, as classes subalternas e suas condições de vida, trabalho e as manifestações ideo-políticas e socioculturais, com ênfase na história das lutas sociais no Brasil, da Ditadura à atualidade e com o olhar sobre a questão social, a crise do capital e os impactos nas lutas de classes.

Agora, trataremos um contexto de aprendizagem teórico-prática para tornar o seu aprendizado o mais próximo possível da realidade de diversos profissionais atuantes no serviço social. O contexto que apresentamos acontece na comunidade rural, na zona rural da cidade de Bem-me-quer, no norte de Minas Gerais, quase divisa com o estado da Bahia. Na comunidade, a exploração da mão de obra e o acúmulo de terras nas mãos de poucos tem afastado os trabalhadores da "terra". Os lavradores, trabalhadores rurais, tornam-se, aos poucos, uma população desprovida de direitos. Diante disso, o

desafio é imaginar que você passou no concurso público da cidade, como assistente social, e foi acionado para trabalhar no CRAS de Bem-me-quer, onde vivenciará na prática estas e outras questões que vêm ocorrendo na cidade de Bem-me-quer. Nesta unidade que inicia agora, para que você desenvolva a competência de conhecer e estabelecer a relação entre as bases teóricas sobre as classes sociais, o Estado e a sociedade civil, analisando e refletindo sobre suas manifestações sociopolíticas e culturais e sua organização, precisaremos entender as teorias sobre classes, consciência social e consciência de classe, classes e lutas sociais no Brasil, com o objetivo de conhecer e praticar essas três áreas de conhecimento. Desenvolveremos um conteúdo que o apoiará na resolução dos desafios propostos nesta unidade. Trabalhar é preciso.

Seção 2.1

Teorias sobre classes

Diálogo aberto

Olá! Seja bem-vindo aos estudos das teorias de classe social.

Vimos no contexto de aprendizagem que após passar no concurso público, na cidade de Bem-me-quer, e já atuando por três anos como assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), muitos projetos foram desenvolvidos. Neste período, você foi acionado para comparecer ao gabinete do prefeito municipal. Imagine quantas coisas passam pela cabeça em um momento desse. Algum convite profissional? Algum reconhecimento pelo trabalho? O prefeito, sem muitos rodeios, foi direto ao assunto e perguntou o motivo de estar trabalhando os conceitos de classe social de Marx nos grupos de cidadania do CRAS. Relatou que soube que a população estava se organizando por conta de suas atividades. Pensando sobre a competência do assistente social, as funções do CRAS e as possibilidades e limites institucionais, o que fazer? O seu desafio será relatar como seria a resposta possível, considerando os conceitos apreendidos. Contemple, se achar necessário, o conceito de classe social no seu relatório. Não se esqueça de que a seção *Não pode faltar*, sem dúvidas, pode auxiliá-lo na construção do seu relato.

Estamos juntos. Boas reflexões!

Não pode faltar

Olá! Seja bem-vindo à nossa primeira seção de autoestudo da Unidade 2.

Você já pensou sobre as lutas de classes? Conhece as teorias de lutas de classe social? Consegue perceber as lutas de classes no cotidiano? Conversaremos um pouco sobre este assunto. Marx (2003, p. 26) afirmou que “a história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”.

Para pensarmos sobre as lutas de classe, é preciso situar o trabalho no modo de produção capitalista (MPC), pois o trabalho só pode se realizar como uma atividade sob o comando do capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).



Essa relação (entre capital e trabalho), longe de realizar a “liberdade” (no sentido apontado), é uma relação de exploração e alienação. Portanto, o trabalho, ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital, promove a exploração e a alienação do trabalhador – o trabalho assalariado, portanto, desumaniza o trabalhador (MONTAÑO; DURIGUETO, 2010, p. 81).

A relação trabalho e capital, desta forma, se traduz em uma relação de exploração e alienação e o trabalho assalariado, enquanto categoria ontológica determinante do ser social, promove a desumanização do trabalhador.



Exemplificando

Podemos exemplificar a situação da exploração do trabalhador, ou seja, da relação do capital e trabalho. No cotidiano profissional, um exemplo corrente é o atendimento a trabalhadoras domésticas que não possuem registro na carteira profissional e temem a demissão, caso as patroas resolvam demiti-las.

No MPC, quanto maior for o desenvolvimento do capitalismo, maior será a acumulação do capital, mas esse acúmulo não se traduzirá em distribuição da riqueza. A lógica do capital é a concentração da riqueza, portanto maior acúmulo. Porém, qual é o problema de não ser distribuída a riqueza acumulada? Podemos afirmar que a desigualdade social, nasce porque a riqueza produzida e acumulada não é dividida igualmente para todos, pelo contrário, ela é distribuída para poucos.

As respostas de poucos para a desigualdade social têm sido construídas ao longo do tempo, forjadas no enfrentamento nas lutas de classes, pois como afirmam Montaño e Duriguetto (2010, p. 81)



As lutas de classes [...] são o instrumento que o trabalhador tem tido para diminuir essa desigualdade, ora conquistando leis e normas que regulem a relação salarial, ora inibindo relativamente o poder do capital.

Como instrumento do trabalhador, as lutas de classes forjam-se, portanto, para diminuir as desigualdades, ora conquistando leis de proteção e de direitos sociais, ora enfrentando (relativamente) o poder do capital.

As classes sociais no MPC se constituem para além dos conhecidos grupos: de classe rica ou pobre, classe média alta ou baixa. Em sua particularidade, o estudo da classe social, permite compreender a divisão social em classes e a desigualdade característica da sociedade capitalista.

Na constituição das classes sociais no MPC, a estratificação social é uma terminologia utilizada no campo da Sociologia ou das Ciências Sociais para descrever a classificação hierárquica dos grupos das pessoas na sociedade, ou seja, ela descreve a divisão da sociedade em camadas ou em estratos sociais.

Rego (1972, p. 5) apresenta que cada uma das camadas sociais ou estratos sociais se constituem por indivíduos “ou grupos de indivíduos, que participam de um mesmo intervalo de classe no histograma de valores estabelecidos socialmente”.

A estratificação social está presente, conforme análise histórica, em todas as sociedades. Conforme exemplificam Montañó e Duriguetto (2010, p. 82), a estratificação social

[...] representa a desigualdade social existente e a divisão das pessoas em grupos, estratos sociais, seja em relação à riqueza econômica, ao poder político ou religioso, seja em relação à função que se cumpre na sociedade.



O que os autores exemplificam, em relação à divisão das pessoas em grupos, é traduzido como:

- Estratificação econômica se baseia na riqueza e na distribuição dos bens por ela existentes. O que é evidente nas sociedades é que a distribuição dos bens é desigual, configurando o que é conhecido como pirâmide social, em graus de ricos e pobres.
- Estratificação política se trata da divisão de poderes e autoridades dos grupos de pessoas nos aspectos políticos, militares e religiosos. Neste sentido, define os grupos determinados como dominadores e subalternos.
- Estratificação funcional reconhece a divisão das pessoas nos papéis sociais que desempenham e nas funções que cada um deve exercer.

Para Rego (1972, p. 5) a estratificação funcionalista se converge por dois fatores interligados, sendo a diferenciação social e a avaliação social. A consequência da convergência entre os dois elementos traduz a estratificação funcionalista, ou seja, “uma escala institucionalizada, na qual os homens ou grupos são classificados como superiores ou inferiores, ou iguais de acordo com o valor atribuído às várias posições institucionalmente hierarquizadas e por eles ocupadas”.

Na divisão de classes no MPC, a estratificação social assume diferentes formas. Portanto, basicamente, há as castas, os estamentos e as classes sociais.

As castas, existentes na sociedade da Antiguidade Oriental, concebe grupos fechados e hierárquicos, sem mobilidade social entre as camadas sociais. Os casamentos, por exemplo, ocorrem dentro na mesma casta, sem mistura entre elas. Sustentam-se hereditariamente na religião, raça ou etnia, culturas etc.

Os estamentos (ou status) foram típicos das sociedades feudais, onde as relações eram reguladas por grupos com leis, direitos e deveres diferentes. A mobilidade social entre os estamentos ocorria por relações de interesses e privilégios (posse de terras, riqueza).

As classes sociais, que discutiremos a partir de agora, conformam



[...] grupos sociais não definidos por questões hereditárias (sem ignorar o fato de que nascer em uma família de uma ou outra classe condiciona relativamente seu pertencimento futuro a ela), nem por leis ou privilégios especiais que as diferenciem (representando uma igualdade formal), remetendo a uma dimensão estritamente econômica, seja pelas diferenças no mercado ou na produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 83).

Desta forma, as classes sociais diferenciam-se das castas e dos estamentos, na medida em que compreende uma nova dimensão epistemológica das relações sociais, alcançando, então, os fatores econômicos: mercado e produção.

Os estudos de classes sociais, na estratificação social, antecedem as análises de Weber e Marx. Os autores pré-marxianos que discutiam o conceito de classe social datam os séculos XVIII e XIX.

Vamos encontrar em Adam Smith (1723-1790) os estudos das classes sociais já na perspectiva econômica. No seu livro clássico *Riqueza das Nações*, Adam Smith discute e sinaliza uma acumulação, um rendimento que se diferenciava do salário e que este

“lucro” não se configurava como um rendimento advindo, até então, da forma de produção da agricultura. O lucro, nesta perspectiva, tinha origem na indústria, sendo a atividade que o capital já enxergava espaço/área para exploração.

Adam Smith constrói na sociedade do século XVIII uma teoria sobre a distribuição dos rendimentos, que

[...] pressupõe uma certa estrutura de classes da sociedade e um estudo “instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”. Defensor do liberalismo, entende, porém, que o contrato de trabalho não é um contrato como os outros, porque as duas partes não são, de modo algum, iguais: uma tende a trabalhar para viver; a outra pode viver sem trabalhar (NUNES, 2005, p. 5).

Compreendia, assim, a dualidade entre o trabalho e o trabalhador e a partir dela uma certa estrutura de classes na sociedade. Complementa ainda Nunes (2005) que Adam Smith reconhecia as desigualdades e defendia que o Estado não deveria intervir, confiando nas relações de mercado.

Outra análise clássica dos pré-marxianos tem suas bases no teórico social francês Saint Simon (1760-1825), que ponderava que a sociedade era dividida em duas classes, sendo a industrial (os produtores: homens encarregados dos trabalhos braçais) e a ociosa (comandantes, livres do trabalho pesado ou braçal).

Uma terceira análise dos pré-marxianos tem suas bases nos estudos do intelectual operário francês Pierre-Joseph Proudhon (1809- 1865). No seu livro *O que é a propriedade?*, o autor considera que a divisão social em classes tem origem na propriedade. Veremos mais adiante em Marx a rediscussão dos conceitos de classe social em Proudhon e Adam Smith.

Na modernidade, Max Weber (1864-1920) é um dos autores mais referenciados nas discussões sobre classe social, em oposição aos conceitos de Marx. Para Weber (1974), toda discussão sobre estratificação social passa inicialmente por discutir o conceito de poder. Compreende-se por poder

[...] a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize a sua vontade própria em uma ação comunitária até mesmo contra a resistência se outros que participam da ação (WEBER, 1974, p. 211).

Neste sentido, a distribuição do poder está presente em toda forma de estruturação da sociedade. Lemos (2012) reflete que para Weber a estruturação social não se organiza apenas no nível econômico, mas também em termos de poder. A mobilidade social pode ser avaliada na relação da estruturação do poder e na produção econômica.

Para Weber (1974), diferente dos conceitos de castas e estamentos, a classe social é entendida para além do conceito de comunidade. A relação de classe vai ser determinada por um mesmo elemento causal. Este elemento é corroborado por interesses no âmbito econômico das posses e bens, "das oportunidades de renda, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho" (LE MOS, 2012, p. 120).

Portanto, para Weber



[...] poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens, ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais (WEBER, 1974, p. 226).

Assim, a situação de classe é definida pelo tipo de propriedade que possui e utiliza, de acordo com a produção e aquisição de bens.



Refleta

A situação de classe é definida pelo tipo de propriedade que o indivíduo ou o grupo possui, ou seja, das aquisições que utilizam. Será? O fato de o sujeito possuir bens materiais pode determinar a classe social que ele pertence?

Weber (1991) estabelece uma tipologia de classe, com destaque para três situações singulares:

- a) Classe proprietária: a situação de classe é determinada pelas diferenças de propriedades.
- b) Classe lucrativa: a situação de classe ocorre por meio da valorização de bens e serviços de mercado, pelo comando da produção.
- c) Classe social: a situação de classe é estabelecida por critérios pessoais ou geracionais. Desta classe, há como membros o proletariado e a pequena burguesia.

Destacamos, ainda, que a grande crítica de Weber (1974) a Marx foi o da redução da compreensão e conceito de classe, na estratificação social, aos fatores econômicos, às posições ocupadas no processo de produção.

Avançando na discussão sobre o conceito de classe social, encontraremos em Marx uma compreensão diversificada e inacabada. No MPC, o tratamento ocorre de forma diversa:

- No livro *O Capital* (2010), Karl Marx as classes são caracterizadas a partir do MPC, sendo dividida em três classes fundamentais.
- No *Manifesto comunista* (2003), de Marx e Engels, as classes são divididas a partir dos proletariados e burgueses, ou seja, explorados e exploradores.
- No *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, (2011) de Karl Marx, ocorre uma interpretação de classes mais heterogêneas e mais variadas, considerando a situação concreta dos indivíduos.
- *A luta de classes na França*, (2012), de Karl Marx, discute as classes em processo de oposição e lutas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 84).

Marx (2003) considera a classe social como uma categoria dialética e em movimento, sendo fundada no modo de produção. Nesta perspectiva, as classes sociais modernas são expressões do MPC.

O que difere para Marx em relação a Weber é que

[...] não é na esfera do mercado, mas no âmbito da produção que se determinam originalmente as classes; não é pela capacidade de consumo, mas pela função na produção que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social; não é pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riqueza (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 85).



Assim, os elementos determinantes de classes sociais perpassam o tipo e o volume da renda, a capacidade de consumo e o acesso ao mercado. Em uma análise estrutural da formação de classes sociais, os determinantes sinalizados por Marx perpassam ainda três aspectos centrais:

1. A propriedade que as pessoas possuem na atividade produtiva (no MPC) subdivide-se, ainda, em três tipos essenciais: a) propriedade de força de trabalho; b) propriedade dos meios de produção; c) propriedade da terra.

2. As relações de produção que as pessoas estabelecem no MPC, ou seja, as relações entre o capitalista (dono do capital) e o trabalhador (dono da sua própria força de trabalho).
3. A partir dos interesses dos itens anteriores, os sujeitos, ao tomar consciência, criam formas de enfrentamento da pressão/opressão de uma classe com a outra.

Marx observa uma centralidade nas relações, com polarização entre duas classes sociais, ou seja, entre os burgueses e os proletariados. Este sentido, na contemporaneidade, terá outra direção, pois



[...] o que ocorre hoje é a convivência das classes fundamentais com outra diversidade de classes e dentro de cada uma delas, uma enorme heterogeneidade. Isso traz não apenas questões para conceituar as classes sociais, mas fundamentalmente para pensar os níveis de consciência política e o(s) sujeito(s) da transformação social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 90)

Observe que Marx também analisou as classes sociais para além do modo de produção capitalista, ou seja, para além da relação capital e trabalho. Isto, em seu trabalho teórico, ocorreu principalmente na conceituação da Teoria da mais-valia.



Pesquise mais

Conheça um pouco mais sobre a Teoria da mais-valia, de Marx, sob os aspectos do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo.

SANTOS NETO, A. B. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas Teorias da mais-valia de Karl Marx**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2012n8p5/25510>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Marx (2003) atribui que as diversidades de classes ora representam resquícios de classes pré-capitalistas, ora novas formas de classes sociais (mesmo que ainda pouco desenvolvidas) e ora classes complementares da atividade produtiva.

As classes sociais, em Marx (2003), desenvolvem-se ainda em dois níveis: o “modo de produção estrutural e a formação social conjuntural” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 91).

O modo de produção estrutural fundamenta-se na separação do produtor direto dos meios de produção, com relação na venda da sua força de trabalho em troca de um salário, *no qual parte da mais-valia será explorada pelo capitalista.*

Nesse nível de concretização e de análise das classes sociais, constituem-se as duas classes fundamentais, capital e trabalho, enfrentadas como classe dominante e dominada, exploradora e explorada [...] sendo as classes “uma expressão fundamental dessas relações antagônicas” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 apud SANTOS, 2010, p. 91)



Por esta análise, o conceito de classe social se fundamenta nas relações contraditórias entre os dominantes e dominados ou nos resultados das forças produtivas e nos conflitos advindos destas relações.



Assimile

As classes sociais em Marx desenvolvem-se ainda em dois níveis: o modo de produção estrutural e a formação social conjuntural.

Na formação econômica e social, a análise econômica cede lugar à análise de conjuntura, ou seja, a interpretação da dinâmica das relações sociais de forma concreta. Montaño e Duriguetto (2010, p. 92) recorrem a Santos (1987) para enfatizar que a interpretação desta dinâmica tem funcionalidade em três níveis: da estrutura social, da situação social e da conjuntura. A diferença é que enquanto no modo de produção capitalista as classes dividiam-se pelo processo produtivo, na dinâmica social uma abrangência plural e significativa dá voz à heterogeneidade e mobilidade ao modelo.

Na dinâmica social, algumas classes aparecem de forma mais concreta:

- Classe burguesa: formada pelos donos dos meios de produção, capitalistas modernos.
- Classe trabalhadora: formada pelo proletariado ou pelos assalariados modernos (donos da sua própria força de trabalho, mas despossuídos dos meios de produção).
- Lumpem proletariado: formada pelas pessoas que não se incluem no modo de produção existente (mendigos, soldados desligados do exército, presidiários libertos etc.). Podem exercer resistência ao modo de vida existente.

- Classe média: classe formada a partir do século XX, de forma crescente, com atuação nos âmbitos econômicos, políticos e por vezes donos dos meios de produção. Ocupam uma posição intermediária, acima dos trabalhadores, mas que continuam sob o domínio e controle do capital.

Marx ainda apresenta um questionamento significativo sobre as classes sociais, que se trata da compreensão da diferenciação de duas dimensões de classe social: a classe em si e a classe para si.



[...] a classe em si remete à mera existência de uma classe. [...] a classe para si [...] conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 97)

Portanto, a dualidade e a convivência entre e a classe em si e classe para si podem coexistir e levar a outros determinantes, como a consciência de classe e a lutas de classes.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Olá! Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Convidamos você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*. Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para compor as suas respostas, pois só assim você poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema nos remete a compreender o conceito de classe social em Marx, pois a população atendida no CRAS, na cidade de Bem-me-quer, estava participando de um grupo de cidadania e discutiam os conceitos de classes sociais. Aqui, podemos pensar como a exemplificação histórica dos conceitos de classes sociais podem auxiliar na compreensão atual de cidadania.

Na resolução da situação-problema, ao auxiliar a assistente social no diálogo com o prefeito, lembre-se de compor os elementos explicativos de forma clara e objetiva, para que se torne mais acessível a compreensão do papel do CRAS na formação cidadã.

O que acha? Talvez estabelecer tópicos pontuais pode auxiliá-lo a resolver esta questão, ponto a ponto, passo a passo. Para a construção do relato sobre os fatos ocorridos, no caso proposto, no diálogo com o prefeito que chamou a assistente social do grupo para dialogar sobre o assunto, sugerimos destacar o conceito de estratificação social e classe social em Marx, conforme a perspectiva construída no corpo do texto.

Para o posicionamento profissional cotidiano, a compreensão da estrutura de classes e das correlações de forças existentes na sociedade pode sustentar as ações teóricas e práticas.

Perceba que, para a formação cidadã, os conceitos apresentados sobre classe social não são absurdos e deslocados da direção dos princípios e valores do Serviço Social.

Avançando na prática

Direito seu, direito nosso

Descrição da situação-problema

No atendimento social do CRAS, a assistente social foi procurada por uma usuária atendida com os benefícios federais de transferência de renda (bolsa família) e que, mesmo trabalhando sem registro na carteira profissional, encontra-se dentro dos critérios de elegibilidade para acessá-los. No último atendimento social, ela relatou que foi dialogar com a sua superior, para a qual trabalha de segunda a sexta, a fim de solicitar o registro na carteira profissional, mas a sua responsável a ameaçou dizendo que teria que demiti-la do trabalho, caso a registrasse, pois não tinha dinheiro suficiente para isso. Temerosa, a usuária relatou que nada mais falou. Isso ocorreu há mais de 30 dias e a sua patroa não a dispensou, porém ela também não voltou a falar sobre o registro.

Resolução da situação-problema

Considerando a exploração do trabalho das domésticas no Brasil e a recente legislação de proteção aos direitos trabalhistas desse grupo, a orientação social deve reforçar os direitos da trabalhadora e que ela deve, sim, requerer o registro na carteira profissional. Do contrário, caso seja demitida, deve ser encaminhada para a Justiça do Trabalho, a fim de entrar com a solicitação dos direitos em função das atividades exercidas.

Faça valer a pena

1. Como instrumento do trabalhador, forjam-se, no cotidiano e na trajetória da humanidade, portanto, para diminuir as desigualdades, ora conquistando leis de proteção e de direitos sociais, ora enfrentando (relativamente) o poder do capital.

Considerando o texto-base, assinale a alternativa correspondente ao instrumento que está sendo mencionado:

- a) Socialismo.
- b) Capitalismo.
- c) Classes sociais.
- d) Liberalismo.
- e) Consciência social.

2. A estratificação social reconhece a divisão das pessoas nos papéis sociais que desempenham e nas funções que cada pessoa deve exercer. A estratificação funcionalista se converge por dois fatores interligados, sendo a diferenciação social e a avaliação social. A consequência da convergência entre os dois fatores traduz a estratificação funcionalista.

Para Max Weber (1974), diferente dos conceitos de castas e estamentos, a classe social é entendida:

- a) Para além do conceito de comunidade.
- b) Como um grupo social.
- c) Para além dos interesses sociais.
- d) Contrária dos interesses burgueses.
- e) Como uma divisão hierárquica do poder religioso.

3. Karl Marx (2003) analisou as classes sociais para além do modo de produção capitalista, ou seja, para além da relação do capital e do trabalho. Isto, em seu estudo teórico, ocorreu, principalmente, na conceituação da então Teoria da mais-valia.

Marx (2003) considera a classe social como um categoria dialética e em movimento, sendo fundada:

- a) No modo de produção liberalista.
- b) No modo de conversão das moedas.

- c) No modo do poder religioso.
- d) No modo de produção socialista.
- e) No modo de produção capitalista.

Seção 2.2

Consciência social e consciência de classe

Diálogo aberto

Olá! Seja bem-vindo aos estudos da consciência social e da consciência de classe.

Vimos no contexto de aprendizagem que, após passar no concurso público, na cidade de Bem-me-quer, e já atuando por três anos como assistente social no CRAS, muitos projetos foram desenvolvidos. Na sua rotina de atendimento social no CRAS de Bem-me-quer, um trabalhador rural sem registro na carteira de trabalho, com 68 anos de idade, solicitava acesso ao Programa Bolsa Família, pois a renda familiar era esporádica e insuficiente para a provisão das despesas da casa.

Na entrevista social, você identificou que o trabalhador não era aposentado e, de acordo com sua fala, dizia que “pobre, preto e velho não tem direitos”. Quais encaminhamentos são possíveis nesta situação? Cabe acompanhar o idoso nos órgãos competentes para acesso à aposentadoria? Desafio posto. Você, aluno, deverá pensar na resposta, que fará parte do relatório do atendimento realizado e dos encaminhamentos possíveis. Entretanto, para a elaboração do relatório, lembre-se de que será essencial discutir sobre a consciência social e a consciência de classe. Lembre-se de que a seção *Não pode faltar*, sem dúvidas, pode auxiliá-lo na construção do seu relatório.

Não pode faltar

Como aprendemos na primeira seção, as principais referências teóricas sobre classes e lutas de classes teve em Marx a crítica necessária para situá-las no contexto histórico da humanidade. Marx apontou no *Manifesto comunista* que “a história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 2003, p. 26).

Lembra-se de que discutimos o conceito de classe em si e para si? Retomaremos rapidamente: classe em si constitui-se da população cuja condição social e papel no processo produtivo a situa e caracteriza em uma unidade de interesses comuns.

Traduz uma mera existência de uma classe social "(MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 97)". Classe para si constitui-se pelos interesses comuns e defesa dos seus interesses, com consciência dos seus inimigos. Organiza-se para a defesa dos seus interesses.

Para que retomar esta discussão? Qual é o sentido de classe em si e para si? Sem muitos enigmas, vamos direto ao assunto: a consciência social e as lutas de classes são determinações da convivência mútua entre as duas dimensões e na passagem entre uma e outra. Conforme Montaño e Duriguetto (2010), no mesmo processo encontramos as três dimensões: classe, lutas de classe e consciência.

Marx no prefácio do livro *Contribuição à crítica a economia política*, trata da consciência social do seguinte modo:



[...] o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1977, p. 24).

Portanto, a consciência social passa pelas determinações do modo de vida, ou seja, de dada realidade social. A sua transformação passa por essa tomada de consciência. Marx (1977, p. 24) complementa ainda que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência".



Assimile

Classe em si constitui-se da população cuja condição social e papel no processo produtivo a situa e caracteriza em uma unidade de interesses comuns.

A relação mútua entre a objetividade, da realidade existente, com a subjetividade, dos sujeitos que dela fazem parte, fundem-se em um único processo. Contudo, a mera convivência das pessoas sobre a realidade social determinam um modo de consciência, que se desenvolve em função:

- Do tipo de inserção e apreensão na/da realidade.

- Individual.
- Grupal.
- Humano-genérica (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 98).

Para a discussão da consciência de classe, recorreremos aos estudos da *Ontologia do ser social*, de Lukács (2010), pois ele agrega as seguintes categorias para a análise: trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social.

Marx, em relação ao trabalho conceitua que

[...] o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem (MARX, 2004, p. 84).

O trabalho é entendido como a atividade vital e basilar na produção do humano, uma atividade teleológica e alienada pelo capital na dimensão do trabalho assalariado.

Em relação à categoria da vida cotidiana, precisamos situá-la sob as iluminações dos estudos de Lukács (2010) e Heller (2004). Aliás, Heller (2004) embasou o seu trabalho nos estudos de Lukács (2010).

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais [...] (HELLER, 2004, p. 17).

Por ser a vida cotidiana, a vida do homem inteiro, que vivencia todas as suas características e potencialidades, fica impensável deslocá-lo dela.



Refleta

Você já parou para pensar sobre o cotidiano? Acredita realmente que ele é "a vida do homem inteiro"? Talvez existam outras formas de viver sem o cotidiano. Acredita nesta possibilidade?

E na cotidianidade ocorre a socialização do homem em dada realidade social e reprodução social dos indivíduos. Desta forma, Montaño e Duriguetto (2010, p. 99), ao citarem Heller (2004), chegam à conclusão memorável de que "o cotidiano é, portanto, um produto histórico, assim como constitui um campo de construção histórica".

Para Lukács (2010, apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), a vida cotidiana permeia as seguintes determinações:

- a) Heterogeneidade: se configura para além dos processos da natureza (linguagem, trabalho etc.), alcançando interesses diversos, determinados não só pelas dinâmicas singulares, mas também pela condição de classe.
- b) Imediaticidade: é caracterizada pelas respostas imediatas, sem passar pela mediação entre pensamento e ação.
- c) Superficialidade extensiva: "trata das respostas aos conjuntos de ações singulares, porém sem considerar as relações que as vinculam" (LUCKÁCS, 2010, apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 99).

Destas características apontadas, encontramos na cotidianidade a alienação, que trataremos um pouco mais adiante.

É na vida cotidiana que se expressa a primeira forma de consciência social.



Se a realidade do ser social é que determina a consciência, então as determinações de classe (a situação de classe) condicionam, em primeira instância, a consciência dos indivíduos. Primeiramente na forma de percepção, de vivência individual e subjetiva [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 100-101).

Então, é na vida cotidiana que o ser social desenvolve a sua consciência individual e subjetiva, dentro da realidade social de classe.



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre os desafios profissionais dos assistentes sociais no cotidiano, acesse o artigo *Desafios do serviço social no cotidiano: fios e desafios*.

FALEIROS, V. P. **Desafios do serviço social no cotidiano**: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

Na vivência imediata, sem a mediação do pensamento e da ação, é que vai se caracterizar a alienação na vida cotidiana. A alienação no Modo de Produção Capitalista – MPC é um elemento que passa a caracterizar a vida cotidiana e, portanto, a consciência ali desenvolvida. Entretanto, as compreensões sobre a alienação ultrapassam os ensaios de Marx, de situá-la somente na relação de exploração do trabalhador pelo capitalismo.

[...] o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 102).



Por esta vertente, a análise crítica sobre a alienação é mais rica e completa. Desta forma, segundo Montaño e Duriguetto (2010), a alienação possui um leque de dimensões e aspectos, sendo:

- a) Na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho: em que a exploração do produto de trabalho do trabalhador, apropriado pelo capital, caracterizando a exploração. O trabalho realizado pelo trabalhador é estranho, como a um objeto.
- b) Na relação do trabalhador com o ato da produção dentro do trabalho: o trabalhador vira um instrumento, como uma peça produzida por uma fábrica. Não participa do processo produtivo.
- c) Na relação do trabalhador com o ser social: o sujeito não se reconhece como sujeito das coisas, como produtor das coisas. A alienação ocorrerá na compreensão de si mesmo, da natureza e da realidade social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 102-103).

Do último aspecto, Marx sinaliza que se desdobram em quatro itens: a alienação do homem em relação à natureza, a alienação de si mesmo assim como da sua espécie, a alienação do próprio corpo, da sua vida intelectual e humana e, por fim, a alienação do homem em relação ao homem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 103).

Em síntese, todo este processo credita uma consciência alienada, portanto, sem a capacidade de realizar uma crítica e/ou transformação da realidade social. Definido o sentido da consciência e da alienação, podemos caminhar para o diálogo sobre a consciência e a ideologia.

O cantor Cazusa, em sua letra de música *Ideologia*, clamou por uma geração que tinha uma expectativa de mudança, uma geração em busca de uma nova ideologia pós-ditadura, mas que se viu solitária em plena crise dos partidos políticos.

"Ideologia!

Eu quero uma pra viver

Ideologia!

Eu quero uma pra viver [...]" (CAZUZA, 1988).

E você, caro aluno, tem clareza sobre o conceito de ideologia? Você busca, assim como o Cazusa, uma ideologia para viver?

Deslocando o assunto para o campo da Filosofia, Marx é referência inicial e principal sobre o assunto. Assim, fica impossível discutir o assunto sem conceituar a ideologia, sem os fundamentos de Marx.

Marx e Engels, no livro *A ideologia alemã* (1993), apresentam a ideologia como uma inversão da realidade. A ideologia representa, preliminarmente, uma consciência falsa. Ela aparece como uma deturpação da realidade e, por outro lado, como antítese, ela expressa a realidade como ela é. "A ideologia é a inversão – a consciência de que os homens são realmente – de sua realidade social" (DIAS, 2013, p. 5).



Assimile

Deslocando o assunto para o campo da Filosofia, Marx é referência inicial e principal sobre o assunto. Assim, fica impossível discutir o assunto sem conceituar a ideologia, sem os fundamentos de Marx.

No livro, *A Ideologia Alemã* (1993), o conceito de ideologia é concebido em três situações:

1. Contempla a adoção dos sujeitos de uma ideologia, que determinará a sua visão de mundo, da realidade e de si mesmo, correspondendo e justificando assim o seu modo de agir em determinada realidade. Nisto, como exemplo, os autores citam a ideologia religiosa, a ideologia proletária e a ideologia burguesa.
2. A ideologia é analisada em suas relações e contradições entre si, ou seja, o antagonismo dos interesses, forjados no modelo de comportamento de cada uma das classes e o enfrentamento entre si. Ou seja, os valores e as ideias, além de diferentes, são contraditórios.

Se à burguesia interessa a exploração da força de trabalho, à classe trabalhadora isso lhe oprime. Se aos conservadores interessa a manutenção da propriedade privada, aos revolucionários importa suprimi-la (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 106).



3. São analisadas as características da imposição de uma ideologia sobre as outras. Neste sentido, surge a luta ideológica, agregada às lutas de classe. Como exemplo, vimos na história a ideologia da superioridade ariana sobre as outras raças, de tal modo que isso imprimia uma falsa verdade.

Desta forma, a perpetuação da burguesia como classes hegemônica passa por dominar:

- As esferas de mercado.
- A produção.
- A política institucional.
- A vida cotidiana das pessoas.
- Os consensos.
- Legitimação da ordem vigente.



[...] a classe que é a força material dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção materiais, tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo em média, às ideias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual (MARX; ENGELS, 1993, p. 72).

Concordando com Marx e Engels, o que apreendemos da análise, em síntese, direciona a compreensão da ideologia da dominação burguesa, com abrangência para além da visão de mundo, alcançando o modo de vida de toda a população (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Enquanto para os ideólogos franceses a ideologia limitava-se às explicações causais, das representações individuais, para Marx e Engels (1993), a ideologia foi situada no contexto dos conjuntos das representações na linha histórica da humanidade.

A ideologia burguesa incorpora em si valores e normas naturalizados, desistoricizados, manipulados e segmentados da vida real. Conforme Lukács (2010) analisa, o conhecimento da totalidade fragilizaria os valores dominantes, ou seja, dos valores da burguesia. No processo de vivência de valores impostos por outra classe, caracteriza o que Marx e Engels (1993) explicitam como a falsa consciência.



Refleta

Você consegue perceber a presença dos valores da ideologia burguesa no cotidiano, enquanto estagiário de Serviço Social? Será que existem mesmo valores de outras classes sociais que conflitam na nossa sociedade? Se somos todos "livres", como estes valores burgueses se impõem na nossa vida?

Na transformação dos valores e vivência, a ideologia burguesa produzirá:



[...] um conhecimento acrítico, segmentado, incapaz de explicar os fundamentos da sociedade capitalista, da pobreza, da desigualdade social, tornando essa visão de mundo uma

ideologia hegemônica. Agora, a ideologia (hegemônica) representa a ideologia (a maneira de ver o mundo e de se comportar nele) dos interesses das classes hegemônicas [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 108).

Como visto, além da produção segmentada e acrítica, a ideologia oculta os seus resultados de exploração, dominação e dos fatos que fundamentam as desigualdades e da pobreza. A ocultação dos resultados semeia a percepção dos sujeitos, na naturalização dos fenômenos, é o que Montaño e Duriguetto (2010) apontam, por exemplo, a naturalização do desemprego como um fenômeno natural. Veja que contraditório são as novas interpretações, os novos conjuntos de conceitos:

- A exploração é substituída pela exclusão social.
- A classe pelos vagos conceitos de cidadão.
- A sociedade civil, como arena de lutas, pela dócil noção de terceiro setor.
- As lutas de classes pela ação social.
- O processo de desmonte de intervenção social do Estado tratado como *reforma do Estado*.
- A propriedade privada denominada agora iniciativa privada (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 108-109).

A ordem vigente, por este conjunto de novas interpretações, acaba por camuflar as reais contradições e seus fundamentos. Entretanto, entender a “falsa consciência”, construída na relação das novas interpretações, remete a compreender os interesses hegemônicos da burguesia. A alienação é reforçada e conduzida, neste processo da “falsa consciência”, ou seja, da ideologia hegemônica.

E como enfrentar a ideologia hegemônica?

A proposta de Montaño e Duriguetto (2010) ao enfrentamento, para promover a “desalienação”, encontra-se no campo da luta ideológica, requerendo “[...] a produção e divulgação de conhecimento científico e crítico [...] na passagem [...] da consciência-em-si a uma consciência-para-si, em uma perspectiva de totalidade e de transformação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 110).



Exemplificando

No cotidiano do trabalho do assistente social, o enfrentamento tem ocorrido com os posicionamentos coletivos da categoria profissional, através de diálogos constantes do CFESS/CRESS com os profissionais.

Portanto, para o enfrentamento das ideologias hegemônicas, estabelece e reafirma que precisamos superar os limites da consciência alienada para a consciência de classe.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os conceitos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Olá! Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Convidamos portanto, você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*.

Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para compor as suas respostas, pois só assim poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema nos remete a compreender os conceitos de consciência social e de consciência de classe, ou seja, entender para além dos direitos sociais. Na visão imediata, o acesso ao direito aparece como primeiro pressuposto na intervenção, entretanto precisamos enxergar além, pois nos encontramos no campo da luta ideológica.

Como pode existir no Brasil, um trabalhador rural sem registro na carteira de trabalho, com 68 anos de idade, sem aposentadoria e/ou algum outro benefício social?

Uma das funções do CRAS no Brasil é a busca ativa para a população sem acesso à informação, à documentação básica e aos direitos sociais.

Uma estratégia para o enfrentamento, portanto, é a organização de base da população, refletindo os valores e os projetos societários vigentes. Atender à necessidade imediata do trabalhador rural, encaminhando ao INSS, para acesso à aposentadoria e para fazer o Cadastro Único, para ter os benefícios sociais de transferência de renda.

Para o posicionamento profissional cotidiano, a compreensão da estrutura de classes e das correlações de forças existentes na sociedade pode sustentar as ações

teóricas e práticas, bem como compreender a consciência social e a consciência de classe, fortalecendo ações de empoderamento, de autonomia e de formação de base.

Avançando na prática

Crise financeira

Descrição da situação-problema

Uma usuária acessou o CRAS solicitando acesso ao Bolsa Família. Ela morava em um condomínio e tinha uma vida estável, até o esposo perder o emprego. O esposo tem feito bicos, mas a renda não tem sido suficiente, pois eles pagam aluguel no condomínio de classe média e embora o pagamento tem sido realizado em dia, o casal tem dívidas com o carro (financiado). Ao realizar a visita domiciliar, a assistente social se “assustou” com o padrão de vida da família, pois possuíam todos os eletrodomésticos do ano, o que a fez questionar a solicitação do Bolsa Família. Como analisar este caso?

Resolução da situação-problema

Pensando nos estudos da seção *Não pode faltar*, é possível resolver a questão do acesso ao Bolsa Família. A interpretação na avaliação socioeconômica não pode estar baseada na autoconsciência de classe. Uma família de classe média não pode entrar em crise financeira? Pode acessar o Programa Bolsa Família? Observe que o exercício profissional é deixar que o “olhar” não esteja carregado do senso comum. Estando dentro dos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, mesmo sendo de classe média, pode acessar sim! A política da Assistência Social é para pobres? Ela é para quem precisa, como qualquer outro direito social.

Faça valer a pena

1. Classe em si constitui-se da população cuja condição social e papel no processo produtivo a situa e caracteriza em uma unidade de interesses comuns. Classe para si constitui-se pelos interesses comuns e defesa dos seus interesses, com consciência dos seus inimigos. Organiza-se para a defesa dos seus interesses.

A consciência social e a luta de classes ocorre em que processo?

- No processo das lutas ideológicas.
- No processo da revolução social.
- No processo da classe em si com a classe para si.
- No processo do capitalismo tardio.
- No processo do socialismo.

2. A relação mútua entre a objetividade, da realidade existente, com a subjetividade, dos sujeitos que dela fazem parte, fundem-se em um único processo, mas a mera convivência das pessoas sobre a realidade social determina um modo de consciência.

A realidade social determina um modo de consciência, que se desenvolve em função:

- a) Coletiva.
- b) Individual.
- c) Da política social.
- d) Da política econômica.
- e) Das necessidades do órgão gestor.

3. "A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais [...]" (HELLER, 2004, p. 17).

Como é caracterizada a alienação no cotidiano?

- a) Na relação teoria e prática.
- b) Nas relações sociais de convivência.
- c) No fluxo entre o pensamento e a teoria.
- d) Na vivência imediata, sem a mediação do pensamento e da ação.
- e) Nas desigualdades sociais.

Seção 2.3

Classes e lutas sociais no Brasil

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo. Vamos dialogar, nesta última seção de autoestudo desta unidade sobre a história das classes e lutas sociais no Brasil. Portanto, a situação problema conclui o contexto de aprendizagem, que vimos expondo nas seções anteriores.

Suscintamente, vimos no contexto de aprendizagem, os desafios da assistente social, da cidade de Bem-me-quer, já atuando por três anos como assistente social no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Como o CRAS é a “porta de entrada” da população aos direitos socioassistenciais, possui em sua rotina, diversas formas de dialogar e atender a população. Uma vez por mês, é realizada uma atividade com um grupo de mulheres, todas trabalhadoras rurais da cidade de Bem-me-quer. O grupo tem como objetivo estimular a convivência e a troca de saberes entre as participantes.

O desafio para a assistente social, ocorreu um dia, durante as atividades do grupo, onde uma participante perguntou “por que o pobre era pobre e o rico era rico?”. Apesar da simplicidade da pergunta e do riso espontâneo das participantes, com a pergunta, o desafio estava posto.

Veja que pergunta é chave para discutir diversos conceitos sobre classes e lutas sociais no Brasil com o grupo.

Como seria a sua resposta a esta questão? Consegue, considerando o contexto de aprendizagem e aporte teórico, responder a esta situação-problema?

Como as reuniões são em grupo, você precisará compor em forma de slides os pontos chaves sobre esse tema que serão levados para debate e orientação do grupo.

Lembre-se que, o seu ponto de vista deve ir além das opiniões pueris e isoladas do contexto sócio-histórico.

Vamos lá, mãos à obra!

Não pode faltar

Olá! Vamos dialogar sobre as classes e lutas sociais no Brasil? Aprendemos na primeira seção as principais referências teóricas sobre classes e lutas de classes, que tiveram em Marx a crítica necessária para situá-las no contexto histórico da humanidade. Na segunda seção, dialogamos sobre a consciência social e a consciência de classe. E agora, na terceira seção, concluindo a unidade de ensino, nos aproximamos da história das classes e lutas sociais no Brasil. Portanto, o caminho a percorrer ensina discutir classes subalternas e suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e socioculturais, identificar a história das lutas sociais no Brasil, da ditadura à atualidade, e a questão social frente à crise do capital e os impactos nas lutas de classes.

É importante, para qualquer diálogo sobre as classes sociais, e todos os argumentos posteriores, ideologias, formas de interpretação da realidade, situar que em Marx o título foi assentado, a coluna foi concretada. Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, citam que “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (1998, p. 8).

Já no *18 brumário de Luis Bonaparte*, Marx enfatiza que “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (2003, p. 7). Ou seja, Marx relaciona que nos processos de lutas recorremos “aos legados dos ídolos”, “líderes” do passado, não a ponto de incorporá-los, mas reproduzindo-os, por vezes como se fosse algo raro, incomum, algo novo.

No Modo de Produção Capitalista – MPC, conforme Marx sinaliza no *Capital* (2010),



O sistema de produção capitalista reproduz, portanto, por si mesmo, a separação entre o trabalhador e as condições do trabalho. Por isso somente reproduz e perpetua as condições que obrigam o operário a vender-se para viver e permitem ao capitalista comprá-lo para enriquecer. [...] Considerando o movimento da produção capitalista em sua continuidade, ou como reprodução, não produz somente mercadorias e mais-valia, mas reproduz também a sua base: o trabalhador na condição de assalariado (MARX, 2010, p. 137).

A reprodução do sistema capitalista posiciona as “peças no tabuleiro”, em que as posições já estão pré-estabelecidas. No sistema capitalista, as classes sociais se alternam ou se alteram no poder, particularizando momentos diversos nos processos de lutas. Nestas correlações de força, a burguesia se mantém com seus pressupostos e ideais.



Como surge da análise das classes, essas lutas, no nível do MPC, desenvolvem-se na polarização das duas classes fundamentais e antagônicas: trabalhadora e capitalista, proletariado e burguesia, explorados e exploradores, dominados e dominadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 113).

Apesar da dualidade entre explorado e exploradores, capital e trabalhador, as lutas sociais, no interior das classes, aprofundam-se nas relações cotidianas, ou seja, nas formas de inserção nas relações de produção. Por exemplo, na atualidade, vemos os conflitos entre os taxistas e os motoristas de Uber. No campo da gestão pública, observamos os embates entre os cargos efetivos e os cargos em comissão.

No entanto, como situar e pensar as classes subalternas e suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e socioculturais, no MPC? Para compreender a formação das classes subalternas, recorreremos aos estudos de Gramsci (2002), que analisou Marx com profundidade e fidelidade ao seu método.

A primeira análise fundamental de Gramsci (2002), nos *Cadernos do Cárcere*, amplia a compreensão que havia concebido sobre subalterno, como alguém submisso aos outros e classes subalternas atrela e demarca os conceitos os seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Recomenda, ainda, nos estudos das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com:

- O desenvolvimento das transformações econômicas.
- A sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes.
- As lutas travadas a fim de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias.
- A formação de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais



subalternos.

- A caracterização das reivindicações dos grupos subalternos.
- As formas que afirmam a autonomia (GRAMSCI, 2002, p. 140).

Contudo, para o pensamento gramsciano, a compreensão segue para além dos pensamentos sobre subalternos e classes subalternas descritos como condições de vida. Para Gramsci (2002), há que se recuperar (e isso entra em comunhão com os pensamentos de Marx) os processos de dominação da sociedade.

Ao analisar o Estado, Gramsci refere-se que é



[...] a esfera em que se efetiva a unificação e o exercício do domínio burguês, é necessário explicitar as mediações dessa relação. [...] o Estado não era somente o aparelho repressivo da burguesia; ele principalmente incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. E hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada em um certo consenso e aceitação dos setores subalternos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 45).

Por hegemonia, Gramsci compreendia o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas e para a preparação das classes subalternas previa uma intensa preparação ideológica das massas.

Portanto, as condições de vida e trabalho ideo-políticas e culturais das classes subalternas ficam subjugadas a um ordenamento burguês, incorporado na relação Estado e sociedade civil.



Para Gramsci, o Estado “anula muitas autonomias das classes subalternas”, pois a “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Neste processo, a subalternidade é fortalecida e as ações de enfrentamento da relação governantes e governados são desmobilizadas e desarticuladas pelo Estado, mas e as concepções ideo-políticas? Como a superação do senso comum pode ocorrer? Gramsci afirmava que “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Portanto, os homens possuem em si uma intelectualidade relativa.

Em Gramsci, o senso comum não permeia somente a visão de mundo das camadas de classe populares, mas, como um “ambiente cultural”, como “cultura política”, encontra-se presente nos demais grupos e camadas de classe. Entendido como linguagem ou como ideologia, pode ser identificado em diferentes níveis socioculturais, perdendo o significado de simples “mentalidade popular” (SIMIONATTO, 2009, p. 43).

Ou seja, o senso comum permeia a todos no cotidiano, sendo vivenciado no ambiente cultural, até nas camadas de classe. Superar o senso comum condiciona redirecionar a práxis política às classes subalternas para “a libertação das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de seus projetos e ações na construção de uma contra hegemonia” (SIMIONATTO, 2009, p. 43).

Gramsci vê na cultura o elemento fundamental para a organização das classes subalternas e quando ela relaciona-se com a dimensão política, ocorre a possibilidade da transformação social, pela crítica da cultura dominante. Engajar-se na vida cotidiana e semear a mudança, enfrentando politicamente, através de práticas concretas, os valores burgueses.



Refleta

A cultura pode transformar a realidade? Porém, como assistente social, não enfrentamos na luta de classes os valores burgueses nas atividades diárias? Então, como isso pode funcionar?

E como podemos identificar, nesse processo de enfrentamento aos valores burgueses, a história das lutas sociais no Brasil? O nosso desafio de engajamento e semeadura de esperanças em justiça social, equidade e igualdade aponta para pensar esta história a partir da Ditadura.

Em 1961, o governo brasileiro encontrava-se em uma crise política considerável, levando o então presidente Jânio Quadros à renúncia em neste mesmo ano. O então vice-presidente, João Goulart, em um clima político nada favorável, assumiu a presidência de 1961 a 1964.

Diante da crise instalada e em busca de diálogo, o então presidente João Goulart, literalmente, abriu “as portas do gabinete” para as organizações sociais. O medo da classe hegemônica burguesa conservadora em relação a uma possível virada do país para o socialismo ganhou força. As lutas sociais e a perspectiva da tomada do poder pelo povo tomaram dimensões que incomodaram a classe hegemônica. Os estudantes, as organizações populares e os trabalhadores tinham voz e espaço de participação. Enquanto existia uma forte crise no sistema partidário, uma ampla organização das classes populares, paralelamente uma organização dos setores militares e empresariais e uma ampliação expressiva dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais, que, em tese, foi um acirramento inédito da luta ideológica de classes sociais.

Entretanto, em 1964, o Golpe militar-civil, conhecido como o Golpe de 64, rompeu com todas as bases possíveis para uma nova ordem societária, sendo um golpe contra as reformas sociais. Iniciou-se, portanto, em 1964, perdurando até 1985, o regime militar-civil. Conforme Netto (2007) resgata, em relação ao golpe, foi um:



[...] sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social) (NETTO, 2007, p. 16).

Ou seja, o golpe não ocorria somente no Brasil, mas também em outros países, como resposta do acirramento na alteração da divisão capitalista do trabalho.

No período do Regime Militar, foram cinco governos na constituição histórico-política, econômica e social do país. Cabe expor em síntese cada período, pois as lutas sociais foram forjadas no sofrimento de muitos, no exílio de tantos outros e na morte de milhares.

O governo de Humberto de Alencar Castelo Branco iniciou em 15 de abril de 1964 até 1967. Castelo Branco assumiu a presidência declarando que defenderia a democracia, porém, logo ao assumir, a sua postura foi autoritária. Entre as suas ações, identificamos que ele: criou os atos institucionais (AI); estabeleceu as eleições indiretas para a presidência; dissolveu os partidos políticos; cassou vários parlamentares federais, estaduais; cancelou os direitos políticos e constitucionais de vários cidadãos; interviu militarmente nos sindicatos.

No governo de Castelo Branco, os únicos partidos “permitidos” foram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enquanto o primeiro partido posicionava-se como oposição, sob o controle militar, o segundo representava os militares.

Na imposição, o governo militar instituiu o AI-4, abrindo novamente o Congresso para aprovar uma nova Constituição, que confirmaria e institucionalizaria, assim, o Regime Militar.

O então General Arthur da Costa e Silva encontrava-se na posição de Ministro do exército do governo de Castelo Branco, quando foi o único candidato da presidência do Brasil pela ARENA. Assumiu como presidente do Brasil em 15 de março de 1967, perdurando até 31 de agosto de 1969. Foram dois anos de lutas sociais e grandes protestos no país, aumentando a oposição ao regime militar. Passeatas dos estudantes e greve dos operários, que paralisaram fábricas. Neste período, a guerrilha urbana foi organizada, com assaltos a bancos e sequestros de embaixadores para o financiamento do movimento de oposição armada.

Como resposta, o presidente cria o AI-5, sendo o ato mais expressivo da Ditadura que perdurou até 1978. Neste ato, foi dado poder aos governadores para punirem “os inimigos” do regime, então juizes foram aposentados, mandatos foram cassados, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial.

No governo Costa e Silva, no Plano Econômico e Social, algumas mudanças foram significativas, apesar de não se consolidar a democracia e de ser instituído o controle da liberdade de expressão e de imprensa. Foram tomadas medidas para combater a inflação, fez uma revisão na política salarial, ampliou o comércio exterior, extinguiu o serviço de proteção ao índio, criando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Com uma comissão de juristas, elaborou uma reforma política, que seria apresentada através de uma emenda constitucional, que incluía a extinção do AI-5, que seria assinada no dia 7 de setembro de 1969. Entretanto, uma semana antes, Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral, vindo a óbito em 17 de dezembro de 1969.

De agosto a outubro de 1969, uma junta formada por três ministros: do exército, da marinha e da aeronáutica, compuseram o governo da junta militar. O panorama social era de repressão total às manifestações, sendo um período de extrema violência. É

neste contexto que instituem a Lei de Segurança Nacional, que permite: o exílio e a pena de morte. Porém, entraríamos ainda em situações mais obscuras do ponto de vista político. O medo estava instalado e a luta pela democracia também.

Convocado o Congresso, o general do exército, Emílio Garrastazu Médici, é eleito e assume a presidência no dia 30 de outubro de 1969, perdurando o seu governo até 1974. Foi considerado o governo mais duro e repressivo do período conhecido como Anos de chumbo. Todos os meios de comunicação e expressão eram censurados. Registram-se neste período a prisão, a tortura e o exílio de muito professores, políticos, músicos, artistas e escritores. A repressão e a censura foram colocadas em execução e entramos, portanto, na década de 70, em pleno Regime Militar.

Em 15 de março de 1974, após eleições indiretas, o general Ernesto Geisel, de 1975 a 1979, assumiu a presidência com a promessa da abertura lenta e gradual para a democracia. Com a alta da inflação e a redução do crescimento econômico, Geisel enfrentou o fim do Milagre Econômico.

Como não deixaria de ser, em tempos de crise econômica e social, o período foi marcado por conflitos políticos e sociais, já que o processo de redemocratização entrava em choque com interesses dos militares. Em um processo gradual, o governo permitiu a realização, em 1974, da propaganda eleitoral pela primeira vez desde a instituição do AI-5. Os candidatos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição à Câmara dos Deputados e ao Senado, obtiveram vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nos dois órgãos governamentais.

Com as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do sindicalista Manoel Fiel Filho, em 1976, houve uma série de manifestações políticas contra o governo e demonstrou-se que havia um conflito de interesses dentro do Estado. Em maio de 1978, foi registrada a primeira greve de operários metalúrgicos desde o Golpe de 1964, em São Bernardo do Campo, São Paulo, sob a liderança do presidente do sindicato da categoria, Luís Inácio Lula da Silva. Em 31 de dezembro do mesmo ano, Geisel revogou o AI-5, que representou um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

O General João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu em 15 de março de 1979 como presidente do Brasil, perdurando o seu mandato até 1985. Figueiredo conteve o radicalismo militar e encaminhou a transição da Ditadura para o regime democrático. Neste período, o processo de redemocratização foi acelerado. Concede o retorno aos exilados políticos e condenados por crimes políticos, considerando a anistia.

No campo das políticas sociais, no governo de Figueiredo, foram construídas quase três milhões de casas populares, recorde histórico até então, por meio de um programa de habitação. Assim, com tais medidas, Figueiredo conseguiu tirar o Brasil da recessão e ter um aumento no PIB, superior a 7%. A elevação dos índices de exportação e a maior independência do mercado interno, especialmente em relação

ao petróleo, fizeram com que a situação externa do Brasil atingisse, então, uma relativa estabilização.

Foi em seu governo que ocorreu as Diretas Já, um dos maiores movimentos populares brasileiro. O pedido era a eleição direta do presidente pelo povo com base no projeto de lei do deputado Dante de Oliveira, que determinava esta eleição. Colocado em pauta, o projeto foi rejeitado pelo Congresso, mas a pressão exercida pelo povo ecoou pedindo o fim do Regime Militar.

O governo de Figueiredo findou com a eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves, porém o povo clamava pelas Diretas Já e, em 1984, com o fim do Regime Militar, Tancredo que fora eleito, falecia, assumindo o seu vice, José Sarney, culminando em 1988 na aprovação da Constituição Federal do Brasil, estabelecendo novos princípios democráticos ao país.

Mesmo com a aprovação da Constituição Federal, os governos seguintes enfrentaram dilemas profundos, pois no plano mundial e no Brasil, o avanço do neoliberalismo viria a sucumbir direitos sociais, conforme vimos nos governos de Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso. Neste interim, as lutas sociais através dos movimentos sociais ganharam força e espaço para a pressão e o enfrentamento.



Pesquise mais

Para conhecer a conjuntura da Ditadura ao governo de Lula, acesse o artigo *As lutas sociais no Brasil: da Ditadura ao governo Lula*.

GONÇALVES, E. de F. M.; FERREIRA, G. G. **As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013. Londrina. **Anais...** Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), 2013, 12 p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

As lutas sociais, portanto, foram e são respostas às expressões da “questão social”, como a luta por igualdade de gênero, étnica etc. A questão social tem um fundamento estrutural: “a exploração de uma classe por outra, sustentada no fato de o produtor estar separado, alienado dos meios para produzir” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.117). Neste sentido, as lutas sociais representam mais na periferia das questões sociais, portanto são desdobramentos das lutas de classe, o cerne da questão social.



Assimile

A questão social tem um fundamento estrutural: “a exploração de uma classe social por outra” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 117).

Neste sentido, as lutas sociais aprofundam, mesmo na periferia, o enfrentamento às expressões da questão social. Não são contraditórias, mas são partes de um processo comum, mas em níveis diferentes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Lutas essas acirradas pela atual estratégica hegemônica de reestruturação do capital,



[...] em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolveram no pós-1970 e que se desdobram basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra) reforma do Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 192-193).

Neste panorama, a crise do capital não se reverteu em benefícios aos trabalhadores, mas pelo contrário, aumentou o número de desempregados, acirrando a exploração capitalista, com reflexos nos direitos civis e sociais.



Exemplificando

Na prática profissional cotidiana, a crise do capital reverbera constantemente. A resposta para a questão social é a mudança estrutural da forma que a sociedade funciona. Porém, na atividade diária, o assistente social atende às solicitações de demandas diversas (expressões da questão social). Na ausência de vaga em creche, por exemplo, o assistente social pode encaminhar a família ao Conselho Tutelar e/ou à Promotoria para ter a vaga garantida.

A fragilização frente à crise capitalista enfraquece e precariza os trabalhadores e as lutas sociais, dando espaço para que cada vez mais o projeto neoliberal estabeleça reformas estruturais. Observe o que estamos vivendo na atualidade, como a proposta de

emenda à Constituição PEC 241/2016 que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, prevendo o congelamento de investimentos nas áreas da saúde, educação e assistência social por 20 anos. Um tanto quanto desafiador o momento atual.

Estamos chegando ao final da seção de autoestudo e da unidade de ensino. Portanto, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Olá! Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Convidamos portanto, você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*. Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para compor as suas respostas, pois só assim poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema nos remete a compreender as lutas sociais e as lutas de classe no Brasil, entendendo as classes subalternas e suas condições de vida, trabalho, manifestações ideó-políticas e socioculturais, refletindo a história das lutas sociais no Brasil, da Ditadura à atualidade, com enfoque na questão social, a crise do capital e os impactos nas lutas de classes. Portanto, o conteúdo construído pode auxiliá-lo sem dúvidas, a refletir a seguinte situação-problema.

Uma vez por mês, você realiza uma atividade com um grupo de mulheres, todas trabalhadoras rurais da cidade de Bem-me-quer. O grupo tem como objetivo estimular a convivência e a troca de saberes entre as participantes. Em um dia, durante as atividades do grupo, uma participante perguntou “por que o pobre é pobre e o rico é rico?”. Todas riram pela simplicidade da pergunta, mas o desafio estava posto. Esta é uma pergunta-chave para discutir diversos conceitos sobre classes e lutas sociais no Brasil com o grupo. Como seria a sua resposta? Consegue, considerando o contexto de aprendizagem e aporte teórico, responder a esta situação-problema?

Para o posicionamento profissional cotidiano, a compreensão das lutas classes e das correlações de forças existentes na sociedade pode sustentar as ações teóricas e práticas, bem como compreender as lutas sociais, fortalecendo ações de empoderamento, de autonomia e de formação de base. Esses são alguns argumentos que você pode inserir em sua apresentação.

Avançando na prática

Sem crise

Descrição da situação-problema

A assistente social procurou a gestão do CRAS para dialogar sobre o grupo socioeducativo de direitos sociais, pois a participação estava mínima (de 20 pessoas, somente 5 estavam comparecendo nas atividades).

Resolução da situação-problema

A participação em grupos, frente aos ideais neoliberais, é um desafio.

Cada vez mais, as pessoas voltam-se para o atendimento de suas necessidades individuais e o sentido de coletivo esvazia-se. Para o assistente social, isso é um desafio.

Como pensar em lutas sociais e/ou, mais ainda, provocar reflexões sobre as lutas de classe, frente ao neoliberalismo? Um diálogo importante para a participação deve anteceder a formação de atividades em grupos, pois trata de realizar o diagnóstico social do grupo que pretende trabalhar, ou seja, verificar o melhor dia e horário para as pessoas participarem, se as pessoas possuem filhos, qual a escolaridade do grupo etc.

Caso o horário seja fora do horário convencional (das 8h às 17h), a questão deve ser discutida no âmbito da gestão do serviço. Para garantir a participação, é necessário ofertar possibilidades reais e concretas para a população alvo das atividades.

Faça valer a pena

1. Apesar da dualidade, explorado e exploradores, capital e trabalhador, as lutas sociais, no interior das classes, aprofundam-se nas relações cotidianas, ou seja, nas formas de inserção nas relações de produção.

As discussões teóricas sobre classes sociais e lutas sociais fundem-se nos trabalhos:

- a) Da Teoria Social de Karl Marx.
- b) Da cultura da população.
- c) Da Teoria Positivista de Augusto Comte.
- d) Das desigualdades sociais.
- e) Da Teoria Social de Santo Agostinho.

2. Diante da crise instalada e em busca de diálogo, o então presidente João Goulart, literalmente, abre “as portas do gabinete” para as organizações sociais. O medo da classe hegemônica burguesa conservadora em relação a uma possível virada do país para o Socialismo ganhou força. As lutas sociais e a perspectiva da tomada do poder pelo povo tomaram dimensões que incomodaram a classe hegemônica.

A abertura para o diálogo, o medo do povo tomar o poder, frente aos imperativos norte-americanos, diante da crise instalada, culminaram:

- a) No Milagre Econômico Brasileiro.
- b) Na redemocratização.
- c) No Ato Constitucional.
- d) No Golpe de 64.
- e) Na Constituição Federal.

3. Convocado o Congresso, o general do exército, Emílio Garrastazu Médici, é eleito e assume a presidência no dia 30 de outubro de 1969, perdurando o seu governo até 1974. Foi considerado o governo mais duro e repressivo do período.

O Governo de Médici utilizava uma repressão acirrada aos movimentos sociais e à liberdade de expressão. Este período foi conhecido como:

- a) Anos dourados.
- b) Anos de chumbo.
- c) Governo do diálogo.
- d) Redemocratização.
- e) Governo da aliança.

Referências

CAZUZA, **Ideologia**. Rio de Janeiro: Polygram, 1988.

DIAS, M. C. S. **Visitando o coração dos conflitos vividos na esperança**: excuro sobre o conceito de ideologia em Paul Ricoeur. Disponível em: <<http://www.ufac.br/site/docs/2013/artigovisitandocoracao.pdf/view>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

FALEIROS, V. P. O cotidiano do serviço social: fios e desafios. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

FERREIRA, A. C. **Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista**: prodhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo. Disponível em: http://www.otat.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/02/Teoria-da-Mutualidade-e-da-For%C3%A7a-Coletiva_Final_Livro-Texto-s-Proudhon-Andrey.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

GONÇALVES, E. de F. M.; FERREIRA, G. G. As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013. Londrina. Londrina. **Anais...** Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), 2013, 12 p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1; 2002. v. 2.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEMOS, M. R. Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema. **Revista Iluminart**, Ano IV, n. 9 nov./2012. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod_resource/content/1/weber1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

LÚKACS, G. Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979b.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

- _____. **O capital**. Ed. Condensada. 1. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa SunderMann, 2003.
- MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NUNES, A. J. A. **A filosofia social de Adam Smith**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/viewFile/4503/3389>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- REGO, M. L. P. Análise da concepção funcionalista da estratificação social. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4569/1/1972_art_MLPRego.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.
- SANTOS NETO, A. B. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo “nas teorias da mais-valia” de Karl Marx. **Em Debat: Rev. Dig.**, n. 8, p. 5-22, jul-dez/2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2012n8p5/25510>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciano. Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Katál**. Florianópolis v. 12, n. 1, p. 41-49 jan./jun. 2009
- SMITH, A. **Riqueza das nações**. Ed. Condensada. Trad. Norberto de Paula Lima. 1. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.
- WEBER, M. Classe, estamento, partido. In: GERTH; HANS; MILLS, Wright (Org.). **Max Weber – ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

Organização dos movimentos sociais no Brasil

Convite ao estudo

Olá! Aprendemos na primeira unidade de ensino os clássicos da teoria política na concepção teórica de Estado: na perspectiva moderna, na concepção marxista e no pensamento neoliberal. Na segunda unidade, conceituamos classes, consciência e lutas de classes, compreendendo as teorias sobre classes, a consciência social e a consciência de classe, bem como classes e lutas sociais no Brasil. Agora, na terceira unidade, dialogaremos sobre a organização dos movimentos sociais no Brasil, com ênfase nos seguintes temas: os movimentos sociais e os movimentos populares, os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais.

Nesse sentido, a competência desejada indica que o percurso inicial ensaja conhecer as teorias dos movimentos sociais, os movimentos sociais e seus protestos e a história dos movimentos sociais no Brasil. Dialogar sobre os tipos de movimentos sociais (reivindicatórios, políticos e de classe), as definições clássicas dos movimentos sociais e o movimento sindical no Brasil. Para tanto, conheceremos a história da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores - PT, além de identificar os movimentos pela libertação nacional na América Latina, a teoria racionalista, os novos movimentos sociais na perspectiva pós-moderna, os novos movimentos sociais no Brasil: abordagens culturalistas e a organização, mobilização, ações coletivas e o terceiro setor.

Agora, trataremos um contexto de aprendizagem teórico-prática para tornar o seu aprendizado o mais próximo possível da realidade de diversos profissionais atuantes no Serviço Social. O contexto que apresentamos acontece na

participação de duas estudantes do curso de Serviço Social, que, após participarem de um ciclo de debates, promovido pela Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social (ENESSO), com o tema *Universidade, sociedade e luta de classes*, decidiram expor aos colegas de turma o ponto de vista de cada uma. A professora se dispôs a ser a mediadora do debate e esta troca de experiência é muito boa.

Ocorre que na formulação da apresentação para os debates, as alunas perceberam que existiam várias questões que precisavam ser respondidas, como: o que são os movimentos sociais e os movimentos populares? Existe um movimento que possa ser considerado clássico? Quais são os novos movimentos sociais que se apresentam na atualidade? É possível realizar mediação entre movimentos e governos ou empresas privadas?

Diante do contexto exposto, como materializar e fortalecer, cotidianamente, a posição de luta por direitos e enfrentamento das questões sociais? Para respondermos tais questionamentos, a Unidade 3 foi pensada com a intenção de promover um contato com as principais definições e origens dos fundamentos sobre a organização dos movimentos sociais no Brasil, explorando a produção teórica de renomados profissionais especialistas na área, esclarecendo definitivamente os termos utilizados e as possibilidades entre teoria e prática entre esses conceitos, reservando espaço para tratar do tema no contexto nacional.

Seção 3.1

Movimentos sociais e movimentos populares

Diálogo aberto

Olá! Seja bem-vindo aos estudos dos movimentos sociais e dos movimentos populares. Aprendemos que, para a construção do debate entre as alunas participantes de um ciclo de debates da ENESSO, diversas questões teóricas apareceram, como: o que são os movimentos sociais e os movimentos populares? Existe um movimento que possa ser considerado clássico? Quais são os novos movimentos sociais que se apresentam na atualidade? É possível realizar mediação entre movimentos e governos ou empresas privadas?

Diante do contexto de aprendizagem, as alunas propuseram um debate em sala de aula com a participação dos demais colegas. Por onde começar a levantar as informações iniciais? Uma das alunas, Márcia, resolveu estudar com afinco e foi buscar informações sobre os movimentos da década de 1980. Mergulhando nos livros e fazendo pesquisas em alguns sites, Márcia se imaginou voltando ao tempo. Sim, estamos no final da década de 1980. Foi aprovado o Código de Ética, em 1986, e agora, em 1989, estamos vivendo o início da nova Constituição Federal no Brasil. Ela foi estudar sobre a atuação do Movimento dos Meninos e Meninas Moradores de Rua (MMMR) e se deparou com um estudo de caso que relatava o trabalho de uma assistente social que fora questionada por um grupo de adolescentes sobre as teorias dos movimentos sociais e os tipos de movimentos sociais no Brasil.

Este será o assunto para a primeira apresentação em sala de aula, que abordará a história dos movimentos sociais no Brasil. Você ajudará Márcia a escrever um relatório com três fatos históricos importantes desta época para o debate em sala de aula, que devem possibilitar e estimular as discussões acerca do assunto.

Não se esqueça de que a seção *Não pode faltar*, sem dúvidas, poderá auxiliá-lo nesta construção.

Estamos juntos. Ótimas reflexões!

Não pode faltar

Olá! Seja bem-vindo. Estamos iniciando a primeira seção de autoestudo da terceira unidade de ensino: organização dos movimentos sociais no Brasil. Para dialogar, discutiremos as teorias dos movimentos sociais, os movimentos sociais e seus protestos, a história dos movimentos sociais no Brasil e os tipos de movimentos sociais (reivindicatórios, políticos e de classe).

Quando nos aproximamos das discussões teóricas sobre os movimentos sociais, encontraremos um paradigma conceitual: não há consenso nas Ciências Sociais sobre a conceituação exata de movimento social. Entretanto, com base nos estudos e síntese de Gohn (1997), apresentaremos as diferenças entre os quatro paradigmas de movimentos sociais:

- O paradigma da teoria marxista.
- O paradigma norte-americano – na Teoria de Mobilização de Recursos.
- O paradigma dos novos movimentos sociais.
- O paradigma latino-americano.

O caminho a percorrer é longo, mas necessário. Entretanto, nesta primeira seção de autoestudo, voltaremos a nossa atenção para os paradigmas da teoria marxista e para a teoria de Mobilização de Recursos (MR).

O filósofo Karl Marx (1818-1883) não poderia ter sido mais preciso na contribuição para a construção das teorias e práticas dos movimentos sociais. Gohn (1997), ao citar Marx, descreve que a partir de sua gênese histórica, o estudo da sociedade capitalista examinou a categoria da mercadoria como:



[...] o ponto de partida para a compreensão de todo o processo de acumulação e desenvolvimento das relações sociais capitalistas. [...] O estudo da mercadoria o levou à formulação da teoria do valor e à caracterização de leis fundamentais que explicam o desenvolvimento social. A mais-valia, as formas de acumulação simples e aplicada, a jornada de trabalho, suas lutas e as estratégias da burguesia surgem dessas análises. (GOHN, 1997, p. 176-177)

Marx aprofunda sua teoria diante dos estudos dos movimentos sociais da classe operária e da classe burguesa, contribui na teorização do conceito de práxis social, que para os movimentos sociais foi significativa.

O termo práxis tem origem grega e nas obras de Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* (2015), e nas teses sobre Feuerbach (1845), o conceito de práxis foi desenvolvido de forma mais vigorosa.

Conforme Bottomore, no *Dicionário do pensamento marxista*, práxis

[...] refere-se, em geral, à ação, à atividade e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo [...] (BOTTOMORE, 1997, p. 430)



Portanto, a práxis em Marx refere-se à atividade, na qual o homem livre: cria, produz e reproduz o mundo, a história e a si mesmo, mas práxis na acepção marxista tem um sentido e a prática das atividades que atendem às necessidades utilitárias e imediatas é uma dimensão da práxis.

Desta forma, se nas atividades do cotidiano não refletimos porque as desenvolvemos a partir do “piloto automático”, sem questionar para além daquilo que fazemos, ignoramos o sentido daquilo que em essência produzimos. Assim, como esclarece Vazquez (1977, p. 10), “a consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir, como veremos uma teoria da práxis”.

Gohn (1997, p. 176), em síntese, explica que a práxis entendida como a transformação do social é a “que se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política”.

E, ainda, como resume Scherer-Warren (1987), Marx evidencia em sua teorização um projeto



[...] de superação das condições de opressão de classe. Para a realização deste projeto, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas [...] (SCHERER-WARREN, 1987, p. 34-35)

A teorização do conceito de práxis, para uma práxis revolucionária, é entendida para além de uma teoria explicativa, pois alcança a fundamentação teórica da própria ação dos movimentos sociais e é o conjunto único da atividade prática com a atividade teórica, voltado à transformação social.

Na síntese de Picolotto (2007, p. 158), a análise dos movimentos sociais na abordagem marxista esteve centrada nos estudos dos processos históricos globais e nas contradições existentes nas classes sociais e no processo de produção. Além disso, as mudanças são frutos das contradições e oposições da luta ininterrupta de classes sociais (burguesia e proletariado).

No entanto, para as interpretações das correntes teóricas americanas, contrárias às concepções marxistas, conforme Gohn (1997), encontramos em Olson (1965), McCarthy (1973) e Zald (1977) contribuições para a mudança no paradigma tradicional dos movimentos sociais.

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) surgiu nos anos 60, nos Estados Unidos, diante das transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana. Sua característica principal fundou-se na rejeição ao paradigma tradicional da Psicologia, como foco explicativo das ações coletivas. Em tese, a TMR explica “os movimentos sociais não em âmbito individual mas organizacional”. (GOHN, 1997, p. 51)

Um conjunto de movimentos sociais afiançaram a TMR, como:

- Contra a guerra do Vietnã.
- Pela busca pelos direitos civis.
- Pelo feminismo.

Gohn (1997) exemplifica que a TMR, enquanto nova perspectiva,

[...] enquadrando as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal. (GOHN, 1997, p. 50)



Assim, diante do contexto norte-americano, os elementos vigentes na época foram base para a ruptura e para uma nova práxis: a mudança do paradigma clássico.

A TMR teve como principal crítica a escolha da teoria racional, que se baseia nas ciências naturais, na qual os indivíduos são tratados como seres abstratos, centralizando na hegemonia de uma tipologia de um indivíduo só, como uma verdade universal (GOHN, 1997). De tal forma, que “[...] os grupos sociais subordinados, suas lutas, seus princípios, cultura, valores, normas, objetivos, projetos, etc. são simplesmente ignorados, como se não existissem”. (GOHN, 1997, p. 55)

Com o suporte das duas perspectivas teóricas apresentadas, dialogaremos sobre os movimentos sociais e seus protestos. Para Gohn (2011 e 2014), os movimentos sociais apresentam características como:

- Ter uma liderança.
- Atuar em redes.
- Apresentar uma identidade e demandas objetivas, concretas.
- Ter opositores e antagonistas.
- Voltar-se aos conflitos sociais.
- Possuir um projeto sociopolítico, etc.

As demandas sociais dos movimentos sociais surgem, no cotidiano, como enfrentamentos de determinadas classes sociais, na luta pela inclusão social, na resistência à exclusão, agindo de forma coletiva.

Para a materialização dos protestos, os movimentos sociais organizam-se através de manifestações como:

- Passeatas.
- Ocupações.
- Notas e cartas coletivas, entre outras.

Sobre lutas por direitos sociais, enfrentamento e protesto, Gohn (2011) enfatiza que os movimentos sociais encontram eco nas pessoas, mobilizando-as.



Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo [...] (GOHN, 2011, p. 336)

As demandas tornam-se coletivas, quando a demanda individual encontra eco no panorama macro, mas e os movimentos sociais no Brasil? Qual é a sua história?

A história dos movimentos sociais no Brasil pode ser dividida em três momentos. O primeiro data até a metade do século XIX, o segundo marca a segunda metade do século XIX e o terceiro remonta as duas décadas do século XX.

Nos estudos de Gohn (1995), o século XIX caracteriza-se como o século em que os movimentos sociais surgem no Brasil. Mesmo com a grande extensão territorial do Brasil e a ausência do desenvolvimento da comunicação, ocorreu a unidade dos movimentos sociais.

Os movimentos, neste período, tinham abrangência nas zonas rurais e urbanas, sendo considerados, para isto, o sistema produtivo da época, em que a concentração econômica baseava-se na produção no campo e em algumas atividades de distribuição e de gerenciamento nos centros urbanos.

Ressalta Gohn (1995) que os movimentos sociais iniciais, mesmo que sem grandes implicações, foram fundamentais para a construção da cidadania sociopolítica do Brasil.

Os movimentos sociais do período



[...] constituíam motins caóticos, sem uma plataforma político-ideológica bem delineada e giravam em torno da construção de espaços nacionais, diferentemente dos movimentos sociais no século XX, que se concentrarão em torno das lutas de classes sociais específicas e serão organizados a partir de paradigmas teóricos e político-ideológicos claramente definidos. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1139)

Observe que as plataformas iniciais dos movimentos sociais no Brasil não possuíam uma base político-ideológica e a ausência de classes sociais delimitava a ação e as possibilidades entre os setores e as possíveis alianças (GOHN, 1995), portanto, dificultava a direção única para as lutas sociais.

Outra característica dos movimentos sociais iniciais do século XIX trata-se da ausência de unidade entre eles e da inexistência de significados comuns (polissemia), que subjugava às elites a utilização dos movimentos sociais como massa de manobra. (SOARES DO BEM, 2006)

O desenvolvimento dos movimentos sociais, neste período, tinha como conjuntura e pano de fundo o “entusiasmo pela vida nacional, pela celebração da natureza, das particularidades tropicais e do homem brasileiro, iniciados com a independência do Brasil”. (LEITE, 1992 apud SOARES DO BEM, 2006, p. 1140)

Gohn (1995) e Soares do Bem (2006) registram que os movimentos ligados à escravidão não tiveram a visibilidade necessária, sendo até bloqueados e impedidos, tendo como um dos fatores os movimentos nativistas do período, mas, mesmo assim, são registrados diversos movimentos e lutas sociais, entre eles:

- Zumbi dos Palmares de 1630 – 1695.
- A Revolução Pernambucana de 1817.
- A Balaiada de 1830-1841 (Maranhão).
- A Setembrada e a Novembrada de 1831 (Pernambuco).
- A Cabanada de 1832 (Pernambuco).
- A Cabanagem de 1835 (Pará).
- A Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul).
- A Sabinada de 1838 (Bahia).
- A Revolução Praieira de 1847-1849 (Pernambuco).
- Revolta do Vintém de 1880 (Rio de Janeiro), entre outros.



Refleta

O Brasil teve tantos movimentos e lutas sociais no século XIX? No entanto, Zumbi dos Palmares não era um opositor aos interesses do Estado?

A história dos movimentos sociais no Brasil, na primeira metade do século XIX, portanto, mesmo que “não organizada”, foi expressiva e de resistência. Avançando na linha do tempo, verificaremos que as lutas sociais, na segunda parte do século XIX, foram absorvidas pelo movimento abolicionista, porém, mesmo assim, ganham no início do século **novas roupagens e ressignificações**, por conta do contexto social, político e econômico que se estabelecia no Brasil.



No início do século, a classe operária morava em vilas construídas pelos donos das fábricas (uma forma de reduzir e controlar o preço da mão de obra) ou nos cortiços e favelas (também chamadas de cabeças de porco). As condições de moradia eram um espelho das condições de trabalho. (GOHN, 2000, p. 16)

As demandas e necessidades neste período foram outras e os reflexos nos movimentos sociais também. Gohn (2000, p. 16-17) destaca neste período “a greve de 1917 em São Paulo e a Revolta da Chibata, da armada naval brasileira, que se iniciou no Rio de Janeiro e se espalhou para vários pontos do país”.

Os movimentos sociais da década de 1920 foram:

- Os messiânicos.
- Cangaceiros no sertão do país, Padre Cícero no Ceará (1926) e Lampião na Bahia (1925-1938).
- Revoltas militares.
- Movimentos das camadas média da população. (GOHN, 2000)



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais a história dos movimentos sociais no Brasil, acesse o artigo eletrônico: “500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor”:

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

Na década de 1930 e 1940, o Brasil recompõe o seu poder militar e organiza a política de Estado, sob os preâmbulos da Nova República e a resposta aos movimentos sociais e às questões sociais traduziu-se na violência institucionalizada, de forma repressora contra qualquer rebelião desencadeada nas províncias (GOHN, 1995).

Por outro lado, na década de 1930, observa-se o surgimento da classe burguesa industrial, dona dos meios de produção e consumo e como não poderia de ser, do outro lado, há a classe de operários se formando: do campo para a cidade, do campo para a constituição das favelas.

O papel do Estado volta-se para o desenvolvimento de políticas sociais de proteção aos trabalhadores. De 1930 a 1936, são registrados diversos conflitos na cena social brasileira, com vários movimentos sociais instituídos, mas os conflitos foram amortecidos e **controlados** via repressão, com o Golpe do Estado Novo em 1937, pelo então ex-presidente Getúlio Vargas.

Se a fase de 1945 a 1964 foi caracterizada pelo desenvolvimento significativo de diversos movimentos sociais, em 1964, o Golpe de Estado, civil-militar, viria a fragilizar e desarticular os movimentos sociais.

O Golpe de 64 fechou um ciclo de mobilização e articulação na sociedade civil brasileira. Fora algumas tentativas de organização no meio industrial, destaca-se a organização estudantil, influenciada pela conjuntura internacional (maio de 68 da França e a política cultural maoísta da China).



Assimile

O papel do Estado volta-se para o desenvolvimento de políticas sociais de proteção aos trabalhadores. De 1930 a 1936, são registrados diversos conflitos na cena social brasileira, com vários movimentos sociais instituídos, mas os conflitos foram amortecidos e **controlados** via repressão, com o Golpe do Estado Novo em 1937, pelo então ex-presidente Getúlio Vargas.

Em 1974, com a crise do petróleo e do chamado Milagre Econômico brasileiro, os movimentos sociais, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), consolidadas na Teoria da Libertação, ganham espaço. Retoma-se os movimentos dos trabalhadores, surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outras organizações.

Em 1984, o maior movimento brasileiro registrado toma conta do país. As **Diretas Já**, pela redemocratização do país, pelas eleições diretas para o presidente, rompia as diferenças geográficas do país, em prol da cidadania, da liberdade etc.

Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na articulação das demandas coletivas, para constarem no corpo do novo projeto de Constituição Federal, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em parceria com as Caritas Paroquiais e as CEBs, para garantir que crianças e adolescentes fossem prioridades nas políticas sociais.

Nos anos de 1990, o Brasil foi atingido pela crise do Capitalismo internacional e mesmo afiançados os direitos sociais na Constituição Cidadã, novas fragilizações tomaram conta nos movimentos sociais.

Entramos no século XXI, permeando sentidos novos e aprendendo com os novos preceitos pós-Constituição Federal, pós-Ditadura, portanto, com este panorama da trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, é possível categorizar ou classificar os movimentos sociais em três categorias distintas:

- Na primeira, encontramos os movimentos reivindicatórios, que podem ser agrupados como os voltados ao atendimento das reivindicações imediatas. Portanto, tem uma perspectiva limitadora e simples, não ultrapassando as demandas pontuais.



Exemplificando

Observe um exemplo que encontramos no cotidiano profissional, referente à esta primeira categoria de movimento social. Trata-se das greves pontuais nos trabalhos em que somos funcionários, em que a pauta pontual, por pagamento adequado do salário, quando resolvida e/ou negociada, tende a se finalizar. Não tem um alcance para questionar as bases de uma sociedade excludente e desigual.

- Na segunda categoria, há os movimentos políticos, que objetivam influenciar pelo meio adotado a participação política direta. Exercem no processo um "braço de força" com os grupos adversários.
- Na terceira categoria, estão os movimentos de classe, que apresenta como objetivo inserir-se como atores no contexto nacional, em prol dos interesses da classe em ascender. Tem alcance nos aspectos econômico e político no país.

Seção de autoestudo concluída. Convidamos você, aluno, a utilizar os conhecimentos expostos para resolver a situação-problema e avançar na prática profissional.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Esperamos que o diálogo construído auxiliie você, aluno, a utilizar o argumento teórico oportuno. Pensamos em algumas dicas e orientações para ajudá-lo a compreender e identificar a argumentação adequada ou a mais próxima possível.

Primeira dica: não tenha receios em colocar no papel (ou no computador) as suas críticas durante a atividade (no relatório solicitado), pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser revisto.

Segunda dica: lembre-se de que a seção Não Pode Faltar apresenta elementos e indicações de pesquisa, para compor o seu argumento teórico, de modo que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, não simplesmente que a reproduza sem levantar observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Terceira dica: recomendamos que você, aluno, elabore um relatório, considerando as informações da seção *Não Pode Faltar*.

Observe que a situação-problema apresenta um desafio ímpar: o conhecimento da história dos movimentos sociais no Brasil, para a compreensão da práxis profissional e a suspensão das respostas imediatas e de senso comum.

Então, para pensar a situação-problema, relacione-a a três fatos importantes, que (como sugestão) podem alcançar a dimensão da conjuntura nacional, dos aspectos teóricos ou práticos, evidenciados e dialogados na seção. Utilize algumas dicas dos conceitos teóricos para compor o seu relatório.

O modo sócio-histórico que os movimentos sociais foram construídos e desconstruídos no Brasil dão uma noção base para dialogarmos nas próximas seções sobre os novos movimentos sociais e a leitura atual dos movimentos sociais brasileiros.

No entanto, como caminho para a resolução da situação-problema, note que Marx (1867) aprofunda sua teoria diante dos estudos dos movimentos sociais da classe operária e da classe burguesa, contribui na teorização do conceito de práxis social, que para os movimentos sociais foi muito significativa. Gohn (1997, p. 176), em síntese, explica que a práxis entendida como a transformação do social é a “que se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política”.

Identificaremos ainda que as demandas sociais dos movimentos sociais surgem, no cotidiano, como enfrentamentos de determinadas classes sociais, na luta pela inclusão social, na resistência à exclusão, agindo de forma coletiva. As plataformas iniciais dos movimentos sociais no Brasil não possuíam uma base político-ideológica

e a ausência de classes sociais delimitava a ação e as possibilidades entre os setores e as possíveis alianças (GOHN, 1995), portanto dificultava a direção única para as lutas sociais.

É recomendável que, para a resolução da situação-problema, seja estimulado a olhar para além do senso comum. Reflita sobre os movimentos populares e os movimentos sociais iniciais do século XIX, identifique o que o Golpe de 64 representou para os movimentos sociais.

Neste percurso, sugerimos ainda algumas perguntas para ajudá-lo a organizar o pensamento e realizar a atividade proposta, como: o que são os movimentos sociais e os movimentos populares? Existe um movimento que possa ser considerado clássico?

Portanto, reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo sobre os movimentos sociais e redija o seu relatório considerando estas orientações.

Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e comporão a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Greve geral

Descrição da situação-problema

O assistente social que atua em uma agência da Previdência Social, na cidade de Bem-me-quer, não quis entrar em greve com os colegas de trabalho em prol dos benefícios trabalhistas (reajuste salarial). Relata o profissional que estava "satisfeito com o salário e que greve era coisa de vagabundo".

Resolução da situação-problema

A greve é um direito do trabalhador. O Serviço Social tem o seu projeto profissional atrelado a um projeto societário, consolidado no que denominamos projeto ético-político. Os princípios estabelecidos no Código de Ética estão em sintonia às demandas dos trabalhadores, em consonância aos direitos humanos, sociais e civis. Desta forma, respeita também a decisão do assistente social em não aderir à greve, mas o julgamento moral não cabe ao profissional fazer e/ou expor os colegas que defendem os direitos trabalhistas em movimentos sociais organizados no âmbito das resoluções imediatas. Neste sentido, cabe acionar o Conselho Regional do Serviço Social - CRESS, denunciando a atitude desrespeitosa do colega assistente social.

Faça valer a pena

1. Quando nos aproximamos das discussões teóricas sobre os movimentos sociais, encontraremos um paradigma conceitual: não há consenso nas Ciências Sociais sobre a conceituação exata de movimento social. Entretanto, com base nos estudos e síntese de Gohn (1997), encontramos quatro paradigmas de movimentos sociais.

Uma das teses sobre a conceituação dos movimentos sociais encontra-se no paradigma norte-americano:

- a) Com base na Teoria Marxista.
- b) Com base na Teoria Positivista.
- c) Com base na Teoria de Mobilização de Recursos.
- d) Com base nos novos movimentos sociais.
- e) Com base no contexto latino-americano.

2. Leia o texto e complete as lacunas da sentença a seguir:

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) teve como principal crítica a escolha da teoria racional, que se baseia nas ciências naturais, em que os indivíduos são tratados como seres abstratos, centralizando na hegemonia de uma tipologia de um indivíduo só, como uma verdade universal (GOHN, 1997).

A TMR surgiu nos anos _____, nos Estados Unidos, diante as transformações _____ ocorridas na sociedade norte-americana. Sua característica principal fundou-se na _____ ao paradigma tradicional da Psicologia.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto-base:

- a) 80 – culturais – aceitação.
- b) 90 – sociais – rejeição.
- c) 70 – políticas – aceitação.
- d) 60 – políticas – rejeição.
- e) 50 – econômicas – aceitação.

3. Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na articulação das demandas coletivas, para constarem no corpo do novo projeto de Constituição Federal, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em parceria com as Caritas Paroquiais e as CEBs, para garantir que crianças e adolescentes fossem prioridades nas políticas sociais.

O Brasil foi atingido pela crise do Capitalismo internacional. Os direitos sociais e civis foram fragilizados, mesmo que garantidos:

- a) Pelos movimentos sociais.
- b) Pelo governo.
- c) Pela teoria social marxista.
- d) Pela Teoria de Mobilização de Recursos.
- e) Na Constituição Federal de 1988.

Seção 3.2

Movimentos sociais clássicos

Diálogo aberto

Olá! Seja bem-vindo aos estudos dos movimentos sociais clássicos. Esta seção de autoestudo está conectada à unidade de ensino *Organização dos movimentos sociais no Brasil*.

Vimos no contexto de aprendizagem que para a construção do diálogo entre as alunas participantes de um ciclo de debates da ENESSO, diversas questões teóricas apareceram.

O debate em sala de aula, promovido no roteiro da primeira seção de autoestudo, foi um sucesso e toda a turma se envolveu com as discussões sobre a história dos movimentos sociais e, para aprofundar ainda mais nosso conhecimento, continuamos na década de 1980.

Agora, a aluna Elizabete, que pretende trabalhar em empresas, resolveu estudar o movimento sindical para levar ao segundo debate em sala de aula. Em suas pesquisas, verificou que o movimento sindical tornou-se expressivo na luta por direitos trabalhistas e que ocorreram vários movimentos grevistas nessa época, em que operários lutavam por condições dignas de trabalho e por jornadas reduzidas, tendo o movimento sindical papel importante nesse processo.

Com isso, levantamos o seguinte questionamento: será que ela já percebeu a relação dos movimentos organizados com as empresas? Decidida, Elizabete pretende fomentar o debate acerca dos movimentos sindicais no Brasil e pesquisará sobre a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outros movimentos importantes nessa área. Será que eles ainda continuam fortes?

Desta forma, o seu desafio, aluno, será o de auxiliá-la a construir a sua apresentação, portanto, você deve elaborar um relatório para ser utilizado durante o debate em sala de aula. No entanto, não se esqueça de que o seu pensamento não deve ser conformista, desmotivador, que estagne a participação dos colegas no debate. Como isso poderia ocorrer?

Boa atividade!

Não pode faltar

Na seção anterior, estudamos os movimentos sociais e os populares, construindo um conteúdo sobre as teorias dos movimentos sociais, os movimentos sociais e seus protestos, a história dos movimentos sociais no Brasil e os tipos de movimentos sociais (reivindicatórios, políticos e de classe).

Na seção atual, construiremos, conjuntamente, o saber sobre os movimentos sociais clássicos no Brasil, com destaque para as tradicionais definições dos movimentos sociais, o movimento sindical no Brasil, o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do partido político Partido dos Trabalhadores - PT, além de conhecer os movimentos pela libertação nacional na América Latina. Isto será importante para embasar o seu conhecimento sobre a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil.

Antes de discutir os movimentos sociais no Brasil, recorreremos à concepção marxista sobre os movimentos sociais. Para o Serviço Social, a teoria social crítica de Marx consubstancia e ampara a prática profissional cotidiana e, mais para além, constitui e consolida o projeto ético-político da profissão.



Exemplificando

Podemos exemplificar que na prática profissional os encaminhamentos realizados devem ser pactuados, monitorados e articulados. Isto, no cotidiano, pode ocorrer **através dos pactos em reuniões** com a rede de serviços.

Podemos exemplificar, ainda, que os valores e os princípios estabelecidos no projeto ético-político foram construídos sob a luz da teoria marxista e, na prática profissional, os encaminhamentos monitorados e articulados dos usuários aos serviços públicos compõem uma das pautas pelo acesso aos direitos sociais.

Destacamos três concepções, ou melhor, abordagens teóricas sobre os estudos clássicos dos movimentos sociais:

- Histórico-estrutural (ou o paradigma da teoria marxista).
- Culturalista-identitária.
- Norte-americana comportamentalista/organizacional.

De fato, as três abordagens trazem em si avaliações pertinentes sobre os movimentos sociais e isso não podemos negar. Entretanto, para a América Latina e,

mais especificamente, para o Serviço Social brasileiro, as contribuições da abordagem clássica dos movimentos sociais histórico-estrutural, sob o ponto de vista de Marx, será o motor principal para os nossos diálogos.

Alguns autores, além de Marx, têm influência nesta corrente teórica, como Antonio Gramsci (1881 - 1937), Henri Lefebvre (1901-1991), Rosa Luxemburgo (1871- 1919), Leon Trotsky (1878 – 1940) e Vladimir I. Lenin (1870 – 1924).

A matriz teórica desta abordagem tem nos estudos de Marx os seus principais elementos históricos críticos. No livro *Manifesto comunista* (1848), por exemplo, encontramos os estudos de Marx e Engels, as análises sobre as “[...] grandes linhas do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a nova classe que surgia como protagonista das mudanças das próprias estruturas da ordem burguesa: o proletariado”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 229)

Marx e Engels (2003) destacam que proletariado

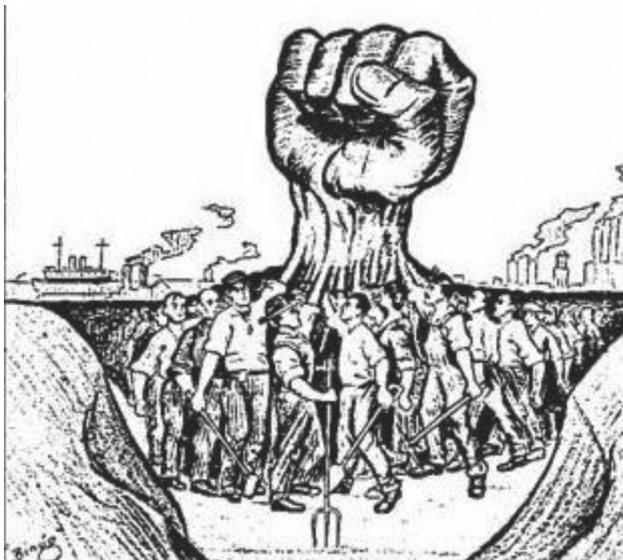
[...] passa por diferentes estágios de desenvolvimento. A partir de seu nascimento começa a luta com a burguesia. No princípio, a luta é assumida por trabalhadores individuais, depois pelos operários de uma mesma fábrica, a seguir pelos operários de um mesmo ramo da indústria, em uma dada localidade, contra o burguês que os explora diretamente. (MARX; ENGELS, 2003, p. 33)

”

Assim, considerando as lutas de classes e os movimentos sociais, a relação entre dominadores e dominados, burgueses e proletariados, patrão e empregado, irradia seus reflexos na ideia de Marx e Engels sobre as condições dos trabalhadores.

E se fosse possível resumir a célebre frase de Marx (2003, p. 58): “Proletários de todos os países, uni-vos” em uma imagem?

Figura 3.1 | Uni-vos



Fonte: <<http://sociologiass-unesp.blogspot.com.br/2012/06/trabalhadores-de-mundo-uni-voskarl-marx.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

O chamado de Marx (2003) no Manifesto comunista expande para além da teoria comportamental, delinea, de forma concreta, o perfil do movimento social do proletariado, dentro da concepção de classes sociais e consolida a classe trabalhadora, como um sujeito coletivo, com a capacidade para a transformação da realidade social vivida.



Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. (MARX, 2003, p. 58)

Desta forma, para os proletários/trabalhadores, como sujeito coletivo, é capaz de ressignificar as relações sociais de exploração e opressão, rompendo com a ordem burguesa vigente e, por consequência, pensando a possibilidade de uma nova organização social.

Portanto, em síntese, é importante compreender que a teoria marxista, mesmo que nas novas roupagens, ou seja, na corrente histórica humanista ou na corrente histórica ortodoxa, concentra os estudos dos movimentos sociais nas contradições históricas existentes, no Modo de Produção Capitalista.

Na corrente marxista ortodoxa, o foco de análise volta-se para os estudos econômicos e macroestruturais da sociedade. Já a corrente histórico-humanista volta-se para os estudos de Marx sobre a alienação, a consciência e a ideologia.

Uma vez conceituada, a matriz teórica que sustenta o diálogo nesta seção de autoestudo, conheceremos agora a história do movimento sindical no Brasil, a história dos trabalhadores brasileiros que não é curta.

No Brasil, o trabalho assalariado e as organizações coletivas de trabalhadores datam desde a segunda metade do século XIX, ou seja, de 1889 a 1930, que constitui o movimento operário e a classe trabalhadora brasileira. Apesar de que a classe trabalhadora não era expressiva neste período, pois o Brasil ainda não gerava uma renda considerável com as indústrias.

A vinda dos imigrantes para o Brasil, no final do século XIX, fortalece a formação da classe trabalhadora, até porque eles já vivenciam uma experiência de organização e de luta operária em seus países. Portanto, em virtude da organização e da luta dos trabalhadores nos países de origem, mesmo sendo considerada ilegal, e reprimidas com violência por patrões, a partir dos anos 1870 houve uma redução da jornada anual de trabalho e a vinda desses imigrantes estimulou a organização da classe trabalhadora também aqui no Brasil.



Assimile

O movimento operário e a classe trabalhadora brasileira constituiu-se de 1889 a 1930. Portanto, o trabalho assalariado e as organizações coletivas de trabalhadores brasileiros datam a segunda metade do século XIX.

Em contrapartida, as organizações primárias, os governos oligárquicos criam legislações repressivas às atividades político-sindical, inclusive, expulsando os estrangeiros que viessem a comprometer a '**segurança nacional**', mas as lutas eram legítimas, pois a experiência brasileira de exploração e não garantia mínima de direitos no período igualavam as experiências inglesas de 100 anos atrás.



O impulso para as lutas advinha das péssimas condições de trabalho e da vida da classe trabalhadora, com jornadas de trabalho sem limite, sem descanso semanal remunerado, aposentadoria, férias, salário mínimo, miserabilidade nos locais e condições de moradia dos bairros operários, etc. Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos, exatamente iguais às de cem anos atrás na Inglaterra. (GIANNOTI, 2007, p. 53 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 p. 234)

Portanto, caro aluno, era de se esperar que a pauta das organizações primárias dos trabalhadores voltasse para estas questões mínimas de condições trabalhistas. As reivindicações eram justas, pois direito algum era garantido.

Em 1907, data-se a criação da primeira legislação brasileira (decreto) para ao direito de livre associação sindical, no âmbito de todas as profissões. Desta forma, com o decreto instituído, formam-se as primeiras associações brasileiras de apoio aos trabalhadores operários, sendo:

- Associação de socorro e de auxílio mútuo, que tinha fins assistenciais.
- As ligas ou uniões operárias, cujo objetivo era buscar operários, nos ramos diversos, com interesses comuns.

É importante que você saiba que das diversas ligas existentes, muitas originaram organizações sindicais no Brasil. Um dos resultados desta organização sindical culminou na primeira Confederação Operária Brasileira, como tentativa de uma organização sindical brasileira única.

Em resumo, a pauta apresentada pela Confederação tinha alcance para uma mínima qualidade de vida, como jornada de trabalho de oito horas, proibição do trabalho infantil, sufrágio universal, seguro acidente de trabalho, entre outras pautas.

Portanto, do final do século XIX até meados de 1920, encontramos três vertentes políticas sindicais organizadas no Brasil:

- a) A corrente da concepção anarcossindical, que segundo Montaño e Duriguetto (2010),

concebia os sindicatos como órgãos revolucionários e defendia que o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado, viria depois das lutas desenvolvidas dentro das fábricas através do conflito direto com o patronato [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 235)



E para o conflito, sendo um o grupo hegemônico, produziam uma combatividade operária organizada, articulando-se através de panfletos, jornais, palestras e até peças teatrais.

b) A corrente dos reformistas exercia uma frente diferente da concepção combativa revolucionária da anarcossindical. Propunha enfrentar e pressionar o Estado e ocupar espaço na luta parlamentar. Acreditava, portanto, na transformação gradativa da sociedade capitalista, aos poucos, conquistando direitos.

c) A corrente dos sindicalistas amarelo, que defendia a relação capital e trabalho e a dependência desta relação ao Estado.

Após a Primeira Guerra Mundial, os efeitos da crise econômica desencadearam diversos atos: greves, passeatas. Qual teria sido a resposta do Estado na época? Você deve estar imaginando que não seria diferente: opressão, perseguição, mortes, expulsão dos ativistas políticos imigrantes, entre outras ações.

A força revolucionária do anarcossindicalismo, ao perder forças em suas estratégias, congressa-se aos ideais da Revolução Russa, fundando o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 25 de março de 1922. Portanto, os ideais comunistas de divulgação do marxismo e do leninismo ganham maior força sobre as concepções iniciais do anarcossindicalismo. Uma das ações iniciais do PCB foi a tradução do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels (2003) e o lançamento do jornal *A classe operária*.

Em 1930, o Estado cria o Ministério do Trabalho e consolida o controle sobre o movimento operário “que passa a incorporar os sindicatos no aparelho estatal e a formular uma política que os definia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 p. 236)

O marco da criação do Ministério do Trabalho ocorreu já em 1931, a criação da Lei de Sindicalização, como resposta política de controle de conciliação, entre os pares. Você acredita que este controle foi aceito de forma uniforme? Não foi e isto desencadeou mobilizações sindicais. Registra-se, nesta década, a criação da Frente Única Sindical (FUS), dirigida pelas forças comunistas, organizando e dando origem à Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). Em 1935, cria-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que agregava “os comunistas, os socialistas, operários, setores

progressistas das classes médias e estudantes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 237). A ANL era uma frente popular anti-imperialista e antifascista. Os sindicatos ligados à ANL pautavam em suas manifestações elementos para além dos direitos trabalhistas, portanto, tinham um alcance significativo nas lutas de classes. Eram elegíveis as solicitações para a reforma agrária, para o fim do pagamento da dívida externa e a nacionalização das empresas estrangeiras.

Você deve saber que o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em 1943, sistematizou e organizou a legislação social na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas os sindicatos livres, que resistiam à pressão e à tentativa de controle do Estado, sofreriam ainda perseguições cruéis, como a que se registrou com Olga Benário, esposa do sindicalista Luiz Carlos Prestes. Infelizmente, registra-se esta mancha (entre tantas outras), na nossa bandeira verde e amarela. Olga foi deportada para os campos de extermínio nazista.

Você já deve imaginar que destas ações repressoras, os sindicatos livres ligados à ANL foram fechados e a CSUB, desarticulada. Os sindicatos oficiais passam a tomar as pautas, como espaços de ações assistenciais e de **pelegos**.

Vamos juntos, para o seu melhor entendimento, seguir a cronologia histórica do movimento sindical brasileiro:

- Com a legalização do PCB, em 1945, é criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), com o objetivo de ser uma central sindical fora dos meios oficiais. Em paralelo, temos a criação do partido político ligado à classe burguesa (banqueiros, etc), a União Democrática Nacional (UDN).
- Em 1946, o MUT é substituído pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e com a insegurança frente ao Comunismo, perante à Guerra Fria, e, em 1947, o PCB é considerado ilegítimo, fazendo com que as perseguições retomem com mais força e violência.
- Em 1960, um novo pacto, visando a unificação organizativa sindical é formulado no Pacto de Unidade e Ação. Registra-se na história que os movimentos dos trabalhadores rurais iniciam a sua organização, com a criação da Liga Camponesa da Galiléia (Pernambuco) em 1955, entre outros.
- De 1961 a 1964, vivenciamos o governo de João Goulart. No campo da organização sindical, registra-se a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a disseminação da Liga Camponesa em outros estados. Os sindicatos rurais são legalizados, criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), que se integra ao CGT.

Em 1963, registra-se em São Paulo, a maior greve geral de toda a história do movimento operário brasileiro, congregando 700 mil operários. Conforme registram Montaño e Duriguetto (2010, p. 240), os atos reivindicados desencadearam nas classes tradicionais a conhecida Marcha pela Família, com Deus e pela liberdade. Não muito longe da passeata, o Golpe de 1964 colocaria um silêncio significativo aos movimentos sociais brasileiro e para o Sindicalismo não foi diferente.

Somente no final dos anos de 1970, com a fragilização do militarismo e a pressão popular pela redemocratização, que os movimentos sindicais retornam à cena com força e expressão política, sendo identificado como o **novo sindicalismo**. Mas, o que é o novo sindicalismo? Da confluência entre os sindicalistas autênticos e os reformistas, agregando o sindicalismo rural, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

A CUT nasce inspirada, na sua origem, em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado. No Congresso Nacional das classes trabalhadoras que fundou a CUT, aprovaram-se os estatutos da central, que incluía, entre outros princípios, a defesa da democracia sindical; da unidade da classe trabalhadora; liberdade e autonomia sindicais; organização por local de trabalho [...] (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 241)

A CUT, desta forma, teve um sentido amplo na organização sindical brasileira, durante a década de 1980. Por seus princípios estabelecidos, fazia frente, nas lutas de classe, pelos direitos dos trabalhadores. O trabalho de base da CUT afiançou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e com a Comissão da Pastoral da Terra, a criação em 1984 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste sentido, configurada a importância do movimento organizado pela CUT, dialogaremos sobre o PT, bem como a respeito da sua origem.

Constituiu a base do PT, em seu nascimento, militantes do novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base, intelectuais de esquerda, ex-militantes de organizações de esquerda e militantes dos movimentos sociais e dos bairros populares.



Refleta

Será que a base que compõe o PT na atualidade é ainda formada pelas lideranças dos movimentos sindicais, dos movimentos populares?

O Partido dos Trabalhadores representava, no seu surgimento, um instrumento político da classe trabalhadora, com o objetivo central de um projeto para a transformação da sociedade.

Entramos na década de 1990, em um Estado recém liberto das amarras da Ditadura, mas atravessado pela reestruturação produtiva, balizado nas políticas neoliberais, com respostas constantes em políticas de ajustes econômicos. Entretanto, com os ajustes, os direitos sociais e trabalhistas foram defasados, implicando em um desmonte do Estado, “por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 244). As políticas neoliberais, portanto, acirraram as desigualdades sociais, a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, agravando a questão social.

Você já analisou criticamente a PEC/55 (mais recente)? Ela traz alguma inquietação em relação a este momento da década de 1990?

Em 1991, é criada a Força Sindical, ligada aos interesses dos setores empresariais, defendendo o projeto neoliberal. A CUT, diante do Governo de Lula (2003), rompe-se e desencadeia a formação de outro grupo sindical, o ConLutas (Coordenação Nacional de Lutas), em 2004.



Pesquise mais

Conheça um pouco mais a história da CUT. Acesse o site:

CUT BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <<http://cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Não muito diferente, os países na América Latina vivenciaram governos ditadores e a consolidação dos direitos sociais e trabalhistas. De tal modo, a busca pela libertação nacional é marcada por lutas revolucionárias. As classes operárias tornaram-se expressivas no Chile e na Argentina, que tiveram as primeiras experiências sindicais.



A América Latina é marcada por uma história contínua de lutas revolucionárias. As guerras de independência, que marcaram o continente na primeira metade do século XIX, tiveram em Simón Bolívar e San Martín seus protagonistas centrais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 246).

Entre outros protagonistas, encontramos, durante a década de 1960 a 1970, derrotas sucessivas dos movimentos sociais organizados, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e a Frente Urbana Zapatista, no México.

O certo é que, com o desmonte dos Estados socialistas do leste europeu, desencadearam diversos impactos nos movimentos sociais latino-americanos. Com isto, a intervenção imperialista ganha força e capacidade de ingerência e intervenção.

E na década de 1990, sob o apoio dos Estados Unidos, os movimentos sociais armados são derrotados praticamente e todos os países latino-americanos. Assim, os movimentos sociais sindicais, diante das políticas neoliberais e do controle do Estado, perdem as suas forças organizativas e política.

Então, como você, aluno, se sente para a resolução da situação-problema? Que a história de lutas dos movimentos sindicais reviva em ti dias de esperança.

Sem medo de errar

Chegamos no momento de pensar e resolver a situação-problema. Esperamos que o diálogo construído auxilie você, aluno, a utilizar o argumento teórico oportuno.

A situação-problema apresentada consolida o conhecimento sobre a trajetória dos movimentos sindicais no Brasil.

Interessante notar que para que a Central Única dos Trabalhadores existisse, muitos diálogos, pressões, greves, mortes, passeatas, articulações, reuniões anteriores foram necessários.

A articulação política dos movimentos sindicais expressou-se, inicialmente, com a criação da frente anarcossindical e, posteriormente, com a criação do Partido Comunista Brasileiro.

O contexto brasileiro para os movimentos sindicais, como para os outros movimentos sociais, sempre foi marcado por histórias de lutas, afinal, encontrava-se no palco das lutas de classes.

E o que aprendemos, na trajetória histórica dos movimentos sociais, é o reavivamento, a todo instante, de lutas por direitos. Vivemos anos de chumbo e de silêncio com a Ditadura Militar, instaurada no Golpe de 64. Um inverno frio, uma noite silenciosa e sombria que perduraria até meados dos anos de 1980 e para quem desejava dias de primavera, dias de um lugar ao Sol, viu na organização da CUT possibilidades concretas de um novo projeto de sociedade. Projeto este, consolidado nas bases políticas sociais brasileiras. As Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos populares e sociais, o gari, a lavadeira, o pedreiro e o operário estavam presentes.

E por ser de base, a CUT discutia em si novos rumos e possibilidades. Conforme visto na seção *Não pode faltar*, a CUT desencadeou os diálogos e os processos de formação do PT e do MST.

A partir de alguns fatos históricos, o desafio solicitado enseja que você, aluno, construa um relatório para ser utilizado durante o debate em sala de aula, mas não se esqueça que o seu pensamento não deve ser conformista, desmotivador, que estagne a participação dos colegas no debate. Portanto, o debate a ser construído e referendado em seu relatório passa por conhecer os movimentos sindicais no Brasil e pesquisar sobre a história da CUT. Será que eles ainda continuam fortes?

Reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo sobre os movimentos sindicais e redija o seu relatório considerando estas orientações. Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e comporão a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Trabalho e renda

Descrição da situação-problema

Carlos foi contratado como assistente social em uma ONG que desenvolve um serviço complementar para adolescentes com idade de 16 a 18 anos, com o objetivo de preparação para o mercado de trabalho. Carlos foi procurado por uma mãe de um adolescente de 16 anos, participante das atividades, que estava faltando ao curso, pois estava fazendo “bicos” de ajudante de pedreiro para auxiliar na composição da renda familiar. E agora, Carlos? Como pensar no suporte familiar, para que o adolescente continue tendo acesso à formação?

Resolução da situação-problema

O trabalho e a renda no Brasil é uma questão emblemática para a juventude brasileira. Já construímos uma legislação trabalhista que contempla as especificidades da faixa etária, considerada aprendiz, mas algumas questões são importantes para refletir, como: trabalhar informal não pode, mas ganhar o dinheiro traficando pode? Trabalhar sem registro não pode, mas fazer “bicos” pode?

Sem querer ser simplista, a legislação específica foi implantada, mas ainda não foi consolidada. A garantia de cotas de vagas trabalhistas para os adolescentes exige um controle social significativo da sociedade.

Em relação ao grupo familiar, cabe a Carlos refletir com a família as possibilidades de formação ao adolescente e as possíveis respostas que o Estado oferta, como a transferência de renda nos programas federais, estaduais e municipais.

Faça valer a pena

1. No Brasil, o trabalho assalariado e as organizações coletivas de trabalhadores datam desde a segunda metade do século XIX, ou seja, de 1889 a 1930, constituindo-se o movimento operário e a classe trabalhadora brasileira.

A classe trabalhadora operária não era expressiva na segunda metade do século XIX, pois o Brasil ainda não gerava uma renda com:

- a) A monocultura do café.
- b) O movimento sindicalista.
- c) As indústrias.
- d) A organização sindical.
- e) As atividades políticas.

2. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) teve um sentido amplo na organização sindical brasileira, durante a década de 1980. Por seus princípios estabelecidos, fazia frente, nas lutas de classe, pelos direitos dos trabalhadores.

Um dos princípios estabelecidos pela Central Única dos Trabalhadores foi a defesa da democracia:

- a) Cultural.
- b) Sindical.
- c) Social.
- d) Econômica.
- e) Ideológica.

3. Na década de 1990, o Estado brasileiro, recém liberto das amarras da Ditadura, mas atravessado pela reestruturação produtiva, balizado nas políticas neoliberais, apresentou como resposta constante a política de ajustes econômicos. Entretanto, com os ajustes, os direitos sociais e trabalhistas foram defasados, implicando em um desmonte do Estado.

Os ajustes econômicos, ocorridos desde a década de 1990, acirraram os direitos sociais e aumentaram:

- a) O nível econômico do país.
- b) Os direitos sociais.

- c) Os investimentos em políticas sociais.
- d) Os movimentos sindicais.
- e) As desigualdades sociais.

Seção 3.3

Os novos movimentos sociais

Diálogo aberto

Olá! Seja bem-vindo aos estudos dos novos movimentos sociais.

Observamos no contexto de aprendizagem que para a construção do debate entre as alunas participantes de um ciclo de debates da ENESSO, diversas questões teóricas apareceram, como: o que são os movimentos sociais e os movimentos populares? Existe um movimento que possa ser considerado clássico? Quais são os novos movimentos sociais que se apresentam na atualidade? É possível realizar mediação entre movimentos e governos ou empresas privadas?

Diante dos questionamentos, as alunas de Serviço Social propuseram um debate em sala de aula com a participação dos demais colegas. No último debate, elas decidiram estudar os novos movimentos sociais, não tão novos assim. Em um dos artigos que buscaram para compreender quais são e do que se tratam esses movimentos, encontraram informações relevantes. Agora, elas estão diante de outro dilema: enquanto Márcia defende todo e qualquer movimento que lute pela garantia dos direitos humanos e sociais, Elizabete é contra o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT), pois ainda crê que isso é um desvio de comportamento, uma afronta às leis de Deus.

A professora da turma está cursando um doutorado em Serviço Social e Movimentos sociais, adorou o tema proposto para discussão e incentivou todas as alunas a se prepararem com seus argumentos para chegarem a um ponto possível de esclarecimentos, afinal são estudantes de Serviço Social e precisam ampliar sua forma de pensar as lutas por direitos sociais.

Será que as colegas já conhecem os novos movimentos sociais? Como este é o último tema em debate na sala de aula, você precisará elaborar um relatório contendo os argumentos para sustentar as ideias dessas duas estudantes e então concluir com quem está a razão. As orientações propostas no item *Sem medo de errar* lhe auxiliarão a elaborar esse documento.

Seja criativo e participe deste debate.

A unidade de ensino *Organização dos movimentos sociais no Brasil* está sendo concluída nesta seção de autoestudo. Já conhecemos os movimentos sociais, os movimentos populares e os movimentos sociais clássicos no Brasil. Desta forma, fecharemos a unidade dialogando sobre os "novos" movimentos sociais e, para discuti-los, apresentaremos os seguintes conteúdos: a teoria acionalista, os novos movimentos sociais na perspectiva pós-moderna, os novos movimentos sociais no Brasil: abordagens culturalistas e organização, mobilização, ações coletivas e o terceiro setor.

Será que você sabe que os chamados novos movimentos sociais (NMS) possuem um universo amplo em duas direções: teórico e político? No entanto, seguindo a compilação de Montaño e Duriguetto (2010) e Gohn (1997), dialogaremos sobre as três vertentes teóricas que ampliaram o nosso horizonte sobre o tema. Sendo assim, aluno, as reflexões teóricas da seção permeiam os estudos e os debates dos pensadores europeus.

As vertentes, portanto, são:

- a) Acionalista: que gira em torno da esfera da reprodução social (cultura e identidade: gênero, raça, etnia, nacionalidade etc.), contrária aos ideais da interpretação dos NMS, em que se avalia as relações de produção e as configurações das classes sociais.
- b) Pós-moderna: influenciada pela teoria acionalista. Tem nos ideais neoliberais os seus objetivos, ou melhor, tem a sua fundamentação na renúncia à luta de classes e da revolução.
- c) Marxista: tem nas premissas de classe e conflitos sociais e na análise das estruturas econômicas, a ênfase para os estudos dos NMS.

Com esta introdução, o que acha de conhecer um pouco mais sobre as vertentes?

A primeira vertente teórica é composta por um grupo de autores, que dialogam sobre a teoria acionalista e que implicou significativamente na compreensão dos NMS até na América Latina.

O sociólogo Alan Touraine (1925) é o pensador europeu criador do termo Sociologia da Ação (1965) ou acionalismo. Como outros pensadores europeus, teve inspiração no chamado Maio Francês, de 1968, para os estudos dos NMS. O Maio Francês de 1968 foi um movimento estudantil com apoio do Partido Comunista Francês e dos trabalhadores, culminado em diversos protestos, passeatas e greve geral na França.

Os acionalistas centravam-se em um processo de mudança da sociedade, a partir das questões locais, territoriais, com pequenas ações cotidianas, desvinculadas do Estado e de qualquer outra instância, como dos partidos políticos e das contradições entre capital e trabalho.

Os acionalistas não situavam-se, nem no bloco capitalista, nem no bloco socialista, ou seja, nem na esquerda política e nem na direita política. No contexto social do seu surgimento, os pensadores acionalistas distanciavam-se da Guerra Fria, dos Estados Unidos, do bloco imperialista capitalista e do bloco socialista da União Soviética. Desta forma, deslocam a lupa, a luneta ou o olhar das contradições entre o capital e o trabalho. Então, como compreender a linha teórica e política presente na vertente acionalista?

Como situamos, Touraine (1965) e Evers (1984), sociólogo alemão, possuíam uma abordagem fundada no acionalismo, ou seja, compreendiam suas teorias na sociologia da ação, em que o objeto de estudo centra-se na ação social. Dessa forma, baseiam-se na teoria de Max Weber (1864-1920) sobre a ação social como perspectiva para explicar os processos de mudança social.

A teoria acionalista fundamenta-se na sociologia da ação, sendo assim, contrária às perspectivas marxistas e à Sociologia Funcionalista de 1960 a 1970 que explicavam os processos de mudanças sociais.

Observe algumas características da ação social na concepção dos acionalistas:

- Ação social é concebida, a partir das escolhas dos sujeitos, compreendendo a que os sujeitos possuem uma consciência racional.
- Não contemplam os limites e as condições das escolhas dos sujeitos, ou seja, não alcançam as dimensões da alienação e da ideologia.
- As estruturas sociais e as desigualdades sociais, da relação capital/trabalho são relativizadas.
- Descolam e desconsideram as diferenças da relação entre a objetividade da realidade e a apreensão de valores subjetivos.

Portanto, destas características derivam-se duas premissas. Uma trata da separação dos NMS das esferas política e econômico-produtiva, confere ao pensamento acionalista um papel reduzido e separatista aos NMS, reduz em sua leitura as contradições estruturais e políticas como explicativas do surgimento dos NMS. Em síntese, para os acionalistas, como bem resumem Montaño e Duriguetto (2010, p. 314), “o ator desses conflitos é o movimento social, não as classe, não o Estado”. A segunda premissa trata-se da compreensão de Touraine (1925) sobre a inexistência dos conflitos entre o capital e o trabalho, na segunda metade do século XX, quando os conflitos não teriam mais ênfase na relação com a produção econômica, perdendo esta centralidade.

A segunda vertente teórica foca na leitura pós-moderna das direções políticas e teóricas dos NMS, analisa a vertente, a partir do contexto econômico e político nas três últimas décadas do século XX. Justamente no período de crise estrutural do capital,

desencadeada pelo esgotamento do padrão de acumulação fordista e pela crise no regime acumulação welfariano.

Como resposta à crise, o projeto neoliberal foi construído e vem se consolidando, como uma ofensiva do capital e do Estado.

As premissas teóricas e políticas pós-modernas constituem um leque expressivo de leituras teóricas e perfis ideopolíticos, que exprimem vertentes desde neoconservadoras às expressões de extrema esquerda. Diante do contexto amplo de leituras teóricas e com base nos estudos de Montaño e Duriguetto (2010), focaremos o nosso diálogo sobre a segunda vertente teórica dos NMS em dois tópicos. Assim, o primeiro trata da leitura dos NMS, na perspectiva da crise da razão moderna e na rejeição do conhecimento totalizante, enquanto o segundo, um tanto quanto desafiador, propõe analisar os NMS, deslocados de qualquer projeto societário de emancipação pelo trabalho e que se contraponha aos ideais do capital.

A título de conhecimento,



No âmbito da teoria social, o termo pós-moderno diz respeito às teses que sustentam a crise dos paradigmas nas Ciências Sociais e a necessidade de uma nova produção de conhecimento centrada na atenção às diferenças, ao efêmero, ao fragmentário. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 317)

Então, os estudos pós-modernos centram-se no conhecimento do efêmero e fragmentário, pois o humano é assim: não detém o conhecimento da totalidade. Isto se tornará o alvo da crítica pós-moderna, a compreensão da realidade em sua totalidade, pois para as concepções pós-modernas, a realidade é explicada em suas partes, de forma isolada e fragmentada. Deste modo, esta leitura fraccionada da vida, importa na compreensão da teoria social conectada às questões estruturais e no campo da práxis política, implica no engajamento em algum projeto de emancipação social. E o que lhe parece a leitura de sociedade nesta dimensão? Sem rodeios, podemos afirmar que é a negação das bases marxistas (teoria social e práxis política).



Exemplificando

Para o Serviço Social, a teoria social crítica marxista corrobora com o projeto ético-político, atrelando-o a um projeto societário. Os valores estabelecidos no Código de Ética direcionam que a prática profissional e a leitura crítica dos profissionais não deve ser fragmentada e isolada de uma

leitura macro, por exemplo, uma família que acessa um serviço público por ausência de renda não pode ser responsabilizada por não conseguir trabalho.

Em relação ao segundo tópico apresentado, a dimensão política dos NMS para os pós-modernos diferenciam-se dos movimentos sociais e políticos dos séculos XIX e do início do século XX, pautando-se

[...] na construção de uma nova sociabilidade fundada na reação contra toda e qualquer forma de universalização de direitos, uma vez que a universalidade anularia e negaria as diferenças e as particularidades dos inúmeros “grupos” sociais, fazendo, segundo autor, com que percam suas identidades. (SANTOS 1997, 2005 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 319)

”

Dessa forma, a negatividade dos direitos sociais em sua universalidade caminha contrariamente aos preceitos do modelo do *Welfare State*.



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais os conceitos teóricos dos novos movimentos sociais, acesse o artigo: “Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática”:

CRAVEIRO, A. V.; HAMDAN, K. O. Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais...** Londrina: Editora UEL, 2015. 8 p. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo6/oral/16_os_novos_movimentos....pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

E para concluir a segunda vertente, na perspectiva do pós-modernista Boaventura de Sousa Santos (1940), “os NMS diferenciam-se das doutrinas marxistas, pois não se definem [...] em termos da divisão de classes e suas lutas [...]” (SANTOS 1997, 2005 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 319)

A terceira vertente teórica, debate a perspectiva dos NMS na concepção da doutrina marxista. Neste sentido, tem no contexto da década de 1960 e 1970 o panorama de avaliação da realidade social. Apesar de ser o mesmo contexto dos acionalistas, os pensadores marxistas realizam uma interpretação na crise capitalista e suas expressões.



Assim, o contexto dos anos 1960-1970, de “Guerra Fria”, das lutas sociais inspiradas no Maio de 1968, da crise capitalista e da crise soviética, confirma a continuidade de uma sociedade capitalista, industrial, monopolista, imperialista, mantendo as relações de exploração entre capital e trabalho, que funda e se expressa em variadas formas de contradições e relações sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 324)

As premissas marxistas, portanto, avaliam que, mesmo após a crise do capital e suas ressignificações, foi contínua e ininterrupta a continuidade do Capitalismo e que o entendimento do movimento social não pode ser compreendido deslocado das esferas políticas e econômicas, menos ainda, desvinculado do Estado e do mercado.

Seguindo a lógica das vertentes teóricas discutidas anteriormente, citamos o trabalho de Manuel Castells (2000), na Espanha, e de Jean Lojkine (1981), na França, pois foram os primeiros autores marxistas a citar e a estudar os NMS. As divergências entre os autores possibilitaram desde uma aproximação inicial aos referenciais marxistas até a sua convergência conceitual com os NMS.

Enquanto Castells (2000) compreendia os movimentos sociais urbanos, partindo do conceito das contradições urbanas, em que o Capitalismo não dá conta de assegurar o processo de [...] “produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à reprodução da força de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 325), Lojkine (1981) registra que

[...]o Estado é o produto e expressão das lutas de classes e se o urbano é um momento de tais lutas, então: em primeiro lugar, os movimentos sociais não podem ser vistos sem considerar essa dimensão, o lugar que ocupam como parte dessas lutas e, portanto, em segundo lugar, a perspectiva de tomar ou participar (e não apenas reivindicar desde fora) do poder do Estado deve ser vista como algo lógico e, por vezes, até essencial desses movimentos sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 329)

Nesse sentido, os NMS inserem-se nas lutas de classes, para além da organização do capital, mas e os novos movimentos sociais no Brasil? Dialogaremos sobre o rearranjo nas abordagens culturalistas fundidas nas vertentes teóricas acionalista, na pós-moderna e na concepção teórica marxista.

Registra-se, na década de 1980, no contexto brasileiro, uma gama significativa de abordagens dos novos movimentos sociais e a abordagem culturalista surgirá exatamente por esta gama de movimentos, na interpretação da sociedade civil.

A reflexões de Evers e Touraine, utilizadas na grande maioria dos estudos "culturalistas" sobre "NMS" no Brasil, complementadas com a influência da obra de Habermas e, ainda, mais recentemente, de pensadores pós-modernos, a exemplo de Boaventura de Sousa Santos, tornaram-se emblemáticas pela valorização dos saberes, das visões de mundo dos valores criados pelos sujeitos participantes nos movimentos sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 329)

Assim, nesses processos são geradas as novas formas de sociabilidade, inclusive, constituindo novos valores coletivos. O que se sabe é que os chamados NMS, os novos sujeitos políticos, surgem na luta cotidiana, contrários aos ideais de dominação ideopolítica e econômica.

As classes sociais, nesta perspectiva, são deslocadas por esta pluralidade de sujeitos coletivos, tendo sentido na prática social e nas fragmentações, nas particularidades que se expressam os movimentos LGBT, ecologistas, feministas, entre outros, caracterizando um leque de movimentos em torno de reivindicações legítimas e diversificadas.



Refleta

O movimento LGBT tem objetivo? Eles são pautados em que direção? Gay tem direito? Lésbica tem direito? O movimento LGBT é um NMS?

As características que diferem e situam as dimensões dos NMS no âmbito da teoria do acionalismo e da teoria do pós-moderno passa por identificar a autonomia dos NMS em relação aos sindicatos e partidos políticos, por revalorizar a cultura e a identidade, pela formação dos seus próprios intelectuais, pela ampliação do papel da mulher, pelo trabalho organizado e pelas questões relacionadas ao meio ambiente. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010)

No entanto, por que o termo **abordagens culturalistas**? Porque no Brasil e na América Latina as elaborações teóricas perpassam os eixos culturais, relativos à construção da identidade, pelos fatores: gênero, território, religião, faixa etária, grupos de interesses, etc. Contrários assim à análise totalizante, os NMS expressam uma centralidade nas questões culturais e identitárias, situados no campo da sociedade civil, diferentemente da análise marxista, que abarca o Estado e a economia/mercado. Conforme confirma e acrescenta Gohn (1997),



O paradigma dos novos movimentos sociais parte das explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, etc. (GOHN, 1997, p. 16).

Para a autora, o paradigma dos NMS amplia-se em categorias básicas e na dimensão conjuntural política, conforme a localidade e os microprocessos da vida, no cotidiano e para as reflexões marxistas, o Estado se tornaria o alvo das demandas e das pressões dos NMS. O aspecto clássico da economia-política cede lugar ao politicismo, passando a ter como objetivos de lutas o acesso aos bens de consumo e serviços e a defesa dos direitos humanos, políticos e sociais.



Assimile

Os novos movimentos sociais expressam uma centralidade em questões identitárias e culturais no campo da sociedade civil, de tal modo que se

opõem a análise totalizante. Contrários, assim a análise marxista, que vai discutir o Estado e a economia/mercado.

Com este panorama, como refletir sobre a organização, a mobilização, as ações coletivas e o terceiro setor? Trata-se de um desafio contemporâneo pensar sobre a organização e os outros aspectos conceituais que emergiram no chamado terceiro setor. Em síntese, o terceiro setor configura-se na relação Estado e empresas com as organizações da sociedade civil, ultrapassando uma determinada classe social. Apesar desta organização, ultrapassa o âmbito produtivo e as questões das contradições do mercado.

Dessa forma, qual seria a característica que constitui esta relação? As articulações e as parcerias inovam e fundam estas relações no âmbito da sociedade civil. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 340)

Conforme Montaño e Duriguetto (2010), o terceiro setor descortina suas ações sociais, não mais amparadas na lutas de classes (movimentos sociais clássicos), nem na lutas sociais (novos movimentos sociais), mas sim

[...] em uma sociedade dócil, deseconomizada e despolitizada, em parceria interclasses e com o Estado (com clara dependência e subalternidade das organizações sociais pelos organismos financiadores e pelos governos), não questionando nem os fundamentos da divisão em classes, nem da exploração, nem mesmo da desigual distribuição da riqueza ou da desigualdade social [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 340)

É um tanto quanto reveladora esta perspectiva sobre o terceiro setor, pois direciona as ações em uma perspectiva de ajuda mútua, de não enfrentamento ao capital, sendo a burguesia e o Estado apresentados como parceiros. Logo, são ações entre **parceiros**. O politicismo agregado pelos NMS cede lugar à parceria.

E quais são, então, os objetivos das ações sociais dessas organizações? Com base em Montaño e Duriguetto (2010), são:

- Ações compensatórias.
- Ações focalizadas.
- Filantropia.

- Voluntariado.
- Ajuda.

Nesse sentido, os objetivos do terceiro setor não ultrapassam a esfera de atuação como são vistas as tentativas dos NMS e dos movimentos sindicais.

Seção de autoestudo concluída. Convidamos você, aluno, a utilizar os conhecimentos expostos e dialogados, para resolver a situação-problema e avançar na prática profissional.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Esperamos que o diálogo construído o auxilie a utilizar o argumento teórico oportuno.

Antes de indicarmos o caminho possível para a resolução da situação-problema, observe as dicas a seguir que pensamos para lhe auxiliar didaticamente a organizar o pensamento e a construir a sua atividade.

Primeira dica: não tenha receios de colocar no papel (ou no computador) as suas críticas durante a atividade (no relatório solicitado), pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser revisto.

Segunda dica: lembre-se de que a seção *Não pode faltar* apresenta elementos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento teórico, de modo que você, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, não simplesmente que a reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Agora, retomaremos alguns conteúdos teóricos sobre os novos movimentos sociais (NMS), que podem auxiliá-lo na construção do seu desafio, o seu relatório.

Os chamados novos movimentos sociais (NMS) possuem um universo amplo em duas direções: teórico e político. As vertentes, portanto, são: acionalista, pós-moderna e marxista.

Os acionistas centravam-se em um processo de mudança da sociedade, a partir de questões locais, territoriais, com pequenas ações cotidianas, desvinculadas do Estado e de qualquer outra instância, como dos partidos políticos e das contradições entre o capital e trabalho.

A segunda vertente teórica centra-se na leitura pós-moderna das direções políticas e teóricas dos NMS. Analisam a vertente, a partir do contexto econômico e político nas três últimas décadas do século XX.

A terceira vertente, por sua vez, debate a perspectiva dos NMS na concepção da doutrina marxista. Neste sentido, tem no contexto da década de 1960 e 1970 o panorama de avaliação da realidade social. Apesar de ser o mesmo contexto dos acionalistas, os pensadores marxistas realizam uma interpretação na crise capitalista e suas expressões.

Registra-se na década de 1980, no contexto brasileiro, uma gama significativa de abordagens dos novos movimentos sociais e a culturalista surgirá exatamente por esta gama de movimentos, na interpretação da sociedade civil, ou seja, nesses processos são geradas as novas formas de sociabilidade, inclusive novos valores coletivos e o que se sabe é que os chamados NMS, os novos sujeitos políticos, surgem na luta cotidiana, contrários aos ideais de dominação ideopolítica e econômica.

As classes sociais nesta perspectiva são deslocadas por esta pluralidade de sujeitos coletivos, tendo sentido na prática social, enquanto nas fragmentações, nas particularidades expressam-se os movimentos LGBTs, ecologistas, feministas, entre outros, caracterizando um leque de movimentos em torno de reivindicações legítimas e diversificadas.

Trata-se de um desafio contemporâneo pensar a organização e os outros aspectos conceituais que emergiram no chamado terceiro setor. Em síntese, o terceiro setor, configura-se na relação Estado e empresas com as organizações da sociedade civil, ultrapassando uma determinada classe social. Apesar desta configuração, transpassa o âmbito produtivo e as questões das contradições do mercado.

Neste percurso, sugerimos ainda algumas perguntas para ajudá-lo a organizar o pensamento e a realizar a atividade proposta, como: o que são os novos movimentos sociais?

Portanto, reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo, sobre os novos movimentos sociais e redija o seu relatório considerando estas orientações. Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e compõem a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Redes

Descrição da situação-problema

Joana é assistente social, atende, diariamente na Unidade Básica de Saúde (UBS), diversas mulheres vítimas de violência doméstica. Como no último mês atendeu a 10 mulheres, ficou preocupada com a situação. Como enfrentar este problema coletivamente?

Resolução da situação-problema

Pensando sobre o conteúdo construído na seção *Não pode faltar*, compreendemos o que são os novos movimentos sociais e no que são pautados. Nesse sentido, enquanto assistente social, Joana pode desencadear ações coletivas de prevenção à violência contra a mulher. Entretanto, frisamos que qualquer violência deve ser atendida em rede. Dessa forma, Joana pode acionar a rede do município (CRAS, CREAS, Delegacia de Polícia, Ministério Público, etc.) para dialogar sobre o tema e pensar nas ações coletivas de prevenção e nas responsabilidades de cada órgão que atua no atendimento às mulheres.

Faça valer a pena

1. Os chamados novos movimentos sociais possuem um universo amplo em duas direções: teórico e político. Seguindo a compilação de Montaño e Duriguetto (2010), são três as vertentes teóricas que discutem os novos movimentos sociais.

A leitura da vertente pós-moderna foi influenciada pela teoria acionalista. Teve nos ideais neoliberais os seus objetivos e a sua fundamentação na renúncia:

- Contrários aos ideais da interpretação dos NMS.
- Das relações de produção e as configurações das classes sociais.
- Nas premissas de classe e conflitos sociais.
- À luta de classes e da revolução.
- Na análise das estruturas econômicas.

2. Leia o texto e complete as lacunas da sentença a seguir:

A teoria acionalista funda-se na Sociologia da ação, sendo contrária às perspectivas marxistas e à Sociologia Funcionalista de 1960 a 1970, que explicavam os processos de mudanças sociais. Possui características específicas na ação social.

Na concepção dos acionalistas, uma das características que trata da _____ social é concebida a partir das escolhas dos _____, compreendendo a que os sujeitos possuem uma _____ racional.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto-base:

- Ação – sujeitos – consciência.
- Classe – coletivos – dimensão.

- c) Ação – coletivos – política.
- d) Economia – sujeitos – consciência.
- e) Teoria – coletivos – subjetividade.

3. Os acionistas centravam-se em um processo de mudança da sociedade a partir das questões locais, territoriais, com pequenas ações cotidianas, desvinculadas do Estado e de qualquer outra instância, como dos partidos políticos e das contradições entre o Capital e o trabalho.

Para a vertente teórica acionista, o foco de análise dos novos movimentos sociais foi para além das contradições:

- a) Entre as classes sociais.
- b) Da fragmentação da totalidade.
- c) Entre o capital e o trabalho.
- d) Centrado, portanto, nas escolhas e nos limites dos sujeitos.
- e) Da organização do capital.

Referências

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CUT BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <<http://cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CRAVEIRO, A. V.; HAMDAN, K. O. Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais...** Londrina: Editora UEL, 2015. 8 p. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo6/oral/16_os_novos_movimentos....pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n.1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

_____. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa SunderMann, 2003.

MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. 2. ed., nov. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/social/Downloads/358-1048-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

Serviço social e movimentos sociais

Convite ao estudo

Caro aluno,

Conhecemos, na primeira unidade de ensino, os clássicos da teoria política na visão teórica de Estado: na perspectiva moderna, na concepção marxista e no pensamento neoliberal. Na segunda unidade, conceituamos classes, consciência e lutas de classes, compreendendo as teorias sobre classes, a consciência social e a consciência de classe, bem como classes e lutas sociais no Brasil. Na terceira unidade, dialogamos sobre a organização dos movimentos sociais no Brasil, com ênfase nos seguintes temas: os movimentos sociais e os movimentos populares, os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais. Agora, na quarta unidade, trataremos do Serviço Social e dos movimentos sociais, percorrendo as seguintes seções de autoestudo: Movimentos sociais brasileiros na luta por direitos sociais; Movimentos sociais e Serviço Social; Atuação do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos e rurais.

Nesse sentido, a competência desejada para a formação profissional indica que o percurso inicial objetiva compreender os movimentos sociais na atualidade brasileira e o papel do Serviço Social na atuação com os movimentos sociais.

Agora, traremos um contexto de aprendizagem teórico-prática para tornar o seu estudo o mais próximo possível da realidade de diversos profissionais do Serviço Social. É importante ressaltar que a atuação de assistentes sociais com os movimentos sociais pode acontecer de forma direta: como militante, dentro do próprio movimento, ou indireta: na

maioria das vezes, por meio das políticas públicas. Nesse viés de atuação, o contexto de aprendizagem expõe a atuação, enquanto aluno, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Você, aluno, conseguiu um estágio no CREAS e terá a oportunidade de acompanhar a rotina, os fluxos, os processos de trabalho e os atendimentos diversos da unidade. Como é a articulação da atuação do profissional no CREAS e sua interlocução com os movimentos sociais?

Diante o contexto exposto, como materializar e fortalecer, cotidianamente, a posição de luta por direitos e enfrentamento das questões sociais? Para respondermos a tais questionamentos, a Unidade 4 foi pensada com a intenção de promover um contato com as práticas do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos e rurais, explorando a produção teórica de renomados profissionais especialistas na área, esclarecendo definitivamente os termos utilizados e as possibilidades entre teoria e prática entre esses conceitos, reservando espaço para tratar do tema no contexto nacional.

Seção 4.1

Movimentos sociais brasileiros na luta por direitos sociais

Diálogo aberto

Seja bem-vindo aos estudos dos movimentos sociais e dos movimentos populares.

No contexto de aprendizagem, você, aluno, conseguiu uma vaga de estágio no CREAS. Portanto, teve a oportunidade de acompanhar a rotina, os fluxos, os processos de trabalho e os atendimentos diversos da unidade. Como é a articulação da atuação do profissional no CREAS e sua interlocução com os movimentos sociais?

Consegue imaginar o atendimento às vítimas de violência sem os centros de referência especializados? A garantia do equipamento público é a certeza de um atendimento de qualidade?

Observe, agora, o seguinte contexto: a assistente social foi procurada no atendimento social por um casal de rapazes (jovens), que pediram suporte/orientação, pois estavam sofrendo preconceito dos familiares ao decidirem morar juntos. Os jovens relatam que os pais até aceitam o namoro sem queixas, mas como moram em uma cidade pequena, de 30 mil habitantes, os pais estão desconfortáveis com a imagem da família. Pensando no encaminhamento adequado, a assistente social propôs atender os pais, tentar dialogar e mediar a situação para que os vínculos familiares não sejam rompidos, sendo este o pedido dos jovens. A partir do exposto, compreendendo a questão da orientação sexual e a bandeira de luta por direitos e igualdade da categoria profissional, como poderia ser o diálogo com os pais? Como você pensaria nas questões para direcionar o diálogo com a família? Como elaborar o diálogo com a família, visando fortalecer, ou não, o vínculo familiar? Esse é o seu desafio.

Não se esqueça de que a seção *Não pode faltar*, sem dúvidas, poderá auxiliá-lo nesta construção. Ótimas reflexões!

Não pode faltar

Estamos iniciando a primeira seção de autoestudo da quarta unidade de ensino, *Movimentos sociais brasileiros na luta por direitos sociais*. Para melhor dialogar, conheceremos os movimentos clandestinos de resistência à Ditadura e redemocratização no Brasil, os movimentos e demandas por bens de consumo coletivo, os movimentos sociais rurais, étnicos e raciais e os movimentos sociais estudantil, feminista e pela liberdade de orientação sexual.

Conhecemos, na unidade anterior, como ocorreu a organização dos movimentos sociais no Brasil - dos movimentos populares às configurações dos novos movimentos sociais, mas ainda há que se resgatar o Golpe Militar de 1964, tendo em vista o impacto de 21 anos de vivência sob o Regime Militar. O panorama de reformas de base civis expostas pelo governo brasileiro de João Goulart acuou as classes conservadoras (políticas, religiosas, etc.) que estavam temerosas da possibilidade de o comunismo instituir-se, acarretando uma grande pressão e organização das instituições militares. Assim, com o Regime Militar instituído, as primeiras manifestações e/ou tentativas de resistência ocorreram para ainda tentar manter legítimo o governo de João Goulart.

Registra-se os discursos do então deputado, Rubens Paiva, e os discursos de resistência da União Nacional dos Estudantes (UNE). O chamado era para a organização popular em resistência ao Golpe Militar. Entretanto, diante do controle do governo, os deputados que mostravam resistência e oposição aos ideais vigentes foram cassados, perseguidos, exilados e até assassinados. As entidades de classes que se opuseram ao modelo em tela foram consideradas clandestinas.

Observe que a perseguição militar tinha um fundamento legal, ou seja, justificava o injustificável, em prol da **manutenção da ordem e do progresso**. Nesse sentido, imagine que para punir os que não se adequavam às regras, eram ultrapassados inclusive os limites ético, moral ou jurídico. Não se esqueça de que os reflexos desta autorização consentida do Estado afiançaram a tortura, a vigilância, a censura, as prisões ilegais, entre outras ações de repressão.

A resistência ao Regime Militar aumentou com a participação da intelectualidade de esquerda, pertencente à classe média. Destaca-se o trabalho de imprensa, com a revista *Pif Paf*, além do show musical de protesto, intitulado de *Opinião*, dirigido por Augusto Boal, com destaque para as cantoras Nara Leão e Maria Bethânia. Enfim, as artes, em sua maioria, tornaram-se expressões de canalização das vozes e dos protestos em prol da democracia.

No âmbito dos trabalhadores urbanos, o silêncio estava presente. Os sindicatos tinham sido silenciados diante da repressão e o que se via era o aumento da produtividade e riqueza para alguns e o empobrecimento para os trabalhadores.

Dentre as ações de resistência, as organizações de guerrilha foram expressivas no Brasil. Destacamos, para o seu conhecimento, uma ação de guerrilha organizada por Leonel Brizola, no interior do Rio Grande do Sul, porém a ação planejada não recebeu o apoio esperado e foi facilmente derrotada.

É possível sintetizar os movimentos de resistência em dois ciclos, sendo o primeiro de 1964 a 1968 e o segundo, de 1978 a 1984.

No primeiro ciclo, destacam-se: a participação dos estudantes no enfrentamento e resistência, através da UNE; a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968; a desarticulação e os assassinatos dos guerrilheiros; a participação da população nas passeatas organizadas pelos estudantes; a organização e a derrota das guerrilhas urbanas e rurais; a instituição do Ato Constitucional nº 5 (AI/5).

O segundo ciclo de resistência ao Regime Militar teve início na década de 1970, com a organização de diversos setores da sociedade, como: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Este ciclo teve como principais eventos: o retorno do movimento operário, principalmente no ABC Paulista, com a greve geral dos metalúrgicos, a reorganização dos trabalhadores rurais, culminando no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a preparação para a redemocratização.

Conforme registra Gohn (2000, p. 19),

O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já. Foi a declaração de morte do Regime Militar, mas as eleições diretas para presidente da República só vieram a acontecer em 1989. Entre 1984 e 1988, o país se mobilizou por uma nova Constituição. Os movimentos sociais que emergiram na cena política, desde o final dos anos 70, conseguiram inscrever em leis, como direitos, várias reivindicações. Foram conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos até então considerados de 'segunda categoria'.

E para dialogarmos sobre os movimentos sociais estudantis, sobre o movimento feminista e sobre tantos outros que ganharam pauta, organização e validação no corpo do texto da Constituição Federal, de 1988, é impossível deslocar do contexto de lutas de tantos brasileiros pela democracia. Isto desencadeou na obrigação do Regime militar em mudar seus planos iniciais de institucionalização, reconhecendo outros atores sociais e políticos.

Observe, caro aluno, que as lutas e resistência para o modelo democrático são fruto de uma complexa história de resistência e enfrentamento, já encontrada em 1904, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, em outro contexto político, econômico e social (aproximadamente 1904). A população já se organizava em movimentos em prol dos bens de consumo coletivos, as organizações iniciais pautavam-se nas demandas por acesso à habitação com mais qualidade, pois os aluguéis e a precariedade dos imóveis eram significativos. Outras pautas tratavam da ampliação das linhas de bondes e de acesso ao setor de saúde.



Pesquise mais

Conheça um pouco mais sobre as reflexões atuais, sobre dos objetivos dos movimentos sociais:

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Na década de 1970, os movimentos de bens de consumo coletivo ganham novos destaques e intensidade. Amplia-se a participação da comunidade nos grupos de jovens, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres, com especial participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Populares das Igrejas, fomentados e fundamentados pela Teologia da Libertação e de militantes de esquerda (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

As CEBs tiveram um papel fundamental na formação e organização política das comunidades brasileiras, mas perdeu força na década de 1980, após a mudança política no Vaticano.

Destacamos que, em 1976, as associações de moradores e /ou sociedades de amigos de bairro, expandem da relação de troca de votos por melhorias nos bairros, para a reivindicação por bens de consumo coletivos (escolas, creches, postos de saúde, etc.). Neste período, é criada a Comissão Pastoral da Terra, ligada às questões do campo.

Já os movimentos étnicos e raciais têm sua história também na trajetória da organização dos movimentos sociais brasileiros. Em primeiro, vemos os movimentos indigenistas e camponeses. Conforme destacam Montañó e Duriguetto (2010), ambos têm tido um papel relevante diante dos processos de reestruturação produtiva e de resistência frente às políticas neoliberais.

Na América Latina, o Movimento Zapatista, no México, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, tornam-se expressivos. O zapatismo, conforme expõem Montaño e Duriguetto (2010, p. 281),

[...] é um movimento composto majoritariamente por indígenas de diversas etnias e por camponeses. Entretanto, os conflitos desenvolvidos ou enfrentados pelos zapatistas não se limitam à problemática indígena, como autogestão, autodeterminação e autonomia indígenas, que se traduzem na delimitação de espaços territoriais, políticos, jurídicos, econômicos, linguísticos e culturais sobre os quais as etnias possam exercer controle [...].

E para além das ações principais do movimento zapatista, assim por dizer, o movimento expande a sua bandeira de lutas para pautas nacionais e internacionais, como a luta contra o Neoliberalismo e contra a globalização.

Os movimentos camponeses, em sua maioria, não estão ligados a braços políticos e sindicatos, apesar do aspecto político, sendo, assim, a maior parte, autônomos. Já os movimentos indigenistas na América Latina foram expressivos na eleição de presidentes e derrubada de outros, como a derrubada do presidente no Equador, em 2000.

O movimento negro, enquanto movimento, tem sua história constituída por longos processos de lutas e de combate à discriminação racial. Historicamente, tanto no América Latina, como no Brasil, os eventos de descolonização, proporcionaram a ambiência, ou o espaço para as lutas por direitos civis.

Os autores a seguir chamam a atenção para a figura do pacifista Martin Luther King,

[...] cujo assassinato e a onda rebelde de movimentos que se desencadeia em vários países, no ano de 1968, marcaram o início do acirramento do conflito racial nos Estados Unidos. Marco desse acirramento foi a criação, em 1966, do Partido Pantera Negra para a Autodefesa. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 p. 282)

Os Panteras Negras estavam espalhados em 45 cidades dos Estados Unidos e tinham como objetivo a luta contra o racismo. Utilizam métodos de violência e obtiveram como forma de controle a repressão através da intervenção da CIA, que exterminou as suas principais lideranças.

E no Brasil, como ocorreram as primeiras expressões do movimento negro? No Brasil, no final do século XIX, a imprensa já circulava notícias específicas a população negra, com o objetivo de combater e denunciar a violência racial.



Os textos reivindicavam integração e participação da sociedade e a educação como meio social de ascensão social. Dessa iniciativa surgiram alguns fundadores da chamada Frente Negra Brasileira, em 1931, que além das reivindicações políticas e culturais de combate à discriminação racial, lutava por condições mais justas de acesso da população negra ao mercado de trabalho. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 p. 282)

Como você, aluno, imagina que terminou a Frente Negra Brasileira? Com a criação do Estado Novo, mesmo a Frente Negra Brasileira se tornando um partido político foi extinta em 1937. No entanto, com o fim do Estado Novo, a rearticulação das entidades negras ganha novos rumos na luta contra a discriminação racial. Como interpreta a cantora Elis Regina (1979), a “esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar”. E a esperança silenciou novamente com o Golpe de 1964.



Refleta

Será que a esperança, silenciada durante a Ditadura Militar, desarticulou os movimentos sociais ou deu espaço para que as forças populares se reorganizassem? O movimento negro realmente foi extinto no Brasil?

As mobilizações das entidades negras retomariam em meados de 1970 com a participação dos estudantes universitários negros, que angariam conhecimento e formação, e pelo panorama das lutas pelos direitos civis dos grupos norte-americanos.

Observe que com a morte do operário negro Robson Silveira da Luz, durante uma sessão de tortura, em 1978, a reorganização das lutas dos negros ganha força, resultando em um ato de protesto significativo nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Igreja Católica e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Movimento pela Anistia e muitos outros.

Deste ato, diversas entidades foram organizadas em diferentes estados. Uma das organizações criadas foi o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), que em sua segunda assembleia declarou o dia 20 de novembro, em menção à morte de Zumbi dos Palmares, o dia da **Consciência Negra**.

Com a Constituição Federal de 1988, diversas reivindicações foram incorporadas como direitos civis, bem como o reconhecimento das terras quilombolas e, a partir de 1990, uma série de Organizações Não Governamentais (ONGs) ganham pauta e espaço na luta contra o racismo e também como forma de apoio às vítimas, principalmente nas denúncias de violência policial.

No entanto, os movimentos sociais, caro aluno, ainda perpassam os segmentos estudantis da liberdade de orientação sexual e do feminismo. Portanto, dialogaremos sobre eles.

O movimento estudantil no Brasil é organizado a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Até meados de 1950, pauta pontos políticos importantes e significativos no cenário nacional, como a mobilização contra o Estado Novo entre outras ações.

Em 1960, as reivindicações do movimento estudantil voltam-se para as questões específicas das instituições de nível superior, como a “defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 288), que perdura até os dias atuais.

Com o Golpe de 64, as ações repressivas culminaram na desmobilização dos estudantes e professores e as manifestações foram proibidas. No 30º Congresso da UNE, realizado em 1968, as autoridades agiram na desmobilização, prendendo todos os líderes congressistas participantes.

O movimento estudantil retoma, em 1975, na defesa da anistia e na campanha pelas **Diretas Já**. Em 1992, ganha força com os caras pintadas no impeachment do presidente Collor. Seguindo a síntese de Montaño e Duriguetto (2010), em relação ao Movimento Estudantil na atualidade, este não se constitui como um bloco monolítico, pois em seu interior se comportam vários grupos políticos, com diferentes concepções de projetos societários. Esta diversidade de projetos expõe as diferenças e disputas ideológicas presentes na totalidade na vida social.

O movimento feminista, por sua vez, também se expressa como um coletivo político, enfrentando questões estruturantes no sistema patriarcal-capitalista. E conforme destacam Montaño e Duriguetto (2010), nem todo movimento de mulheres é feminista. O movimento feminista diz respeito ao combate e enfrentamento às formas de violência, opressão, subalternidade, liberdade, igualdade e autonomia para as mulheres, enquanto o movimento de mulheres pauta-se nas melhores condições de vida e acesso aos bens de consumo.



Assimile

O movimento feminista se expressa como um coletivo político, enfrentando questões estruturantes no sistema patriarcal-capitalista.

Contudo, você, aluno, sabe quando data a organização do movimento feminista? No âmbito internacional, ele data o século XVIII e XIX.

Traçamos uma trajetória histórica, para que você conheça alguns dos principais momentos, das características e dos avanços do movimento feminista no Brasil, veja:

- De 1500 a 1822 – no período do Brasil Colônia.

- As mulheres eram tidas como propriedades dos seus pais, maridos ou irmãos.

- As lutas das mulheres voltavam-se para algumas situações de educação, direito à vida, direito ao divórcio e acesso ao mercado de trabalho.

- Sem conquistas significativas neste período.

- De 1822 a 1899 – no período do Brasil Império.

- É reconhecido o direito de educação da mulher. Com destaque para a educadora, poetisa e escritora consagrada Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1895). Dionísia foi fundadora das primeiras escolas para mulheres no Brasil. A sua cidade natal, no estado do Rio Grande do Norte, recebe o seu nome, Nísia Floresta, como homenagem.

- Século XX – da República ao Estado Novo.

- Sob a influência do anarco-sindicalismo, ocorreram mudanças no mercado de trabalho para as mulheres, dentre elas: a regularização do trabalho feminino, a redução da jornada e a abolição do trabalho noturno para as mulheres.

- É aprovada, em 1917, a resolução para a igualdade salarial, na Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT), inclusive com a aceitação de mulheres no serviço público.

- Em 1922, é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com a pauta inicial voltada ao voto livre e ao livre acesso das mulheres no mercado de trabalho.

- O primeiro voto feminino é autorizado, em 1928, sendo eleita inclusive a primeira mulher prefeita, no mesmo estado de Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves). Entretanto, ambos os atos foram anulados.

- Em 1932, no governo de Getúlio Vargas, o voto feminino é garantido em lei, mas com plena abertura ao voto e à candidatura, com a Constituição Federal de 1946.

E para lhe aproximar do movimento feminista, verificaremos ainda que, no período da Ditadura Militar, pós Golpe de 64, assim como os outros movimentos sociais, o silêncio também se fez presente para os avanços dos direitos das mulheres.

O movimento volta a tomar força com a luta dos brasileiros pela Anistia, em 1975. Nos anos de 1980, 1990 e 2000, são criados órgãos institucionais públicos voltados aos direitos das mulheres, como as secretarias federais, estaduais e municipais de políticas públicas às mulheres.

Contudo, a violência e a cultura machista sofrida no cotidiano, mesmo com a instrumentalização brasileira com a criação da Lei Maria da Penha (2006), após pressão internacional com sanções econômicas ao país, perduram em números assustadores.

E, para finalizar o nosso diálogo, quando pensamos na liberdade de orientação sexual, lembramos de qual movimento social? Do movimento das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O "T", em algumas localidades, abarca outras identidades de gênero, que não se alinha com o sexo na tradicionalidade de nascimento (transgêneros, *drag queens*, transformistas, dentre outros).

No Brasil, o marco do nascimento data o final dos anos 1970 e tem na sua base predominantemente homens homossexuais. Conforme expõe Facchini (2016, [s.p.]),

[...] nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento.

”

A visibilidade do Movimento LGBT foi aos poucos lutando por espaços para a manifestação da orientação sexual e, conseqüentemente, por direitos universais e civis plenos.

Facchini (2016) retoma que com o surgimento da AIDS e o seu modo de enfrentamento (políticas públicas) deu nitidez à homossexualidade, como um modo moderno de classificação da sexualidade humana.

Seguindo os estudos de Facchini (2005 e 2016), a trajetória do Movimento LGBT brasileiro pode ser dividido em três momentos, que sintetizam historicamente as lutas do coletivo. São eles:

- Um momento, de 1978 a aproximadamente 1983

- O movimento LGBT alia-se aos movimentos feminista e negro, com propostas de transformação para o conjunto da sociedade. Nesta fase destacam-se o grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*.

- Um segundo momento, de 1984 a 1992

- Com a eclosão da AIDS/HIV, a homossexualidade ganha espaço de visibilidade e de enfrentamento. O grupo Somos de Afirmação Sexual, assim como outros, é extinto diante do novo contexto do vírus da AIDS/HIV. Entretanto, outros grupos como os grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay, da Bahia, discutem, além das atividades comunitárias, a promoção de mudanças na sociedade, com enfoque nos direitos civis de homossexuais. O mercado de serviços ao público LGBT começa a se expandir.

- O terceiro momento ocorre de 1992 até a atualidade

- Com a expansão nos anos de 1990, surgem os grupos organizados para além do poder público (inclusive no âmbito acadêmico e religioso), em diversos estados brasileiros, e com a introdução das políticas públicas de saúde de resposta à AIDS.

- Em 1995, é fundada a rede de organizações LGBT brasileiras, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina.



Exemplificando

Na atualidade, os assistentes sociais atuam nos Centros de Referência LGBT ou nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, em orientação, suporte, acompanhamento e defesa dos direitos da população LGBT. Uma prática possível é o fomento de grupos de orientação aos pais LGBT sobre os direitos sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares.

- A ABGLT teve a função de sensibilizar os parlamentares e a população através de campanhas, “em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia” (FACCHINI, 2006, [s.p.]).

- As paradas do orgulho LGBT foram e têm sido um meio de visibilidade da questão da orientação sexual no país. Conforme registra Facchini (2006), elas têm sido o maior fenômeno social e político no Brasil urbano, pois unem protesto e celebração, para o reconhecimento dos LGBT como sujeitos de direitos.

Ainda é necessário considerar que a atuação do assistente social pode acontecer de forma direta, como militante, dentro do próprio movimento, ou indireta, na maioria das vezes por meio das políticas públicas. Nesse viés de atuação, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é um órgão institucional público, uma unidade executora que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Possui como um dos objetivos principais o atendimento às famílias e indivíduos vítimas de violência intrafamiliar e, ainda, de acordo com o guia de orientação do Ministério do Desenvolvimento Social, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais. Para isto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação das ações, inclusive as intersetoriais.

Neste sentido, por exemplo, pensando a violência intrafamiliar no âmbito do CREAS e dos Centros de Referência LGBT, a atuação do profissional estará voltada para compreender a dinâmica familiar com vistas à proteção dos indivíduos.

Portanto, diante do nosso diálogo sobre a luta dos movimentos sociais, encontraremos na atualidade os sentidos das reivindicações, ao compreendermos a trajetória histórica, para além do senso comum e dos valores capitalistas patriarcais da nossa sociedade.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Convidamos, portanto, você aluno a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*.

Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para compor as suas respostas. Só assim, poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema nos remete à população LGBT, como sujeitos de direitos. Portanto, é necessário compreender as bandeiras de luta do Movimento LGBT e a consolidação da profissão na defesa intransigente do direito.

Na resolução da situação-problema, ao auxiliar a assistente social no diálogo com a família, lembre-se de compor as quatro questões (possíveis) de diálogo em torno do tema, de forma clara e objetiva.

O que acha? Talvez estabelecer tópicos pontuais pode auxiliá-lo a resolver esta questão, ponto a ponto e passo a passo. Para a construção das perguntas sobre o diálogo com a família sobre os direitos LGBT, e muito além disso, pensando sobre como garantir a acolhida e dialogar sobre o fortalecimento de vínculos.

Para o posicionamento profissional cotidiano, é importante a compreensão dos direitos sociais, dos princípios estabelecidos no Código de Ética e a luta dos movimentos sociais e das correlações de forças existentes na sociedade pode sustentar as ações teóricas e práticas.

Perceba que, para a formação acadêmica, os conceitos apresentados sobre os movimentos sociais não são absurdos e deslocados da direção dos princípios e valores do Serviço Social.

Avançando na prática

Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?

Descrição da situação-problema

Joana é assistente social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Ela acolheu uma mulher, no atendimento social, que relatou sofrer violência psicológica do esposo. Eles estavam casados há dois anos e o esposo não estava permitindo que ela trabalhasse fora de casa, além de controlar, excessivamente, a sua rotina. Como Joana pode proceder diante de casos como o apresentado?

Resolução da situação-problema

Um tanto quanto desafiador tem sido o atendimento às vítimas de violência e o jargão popular “em briga de mulher não se mete a colher” não é mais cabível. O que temos visto é que o registro do boletim de ocorrência e o afastamento do agressor, próximo às vítimas, não tem sido garantia do término da violência. Portanto, diante da escuta no atendimento social sobre o sofrimento da mulher, cabe ao profissional propor um encaminhamento monitorado ao CREAS, para as devidas orientações e fortalecimento da usuária. No entanto, ao CREAS caberia a prevenção e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares nos grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Faça valer a pena

1. A resistência ao Regime Militar aumentou com a participação da intelectualidade de esquerda, pertencente à classe média. Destaca-se o trabalho de imprensa, com a revista *Pif Paf*, além do show musical de protesto *Opinião*, dirigido por Augusto Boal, com destaque para as cantoras Nara Leão e Maria Bethânia.

As artes, em sua maioria, tornaram-se expressões de canalização das vozes e dos protestos na Ditadura Militar:

- a) Em prol do patriarcado.
- b) Em prol do socialismo.
- c) Em prol do capitalismo.
- d) Em prol da democracia.
- e) Em prol do neoliberalismo.

2. O movimento estudantil, no Brasil, é organizado a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Até meados de 1950, pautavam pontos políticos importantes e significativos no cenário nacional, como foi a mobilização contra o Estado Novo entre outras ações.

Na década de 1960, as reivindicações do movimento estudantil voltam-se para as questões específicas das instituições de nível superior, como a:

- a) Defesa do socialismo.
- b) Defesa da universidade pública.
- c) Defesa do passe livre.
- d) Defesa do movimento negro.
- e) Defesa do Estado Novo.

3. O movimento estudantil no Brasil é organizado em 1937. Até meados de 1950, o movimento pautava pontos políticos importantes e significativos no cenário nacional, como foi a mobilização contra o Estado Novo, entre outras ações.

O órgão criado e que representa a coligação nacional dos estudantes é:

- a) Do CREAS.
- b) Do CRAS.
- c) Do movimento LGBT.
- d) Do movimento negro.
- e) Da UNE.

Seção 4.2

Movimentos sociais e serviço social

Diálogo aberto

Seja bem-vindo aos estudos dos *Movimentos sociais e serviço social*. Esta Seção de autoestudo está conectada à unidade *Serviço Social e movimentos sociais*.

Vimos no contexto de aprendizagem que você, aluno, conseguiu uma vaga de estágio no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Portanto, teve a oportunidade de acompanhar a rotina, os fluxos, os processos de trabalho e os atendimentos diversos da unidade.

O índice de mulheres vítimas de violência doméstica aumentou, significativamente, e você, aluno estagiário, e a assistente social do CREAS propuseram um diálogo em rede sobre o assunto. Para pensar em ações de prevenção e discussão sobre a violência, acionaram os equipamentos da rede que atendem ao público feminino. Entretanto, quando a assistente social pensou nas atividades possíveis que o CREAS poderia desenvolver, identificou a limitação institucional de ausência de direção na gestão pública, que compreenda e dê respaldo para que as ações possam ser realizadas.

A assistente social, entendendo que você está em formação profissional, abriu alguns questionamentos para construir com você uma possível ação. Diante deste contexto, o que fazer? Quais atitudes são possíveis? Como propor ações em uma gestão pública centralizadora e conservadora? É possível desenvolver atividades neste contexto? Exponha os seus pensamentos e as possibilidades de articulação para efetivar os seus projetos.

Desta forma, o seu desafio, aluno, enquanto estagiário, será o de auxiliá-la a pensar/construir possíveis ações. Portanto, você deve criar uma apresentação em slides, formato ppt, para apresentar as suas ideias e encaminhamentos possíveis.

Boa atividade!

Não pode faltar

Seja bem-vindo à segunda seção de autoestudo da quarta unidade de ensino da disciplina *Classes e movimentos sociais*.

Na primeira seção, discutimos e conhecemos a trajetória histórica dos movimentos clandestinos, de resistência à Ditadura e redemocratização no Brasil, os movimentos e demandas por bens de consumo coletivo, os sociais rurais, étnicos e raciais e os movimentos sociais estudantil, feminista e pela liberdade de orientação sexual.

Nesta seção, dialogaremos sobre o Serviço Social e os movimentos sociais, percorrendo os seguintes conteúdos: a relação entre Serviço Social e movimentos sociais; os valores e princípios do Código de Ética profissional, na atuação do assistente social com os movimentos sociais; os principais posicionamentos políticos da categoria e algumas ações dos assistentes sociais na luta pela emancipação das classes subalternas e da humanidade.

Para tanto, o nosso diálogo sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais tem destaque no contexto pós década 1990, marcado pela política de ajustes neoliberais, com impactos nos processos de mobilização e na organização sindical e popular, com conflitos significativos no campo das lutas sociais.

A luta dos movimentos sociais, no final das décadas de 1970 e 1980, objetivaram dar visibilidade às diferentes expressões da questão social, sendo parte das reivindicações incorporadas na Constituição Federal de 1988. Uma das reivindicações, por exemplo, tratou da participação popular no controle social das políticas públicas, através dos Conselhos Setoriais ou dos Conselhos de Direitos.



Refleta

A participação no controle social das políticas públicas é garantida na Constituição Federal? Isso foi pauta dos movimentos sociais na época da Ditadura?

Contudo, por que refletimos a relação das lutas dos movimentos sociais na década de 1970/1980 com o Serviço Social e com os movimentos sociais? É necessário frisar dois pontos significativos desta relação, que para além de responder à nossa indagação, conduzirá o nosso diálogo. O primeiro ponto trata do contexto do cenário político, econômico e social do país, enquanto o segundo item significativo desta relação trata da renovação consubstanciada pela categoria profissional do Serviço Social, em seu projeto ético-político. Entendendo esta

relação, poderemos compreender a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, pós anos de 1990.

Observe que uma característica dos movimentos sociais, pós anos 1990, trata das lutas dos trabalhadores urbanos na luta da vida cotidiana, constituindo os espaços urbanos, como palco de lutas e reivindicações. Portanto, os movimentos sociais urbanos compõem uma nova trajetória de lutas na história.

Contudo, o que são os movimentos sociais urbanos? Eles possuem características específicas? Os movimentos sociais urbanos constituem sujeitos coletivos, com trajetórias e teorias diferentes, para além dos movimentos sociais classistas tradicionais. Nos termos de Farage (2014), os movimentos sociais urbanos possuem as seguintes características:

1. originarem-se de demandas específicas; 2. originarem-se fora do espaço produtivo, apesar de parte de seus integrantes estarem em espaços produtivos formais; 3. terem elementos da luta classista em sua formulação e organização; 4. serem autônomos em relação ao governo; 5. terem como tática a realização de ações diretas; 6. articularem em sua luta diferentes elementos da vida cotidiana na cidade; 7. posição anticapitalista; 8. estabelecerem canal de diálogo com o poder público para a garantia das demandas imediatas; 9. ação continuada; 10. possuir metodologia organizativa, entre outros. (FARAGE, 2014, p. 251)

Considerando qualquer umas das características apontadas, dentre outras, converge compreender os movimentos sociais urbanos, pois é nos seus espaços de lutas que encontraremos um dos espaços de ação profissional dos assistentes sociais.

A ligação do Serviço Social com os movimentos sociais inscreve-se na vida cotidiana, na atualidade, com o objetivo de lutar pelos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988.



Assimile

São nos espaços de lutas dos movimentos sociais urbanos que encontraremos um dos espaços de ação profissional dos assistentes sociais.

É preciso lembrar-se de que o projeto ético-político profissional do Serviço Social tem, na década de 1990, o seu marco, e que este marco tem como base o contexto antagônico aos preceitos neoliberais, portanto afirma um compromisso com as demandas das classes subalternas, em suas necessidades e projetos societários.

Um dos instrumentos normativos que compõe o projeto ético-político e que é parâmetro para a prática profissional trata-se do Código de Ética Profissional de 1993 (CEP/1993). O Código estabelece entre seus princípios fundamentais:



VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores. (BRASIL, 1993, p. 24)

Portanto, há um compromisso afirmado com as classes trabalhadoras e com os movimentos sociais, em prol de uma nova ordem societária. Já a Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662, de 7 de junho de 1993, expressa no art. 4º, incisos VIII e IX, como competência prevista aos assistentes sociais:



VIII. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo.

IX. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Assim, o exercício da assessoria/consultoria e apoio constituem competências no rol de atribuições dos profissionais, mas para além das competências, no art. 5º da Lei de Regulamentação/1993, no que se refere à matéria de Serviço Social, constitui atribuições privativas do Assistente Social, a “assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social” (BRASIL, 1993, p. 45).

O compromisso do Serviço Social, em sua trajetória histórica, afiança a premissa de articulação e construção de estratégias de enfrentamento contra a opressão

econômica, de classe, de fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, com vistas à consolidação da cidadania, na defesa intransigente dos direitos humanos.

E quais são os principais posicionamentos do coletivo profissional? Como conhecê-los e fazer parte desta construção? Como você, aluno, pode aprofundar o seu compromisso com os posicionamentos do coletivo profissional? É um tanto quanto desafiador pensar as possíveis respostas desta questão. Um dever profissional há de ser firmado, pois acompanhar os posicionamentos da categoria profissional exige a participação do assistente social na multiplicação da informação e, para além disto, se reconhecer como parte deste posicionamento. Além disso, no cotidiano profissional, imprimir na prática o olhar construído por este coletivo, sobre as instituições que atuam. Nisto reproduz um risco contemporâneo que trata da institucionalização do Serviço Social, tendo em vista que pode limitar a compreensão e a intervenção profissional, principalmente nos espaços dos movimentos sociais.

No entanto, para conhecer os posicionamentos da categoria, basta acessar o site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e verificar as publicações do *CFESS Manifesta*. Pensando em disseminar os posicionamentos, apresentaremos agora um resumo de dois anos dos principais manifestos do CFESS, considerando o período de 2014 a 2016.

Quadro 4.1 | Síntese Boletim *CFESS Manifesta*

Data	Título	Tema	Objetivo
03/01/2014	CFESS MANIFESTA – Em defesa da juventude brasileira	A gente quer política pública!	Discutir as políticas públicas para a juventude no Brasil.
10/01/2014	CFESS MANIFESTA – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	Defender os hospitais universitários como instituições de ensino público-estatal, sob a gestão direta do Estado, vinculadas às universidades, com autonomia e controle social.

Data	Título	Tema	Objetivo
08/03/2014	CFESS MANIFESTA – Dia internacional da mulher	Pelos direitos humanos das mulheres no âmbito público e privado.	A defesa intransigente dos direitos humanos na vida das mulheres no âmbito público e privado com a participação nos movimentos feministas.
01/05/2014	CFESS MANIFESTA – Dia do trabalhador	Homenagem à militância.	Prestar homenagem aos militantes que dedicam sua vida em prol da defesa intransigente dos trabalhadores.
15/05/2014	CFESS MANIFESTA – Dia do Assistente Social	Na copa, comemorar o quê?	Posicionar-se contra os megaeventos e em prol dos movimentos sociais urbanos. Pauta apresentada no 42º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em setembro de 2013.
12/06/2014	CFESS MANIFESTA – Dia mundial de combate ao trabalho infantil	Brincar e estudar: é preciso garantir esses direitos.	Posicionar-se contra todas as formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes e reafirmar a defesa dos seus direitos.
18/08/2014	CFESS MANIFESTA – Encontro nacional de educação	Educação é direito.	Articular a categoria de assistentes sociais com outros setores organizados da classe trabalhadora e pelo entendimento de que o debate da educação tem impacto na formação profissional, a qual se encontra no centro da disputa ideológica da educação como direito social.

Data	Título	Tema	Objetivo
20/11/2014	CFESS MANIFESTA – Dia da consciência negra	O longo caminho da desigualdade.	Manifestar-se e solidarizar-se com os negros, não só do Brasil, mas, sim, do mundo e reafirmar a defesa intransigente dos direitos humanos, sendo contra todas as formas de preconceito, discriminação, opressão e exploração do homem pelo homem.
30/11/2014	CFESS MANIFESTA – 14º ENPESS	Serviço Social, luta e produção de conhecimento.	Apoiar o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.
15/12/2014	CFESS MANIFESTA – 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador	Assistentes sociais em defesa da nossa saúde.	Defender que a política de saúde do trabalhador exige a atuação de uma equipe multidisciplinar ampliada, para além da equipe básica prevista na Norma Regulamentadora nº. 4, que estabelece o serviço de medicina do trabalho.
08/03/2015	CFESS MANIFESTA – Dia internacional da mulher	Eu sou assim: o grito que reclama a paz.	Apresentar dados estatísticos de violência contra a mulher e posicionar-se em prol dos direitos da mulher.
07/04/2015	CFESS MANIFESTA – Serviço Social e análise de conjuntura	Tempos difíceis, tempos de reflexão e luta.	Colocar-se claramente contrário ao conservadorismo evidenciado nas manifestações presentes no dia 15, em que setores insatisfeitos das classes média e alta reivindicaram, inclusive, a volta da Ditadura Militar.

Data	Título	Tema	Objetivo
01/05/2015	CFESS MANIFESTA – Dia internacional do trabalhador	Não nos renderemos!	Posicionar-se em prol dos direitos dos trabalhadores.
17/05/2015	CFESS MANIFESTA –Seminário Nacional Serviço Social E Diversidade Trans	Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas transsexuais.	Manifestar o compromisso com ações e bandeiras de luta em defesa da livre expressão da orientação sexual e livre expressão da identidade de gênero.
01/06/2015	CFESS MANIFESTA – Pela retirada das tropas brasileiras no Haiti.	Até quando? Retirada já!	Manifestar que é necessário “pensar no Haiti” e, mais que isso, somar e fortalecer as iniciativas de várias entidades e movimentos sociais que exigem o fim da ocupação, bem como a retirada das tropas do Haiti e a restituição da soberania do povo haitiano.
01/12/2015	CFESS MANIFESTA – 15ª Conferência Nacional de Saúde	O Serviço Social grita: a saúde pública é direito do povo brasileiro!	Defender um conjunto de estratégias para a efetivação de direitos de saúde.
06/01/2016	CFESS MANIFESTA – Estado laico (edição especial)	Sou assistente social e defendo o Estado laico.	Defender o Estado laico e fortalecer o posicionamento contrário às práticas profissionais fundadas em dogmas religiosos.
08/03/2016	CFESS MANIFESTA – Dia internacional da mulher	Machistas não passarão!	Defender os direitos da mulher e da liberdade.
07/06/2016	CFESS MANIFESTA – Edição especial análise de conjuntura	Em tempos desiguais, não temeremos!	Analisar a conjuntura e estabelecer o posicionamento da categoria contra o governo golpista, a favor da justiça social e dos valores da democracia.

Data	Título	Tema	Objetivo
16/06/2016	CFESS MANIFESTA – 2º Encontro Nacional de Educação	Assistentes sociais por uma educação pública e de qualidade.	Dar visibilidade e fortalecer a construção de um campo da esquerda que se mantenha crítico aos últimos governos, denunciando suas opções políticas e que não vacila quanto ao significado do ajuste estrutural do capital aos direitos.
06/07/2016	CFESS MANIFESTA – Seminário de Serviço Social, relações fronteiriças e fluxos migratórios internacionais	Fronteiras (in) visíveis do capital.	Debater coletivamente sobre as desigualdades que caracterizam o atual processo de mundialização do capital e Neoliberalismo e suas implicações para a migração internacional.
26/08/2016	CFESS MANIFESTA – Contra o desmonte da seguridade social	Nada a Temer! Continuamos na luta!	Reafirmar a luta por uma seguridade social estatal, ampliada e universal.
28/09/2016	CFESS MANIFESTA – Dia latino-americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto	O aborto e o trabalho de assistentes sociais.	Apresentar o posicionamento a favor do aborto e de políticas públicas de apoio à condição de saúde da mulher.
01/10/2016	CFESS MANIFESTA – Dia nacional e internacional do idoso	Pelos direitos da pessoa idosa.	Trazer reflexões sobre a condição de envelhecimento de nossa população, em especial a que tem parte de sua história de vida dedicada à produção material e social da riqueza, da qual toda a sociedade usufrui, mas nem sempre retribui com políticas de proteção social.

Fonte: elaborado pelo autor.

Observe que, em dois anos, a categoria profissional tem feito posicionamentos para questões amplas na atualidade. Destacamos que as gestões: Tempo de Luta e Resistência (2011-2014) e Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017) e tem se movimentado constantemente, dando subsídios e orientações para o coletivo profissional no Brasil.

Posicionamentos estes a favor das classes subalternas, ou seja, os assistentes sociais na luta pela emancipação das classes subalternas e da humanidade possuem competência profissional (com o amadurecimento da profissão), para dar visibilidade às reivindicações dos movimentos sociais. Portanto, para o Serviço Social, pensar nas classes subalternas refere-se a refletir a superação da sociedade capitalista, com vistas à conquista de emancipação humana.



Exemplificando

Um das competências dos assistentes sociais trata da assessoria aos movimentos sociais. Na prática, é possível exemplificar esta ação, por exemplo, no fomento de dados sobre a realidade social para a sua leitura crítica. Portanto, colher informações precisas no atendimento social pode alimentar ações para a intervenção profissional.

Conforme destacam Baldi e Duriguetto (2012, p. 194),



O quadro sócio-histórico atual é de fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho impostos pela reestruturação produtiva e nas contrarreformas na esfera estatal, que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos formulativos e operativos focalizadores e de um nítido caráter de assistencialização das políticas protetivas.

Neste sentido, o trabalho com as classes subalternas torna-se um tanto quanto desafiador, pois a redução e o desmonte dos direitos sociais tem sido pauta de lutas constantes. É importante, aluno, ter clareza de que este “movimento da realidade impõe limites à efetivação do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social brasileiro” (BALDI; DURIGUETTO, 2012, p. 194).

É importante para o seu conhecimento compreender que a construção e constituição da ideologia das classes subalternas, apesar de essencial, não é

suficiente para a conquista da hegemonia, na medida em que se consegue romper com esta dominação ideológica de classes diferentes.



Pesquise mais

Acesse o trabalho de Lopes e Cardoso (2009), sobre a atuação do trabalho do assistente social com a classe trabalhadora:

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: BRASIL. CFESS-ABEPSS. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

Para o trabalho do assistente social com as classes subalternas, duas perspectivas podem ser constituídas:

1. Formação político-organizativa, criação de formas de resistência à classes adversárias e construção de formas de superação da opressão por essas classes (LOPES; CARDOSO, 2009).
2. Desenvolver propostas de educação e fortalecimento da classe trabalhadora (LOPES; CARDOSO, 2009).

Destacadas as estratégias de resistência e luta, é preciso reconhecer que o agravamento da questão social expressa a necessidade de compreensão do projeto societário estabelecido nos valores e nos princípios do projeto ético-político, visando a emancipação da humanidade.

Seção concluída! Convidamos você, aluno, para relacionar a teoria com a prática, através do exercício da resolução-problema.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar sobre a resolução da situação-problema. Convidamos, portanto, você, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*.

Não tenha receios de expor as suas ideias e utilizar o conhecimento teórico para elaborar as suas respostas. Só assim, poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional.

A situação-problema expõe que o índice de mulheres vítimas de violência doméstica aumentou significativamente, e você e a assistente social do CREAS propuseram um diálogo em rede sobre o assunto. Conforme discutimos na seção *Não pode faltar*, o CFESS, através da publicação *CFESS Manifesta*, tem se posicionado anualmente em relação à defesa dos direitos da mulher.

Para pensar ações de prevenção e discussão sobre a violência, a assistente social acionou os equipamentos da rede que atendem mulheres. Entretanto, quando a assistente social pensou nas atividades possíveis que o CREAS poderia desenvolver, identificou a limitação institucional de ausência de direção na gestão pública que compreenda e dê respaldo para que as ações possam ser realizadas.

A assistente social, entendendo que você, aluno, está em formação profissional, abriu alguns questionamentos para construir com você uma possível ação. Diante deste contexto, o que fazer? Quais ações são possíveis? Como propor ações em uma gestão pública centralizadora e conservadora? É possível desenvolver ações neste contexto? Exponha os seus pensamentos e as possibilidades de articulação para efetivar as suas ações. Crie uma apresentação em slides, formato ppt, para apresentar as suas ideias e encaminhamentos possíveis.

Boa atividade!

Avançando na prática

Reforçar a pobreza

Descrição da situação-problema

Atuando como assistente social no CRAS, no Programa de Atenção Integral à Família, o assistente social Carlos propôs uma intervenção em grupo, diante do diagnóstico sobre as famílias atendidas e que tinham o mesmo perfil (baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, famílias monoparentais). Carlos já estava pensando na articulação das demandas com os movimentos sociais da cidade, em prol da educação e formação profissional para as famílias. Ocorre que a gestão do CRAS questionou a efetividade da ação e deixou o diálogo aberto para o profissional rebater. Pensando no compromisso com qualidade do serviço e a defesa intransigente dos direitos, como Carlos poderia responder à esta questão?

Resolução da situação-problema

Pensando na defesa de direitos, na qualidade dos serviços prestados e na articulação dos serviços, visando dar condições para as classes subalternas ter acesso à formação e ao conhecimento, Carlos expôs uma situação comum no cotidiano dos profissionais: pensar para além do atendimento por atendimento.

É necessário pensar no diagnóstico social como uma estratégia para intervenção na realidade social. Portanto, como o diálogo ficou aberto, Carlos deve apresentar o diagnóstico realizado e relacioná-lo com as premissas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família - PAIF, para o atendimento familiar de forma integral. Pode-se, ainda, destacar os princípios do Código de Ética Profissional, que situa a competência do profissional para o trabalho que se dispõe (que lhe compete, enquanto servidor público).

Faça valer a pena

1. Um dos instrumentos normativos que compõem o projeto ético-político, parâmetro para a prática profissional, é o Código de Ética Profissional de 1993 (CEP/1993). O Código estabelece princípios e valores fundamentais.

Um dos princípios do Código de Ética de 1993 trata da opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção:

- a) De movimentos sociais.
- b) De uma nova ordem societária.
- c) De diagnóstico social.
- d) De classes subalternas.
- e) De lutas sociais.

2. Os posicionamentos da categoria profissional traduzem um rol de defesa, de luta, de compromisso com as políticas públicas, de orientação profissional, de apoio aos movimentos sociais urbanos, de apoio às causas sociais no âmbito nacional e internacional.

A partir desse contexto, podemos definir que os posicionamentos da categoria têm se organizado através de qual entidade de classe?

- a) ABEPSS.
- b) CRAS.
- c) CFESS.

- d) CRESS.
- e) ENESSO.

3. O compromisso do Serviço Social, em sua trajetória histórica, afiança a premissa de articulação e construção de estratégias de enfrentamento contra a opressão econômica, de classe, de fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, com vista à consolidação da cidadania, na defesa intransigente dos direitos humanos.

O compromisso afiançado pelo Serviço Social, em seu projeto societário, é com a classe:

- a) Socialista.
- b) Capitalista.
- c) Média.
- d) Alta.
- e) Subalterna.

Seção 4.3

Atuação do serviço social com os movimentos sociais urbanos e rurais

Diálogo aberto

Seja bem-vindo! Dialogaremos, nesta última seção de autoestudo, sobre a atuação do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos e rurais. Portanto, a situação-problema conclui o contexto de aprendizagem, que expusemos nas seções anteriores.

Suscintamente, aprendemos, no contexto de aprendizagem, os desafios da assistente social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), lidando com situações limites na prática cotidiana. Após realizar uma campanha de prevenção à violência contra a mulher, com slogan próprio e uma participação considerável de pessoas voltadas ao enfrentamento da questão, um grupo de mulheres procurou a assistente social, solicitando orientações para que pudessem ter liberdade de ação e independência do poder público na luta permanente aos direitos da mulher. Parte do grupo é composto por mulheres atendidas pelo CREAS que sofreram violência doméstica e estão em superação das situações.

E, agora, como dar os encaminhamentos necessários? Quais propostas são possíveis? Em conformidade ao projeto ético-político do Serviço Social, o seu desafio, aluno, será o de descrever os caminhos possíveis e as alternativas para pensar na solicitação das mulheres. Relate a sua experiência! Conte-nos como pensa em resolver esta situação. Elabore um relatório expondo as suas ideias.

Lembre-se de que o seu ponto de vista deve ir além do senso comum e das práticas salvacionistas.

Não pode faltar

Que bom dialogar com você, aluno, nesta nova etapa de aprendizagem. Vamos recordar a nossa trajetória da unidade de ensino até o momento?

Vimos na primeira seção o contexto histórico dos movimentos clandestinos, de resistência à Ditadura e redemocratização no Brasil, os movimentos e demandas por bens de consumo coletivo, os movimentos sociais rurais, étnicos e raciais e os sociais estudantil, feminista e pela liberdade de orientação sexual.

Na segunda seção, percorremos os conteúdos da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, com enfoque nos valores e princípios do Código de Ética profissional, na atuação do assistente social com os movimentos sociais, instruindo-lhe sobre os principais posicionamentos políticos da categoria e sobre algumas ações desse profissional na luta pela emancipação das classes subalternas e da humanidade.

E, para concluir o nosso processo de aprendizagem, nesta última seção, aprofundaremos um pouco mais sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, no que tange a atuação do assistente social.

Neste sentido, estudaremos sobre a intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular, bem como o caráter pedagógico destas intervenções, conhecendo, ainda, o papel do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais, identificando as possibilidades e limites profissionais nos movimentos sociais urbanos. Um tanto quanto desafiador o nosso diálogo, mas necessário para a sua formação profissional.

A luta cotidiana do assistente social na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos se traveste de uma bandeira segura por várias mãos. Bandeira essa, causa inscrita no projeto ético-político do Serviço Social. E como bem descreve a poesia "Vamos à luta!", da assistente social Murta (2015, s.p.),



[...] Dos seus encantos, os recantos / Os rincões mais esquecidos / Onde impera o descaso / Com um povo oprimido. / A questão se alastra / Não é de hoje que se mostra / Deram nome: "problema social" / Faceta do império do Capital! / E nessa roda viva / Em que a vida se revela / Já sabemos quem é que priva / E quem sofre a mazela [...].

O chamado de Murta (2015) é para irmos à luta, pois já sabemos que o modelo econômico neoliberal, em que se acirram as desigualdades, é quem priva, e que o povo oprimido, aqui apresentado como classes subalternas, é quem sofre as mazelas.

Como podemos dialogar sobre a intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular, diante deste cenário conservador e de desmonte das políticas sociais?

Em relação ao cenário atual, podemos recorrer aos estudos de Baldi e Duriguetto (2012), para compreender o contexto social, pois esses autores expressam que:

O quadro sócio-histórico atual é de fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho impostos pela reestruturação produtiva e nas contrarreformas na esfera estatal que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos formulativos e operativos focalizadores e de um nítido caráter de assistencialização das políticas protetivas. (BALDI; DURIGUETTO, 2012, p. 194)

O quadro sócio-histórico, portanto, expõe a fragilização dos direitos sociais e humanos, além de evidenciar a fragilização dos movimentos sociais e sindicais. E antes de apresentar os debates teóricos do Serviço Social, diante dos processos de mobilização e organização popular, há de considerar a natureza contraditória da profissão, bem como a sua dimensão ideopolítica.



Pesquise mais

Para reforçar o seu conhecimento sobre a natureza contraditória do Serviço Social, leia o trabalho de conclusão de curso *A prática profissional do serviço social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto ético-político da profissão na política de assistência social*:

LIMA, R. A. de. **A prática profissional do serviço social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto ético-político da profissão na política de assistência social**. 2012. Monografia (Bacharel em Serviço Social)-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira. 2012. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/servico-social/tccs/category/4-tcc2012-1?download=45:ramile-andrade-delima&start=20>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

Com base nos estudos de Iamamoto (2008), em síntese, a autonomia relativa que os assistentes sociais possuem é que permite imprimir uma direção social à sua intervenção no cotidiano profissional. Intervenção esta que é base para a construção de ações voltadas ao projeto ético-político, dando sentido ao *saber e fazer* profissional. Entretanto, historicamente, a intervenção profissional do assistente social esteve no âmbito de sua prática pedagógica, conforme os estudos de Abreu e Cardoso (2009), voltados ao controle exercido pelas classes dominantes. E isto teve contraposição nas últimas três décadas,



[...] no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 594)

Portanto, toda a construção da década de 1980, consubstanciada nos eixos centrais da mobilização e da educação popular, foi significativa para a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

O acúmulo das experiências acadêmicas, retomadas após a Ditadura Militar, incorpora-se no Serviço Social, aprovado em 1982, considerando a educação popular disciplina curricular, contrapondo-se ao modelo da formação tradicional conservadora. Neste período, destaca-se a luta dos profissionais para a incorporação das demandas das classes trabalhadoras como direitos.

A função ou caráter pedagógico da intervenção do assistente social “inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas **formadoras da cultura**, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 594), ou seja, nos processos e no modo de fazer Serviço Social. Como resgatam as autoras, a formação da cultura, entendida aqui pelo pensamento gramsciano, de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978 apud ABREU; CARDOSO, 2009, p. 596).

Há de se considerar a função pedagógica do Serviço Social, como primeira função, pois esta é mediadora das necessidades contraditórias das classes sociais e, nesse processo, encontra-se o assistente social “inserido no campo dos processos educativos formadores da cultura e constitui a própria cultura profissional” (ABREU; CARDOSO; LOPES, 2015, p. 10).

Contudo, antes de aprofundarmos o caráter pedagógico das intervenções, ainda é preciso resgatar que as ações de mobilização e de organização constituem elementos indispensáveis para a concretização das práticas educativas a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 600-601), de tal modo que as ações devam estar voltadas ao projeto ético-político, visando a emancipação humana.

Em relação à função pedagógica, historicamente destacamos que:

- No processo de profissionalização da profissão, o Serviço Social imprimiu uma prática educativa de aconselhamento e disciplinadora da vida humana, atendendo aos interesses da classe dominante. As visitadoras sociais tinham a função de exercer a ação de reformar o caráter das pessoas, sob o trinômio da higiene, educação e saúde. Acreditavam que era no caráter das pessoas que provinham todos os males sociais. Conforme traduz Barroco (2001, p. 87), “[...] ao individualizar os problemas sociais, transforma-os em problemas de ordem psicológica”.
- Com a instituição do Código de Ética Profissional, em 1947, com a legitimação construída no processo de disciplinar e sob as influências das técnicas e instrumentos norte-americanos e europeus, a prática profissional pode ser qualificada como **pedagogia da ajuda** (ABREU, 2002), com destaque para três dimensões:

[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital. (ABREU, 2002, p. 107)

- A pedagogia da ajuda ainda tinha como característica a ajuda psicossocial, o direito como bem-estar, as ações eram clientelistas e paternalistas. As pessoas, desta forma, eram tratadas de maneira submissa, ideologicamente e materialmente ao controle do profissional.
- Com o período do desenvolvimentismo, o Brasil tem emergência em sair da condição marginal em função do sistema capitalista, desencadeando, assim, mudanças significativas para o Serviço Social, que tornou-se *carro chefe* das ações sociais de controle da pobreza no governo de Jânio Quadros. Abreu (2002) destaca que as ações pedagógicas do Serviço Social voltam-se para a pedagogia da ajuda mútua ou pedagogia da participação. A participação é destaque como eixo central nos processos de integração e promoção social, no Desenvolvimento de Comunidade (DC).



Refleta

Como pensar, então, a prática do Serviço Social no cotidiano? O assistente social não ajuda as pessoas? Se ajuda, então não desenvolvemos a pedagogia da ajuda?

- Na contemporaneidade, Abreu (2002) traduz a prática educativa do assistente social como pedagogia da autonomia, construída no processo do movimento de reconceituação e na maturação da profissão, com seus seminários de teorização culminando na consolidação do projeto ético-político.
- O Serviço Social é pensado na perspectiva materialista histórico-dialética, compreendendo a profissão



[...] a partir de seu lugar na divisão do trabalho na sociedade capitalista, a qual tem como objeto de trabalho as expressões da questão social. Sob este prisma, o exercício profissional do assistente social não está inserido de modo imediato no processo de produção de produtos e de valor, isto é, no processo de valorização do capital. A profissão se institucionaliza como agente da implementação de políticas sociais, levadas a efeito por organismos públicos/privados – no esforço de legitimação do poder de grupos/frações da classe dominante. (IAMAMOTO, 2005, p. 112 apud ELIAS; OLIVEIRA, 2008, p. 76)

Chegamos à contemporaneidade, sob a concepção da prática educativa pedagógica emancipadora, consonante ao projeto ético-político, com valores instituídos em seu Código de Ética (1993), como a defesa intransigente de direitos sociais e humanos, comprometidos, portanto, com a transformação social e a defesa das classes subalternas. Exige-se, assim, que as intervenções dos profissionais estejam pautadas nos elementos constitutivos da mobilização, da capacitação e da organização das classes subalternas, com a perspectiva de recuperar “[...] unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante (ABREU, 2002, p. 134).

Contudo, estamos dialogando sobre as práticas educativas, portanto, precisamos ainda abordar a prática do assistente social na assessoria, dado a relevância e o

espaço profissional desta competência dos profissionais. Competência esta, inscrita nos art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº. 8.662/1993.

Para dialogar sobre a assessoria, há de se situar que ela não é uma competência recente do assistente social.

Em 1970, a assessoria tinha como estratégia a atuação no Serviço Social de caso de grupo e de comunidade. Não se possuía nesta época uma clareza da competência, portanto, era voltada às entrevistas com assistentes sociais, com experiências nas áreas de consulta (MATOS, 2006).

Em 1980, as experiências em assessoria estavam voltadas aos pressupostos do estrutural-funcionalismo, conforme a experiência registrada por Matos (2006) de assessoria, no artigo escrito na época, por Vieira (1981). Frisa, ainda, o autor, que as práticas eram nebulosas no exercício profissional com a prática política, mas que dariam fundamentos iniciais para as práticas atuais.

Em 1990, a assessoria do Serviço Social tem um *boom* no Brasil, sob a perspectiva da “[...] conjuntura de reestruturação produtiva e reforma do Estado que exigiu a reorganização das instituições” (MATOS, 2009, p. 3).

Já nos anos 2000, a assessoria ganha o espaço definitivo nas políticas sociais e na crítica de Matos (2009), o exercício da assessoria está muito mais ligado ao reconhecimento/status que se emite ao intelectual do assessor.

No entanto, como podemos definir a assessoria na concepção teórica do Serviço Social? Para responder a esta indagação de forma precisa, recorreremos a Matos (2006, p. 31), que em síntese apresenta “a assessoria/consultoria como aquela ação desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade” e ainda apresenta que o assessor não é aquele que “intervém, deve, [pelo contrário] sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora” (MATOS, 2006, p. 31).

Neste sentido, observe que a diferença entre assessoria e consultoria é pequena. Consultoria pressupõe consultar, ou seja, emitir opinião a pedido de alguém, remetendo a ideia de assistir alguém.

E falando em conhecimento sobre a atuação do assistente social com os movimentos sociais urbanos e rurais, considerando o caráter pedagógico das intervenções, quais os limites e desafios contemporâneos?



Assimile

A diferença entre assessoria e consultoria é pequena. Consultoria pressupõe consultar, ou seja, emitir opinião a pedido de alguém, remetendo à ideia de assistir alguém.

Para pensarmos os limites e desafios, é necessário considerar que a intervenção profissional foi e é constituída na luta e resistência do Projeto Ético-Político Profissional, que enseja a criação de recriação de novas estratégias, “[...] perpassando a formação, a produção do conhecimento e a organização política dos profissionais” (ABREU; CARDOSO; LOPES, 2015, p. 16).



Exemplificando

A organização política dos profissionais ocorre na participação dos assistentes sociais nos núcleos temáticos, organizados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), bem como nas associações organizadas por políticas sociais específicas, ou no Judiciário, como a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJSP).

Um limite significativo ao Serviço Social, no debate sobre a intervenção profissional, situa-se no acirramento, ocorrido desde a década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais no Brasil. Isto porque desencadeou o enfraquecimento das “bases materiais e político-ideológicas da luta social dos trabalhadores e enfraquecidas as próprias condições de elaboração de sua estratégia político-cultural na luta pela hegemonia” (ABREU; CARDOSO; LOPES, 2015, p. 15).

E como avanços, ou possibilidades, destacamos as ações (ABREU; CARDOSO, 2009):

- Prestar assessoria técnica.
- Dar apoio político às classes trabalhadoras.
- Desenvolver atividades educativas.
- Criar atividades de formação popular organizativas.
- Organizar exercícios pedagógicos para a participação das massas.

Nas atuações em equipes interprofissionais, destacamos as seguintes possibilidades (ABREU; CARDOSO, 2009):

- Incentivo e apoio organizativo.
- Ações coletivas em mutirões, associações, grupos coletivos de trabalho.
- Mobilização e organização de famílias para a formação formal e política.

Neste sentido, as possibilidades devem ser construídas e consolidadas pelo coletivo profissional, com a maturidade para não cair no engodo do messianismo ou do fatalismo.

Estamos chegando ao final da seção de autoestudo e da unidade de ensino. Portanto, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Vamos pensar sobre a resolução da situação problema? Convidamos portanto, você, aluno, a utilizar o argumento teórico construído no item *Não pode faltar*.

Não tenha receios de expor as suas ideias e de utilizar o conhecimento teórico para compor a sua resposta. Só assim, poderá entender a teoria que sustenta as nossas ações práticas no campo profissional, principalmente, no caso em tela, entender a dimensão educativa pedagógica da prática profissional do assistente social.

A situação-problema nos remete ao CREAS, que conseguiu realizar uma campanha de prevenção à violência contra a mulher, com slogan próprio e uma participação considerável de pessoas voltadas ao enfrentamento da questão. Da campanha, um grupo de mulheres procurou o assistente social, solicitando orientações para que tenham liberdade e sejam independentes do poder público, na luta permanente aos direitos da mulher. Parte do grupo é composto por mulheres atendidas pelo CREAS que sofreram violência doméstica e estão em superação das situações.

Vimos que a prática educativa do assistente social, como pedagogia da autonomia, construída no processo do Movimento de Reconceituação e na maturação da profissão, com seus seminários de teorização culminando na consolidação do projeto ético-político.

E, agora, como dar os encaminhamentos necessários? Quais propostas são possíveis? Em conformidade ao projeto ético-político do Serviço Social, descreva os caminhos possíveis e as alternativas para pensar na solicitação das mulheres. Relate a sua experiência! Conte-nos como pensa em resolver esta situação. O seu desafio será elaborar um relatório expondo as suas ideias.

Avançando na prática

Assessoria em ação

Descrição da situação-problema

Maria é assistente social e atua, no cotidiano, como assessora e consultora. Foi convidada para realizar uma assessoria no fortalecimento das ações do movimento feminista *Maria flor*, da cidade de Flores. A assessoria foi contratada com o objetivo de articular algumas ações de prevenção à violência doméstica contra a mulher na cidade. E agora? Por onde começar?

Resolução da situação-problema

O que significa para Maria atuar no movimento feminista? Antes de pensarmos algumas ações possíveis e cabíveis, vale recordar que o assessor não é aquele que “intervém, deve, [pelo contrário] sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora” (MATOS, 2006, p. 31). Portanto, Maria tem como desafio:

- Dialogar sobre o objetivo da contratação, visando nortear as suas ações.
- Desencadear o mapeamento da rede de políticas públicas de atendimento à mulher na cidade.
- Refletir sobre os fluxos de atendimento à mulher vítima de violência.
- Identificar quais ações o movimento pensa em realizar.
- Estabelecer um projeto de monitoramento e avaliação das ações (passo a passo).

Apresentamos ações práticas e conceituais a ser definidas. Sugerimos estas ações iniciais, mas é importante lembrar-se que a execução compete às pessoas participantes do movimento. É preciso clareza, por exemplo, se alguma ação desencadeada será continuada e por qual parceiro da rede de serviços.

Faça valer a pena

1. As construções acadêmica e popular, voltadas ao enfrentamento da Ditadura, com vistas à redemocratização, principalmente na década de 1980, consubstanciada nos eixos centrais da mobilização e da educação popular, foram significativas para a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

Neste período, destaca-se a luta dos profissionais do Serviço Social para a incorporação:

- a) Dos movimentos sociais.
- b) Da assessoria popular.
- c) Do Código de Ética.
- d) Das demandas das classes trabalhadoras como direitos.
- e) Das ações voltadas de resistência à Ditadura.

2. No processo de profissionalização da profissão, o Serviço Social imprimiu uma prática educativa de aconselhamento e disciplinador da vida humana, atendendo aos interesses da classe dominante.

A partir do contexto descrito, podemos identificar que os males sociais eram responsabilidades de quem?

- a) Dos indivíduos.
- b) Dos municípios.
- c) Do Estado.
- d) Das classes sociais.
- e) Do Serviço Social.

3. Com a instituição do Código de Ética Profissional, em 1947, com a legitimação construída no processo de disciplinar e sob as influências das técnicas e instrumentos norte-americanos e europeus, a prática profissional pôde ser qualificada como pedagogia da ajuda.

A pedagogia da ajuda, enquanto intervenção profissional, ainda tinha como característica:

- a) O suporte social.
- b) A emancipação.

- c) A autonomia das pessoas.
- d) O desenvolvimento de comunidade.
- e) A ajuda psicossocial.

Referências

ABREU, M. M. **Serviço social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: BRASIL. Conselho Federal de Serviços Social - CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (Org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 593-608.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. Estratégias de intervenção em serviço social na perspectiva emancipatória na atual fase do capitalismo. **Revista de Trabajo Social**, Tandil, ano 8, n. 13, jul. 2015.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BALDI, L. A. P.; DURIGUETTO, M. L. Serviço social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p.193-202, jul./dez. 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 9 mar. 2013

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: BRASIL. Conselho Federal de Serviços Social - CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (Org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ELIAS, W. de F.; OLIVEIRA, C. A. H. S. de. As diferentes configurações da dimensão sócioeducativa do serviço social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Histórico da luta LGBT no Brasil. **Revista Pré Univesp**, n. 61, dez. 2016/jan. 2017. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.WHuHCn0wAfW>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

FARAGE, E. J. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

IAMAMOTO, M. V. As Dimensões ético-políticas e teórico metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2008. p. 161-196.

LIMA, R. A. de. **A prática profissional do serviço social**: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto ético-político da profissão na política de assistência social. Monografia (Bacharel em Serviço Social)- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira. 2012. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/4-tcc2012-1?download=45:ramile-andrade-delima&start=20>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MATOS, M. C. Assessoria e consultoria: reflexões para o serviço social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. **Assessoria, consultoria e serviço social**. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2006.

_____. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009.

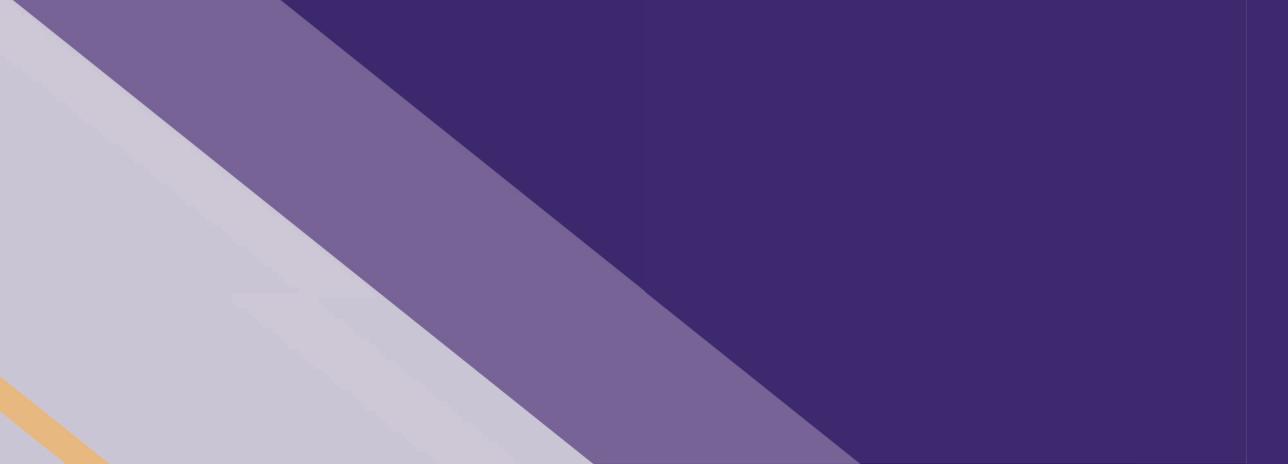
MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MURTA, M. M. Vamos à luta! In: CREASS/MG. **Assistente social do Jequitinhonha ganha Concurso de Poesias do CRESS-MG**. 18 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/7c506e03-eee0-48d9-80d1-db09e5792e79/Assistente-social-do-Jequitinhonha-ganha-Concurso-de-Poesias-do-CRESS-MG>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

REGINA, Elis. Letra de João Bosco e Aldir Blanc. O Bêbado e a Equilibrista. In: **Linha de Passe**. LP: RCA Victor, 1979.

VIEIRA, B. O. Modelo "assessoria" em Serviço Social. In: _____ . **Modelos de supervisão em serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.



ISBN 978-85-8482-807-4



9 788584 828074 >